

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
CAMPUS OURINHOS - CURSO DE GEOGRAFIA

LETÍCIA LATANZIO MONTEZEL

**PEQUENAS CIDADES DE REGIÕES METROPOLITANAS: O CASO DE MONTE
MOR (SP)**

OURINHOS

2019

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
CAMPUS OURINHOS - CURSO DE GEOGRAFIA**

**PEQUENAS CIDADES DE REGIÕES METROPOLITANAS: O CASO DE MONTE
MOR (SP)**

LETÍCIA LATANZIO MONTEZEL

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à banca examinadora do
Campus Experimental de Ourinhos, da
Universidade Estadual Paulista – UNESP,
para a obtenção do título de Bacharel em
Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Antonio Furini

**OURINHOS
2019**

M781p Montezel, Letícia Latanzio
PEQUENAS CIDADES DE REGIÕES
METROPOLITANAS: O CASO DE MONTE MOR
(SP) / Letícia Latanzio Montezel. -- Ourinhos, 2019
119 p.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado -
Geografia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Câmpus Experimental de Ourinhos, Ourinhos
Orientador: Luciano Antônio Furini

1. pequenas cidades;. 2. região metropolitana;. 3.
Monte Mor;. 4. indústria;. 5. situação geográfica.. I.

Título
Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp.
Biblioteca do Câmpus Experimental de Ourinhos. Dados fornecidos pelo
autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

LETÍCIA LATANZIO MONTEZEL

**PEQUENAS CIDADES DE REGIÕES METROPOLITANAS: O
CASO DE MONTE MOR (SP)**

Banca Examinadora

Prof. Dr. Luciano Antonio Furini (Orientador)

(Assinatura do membro)

Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalho

(Assinatura do membro)

Prof. Dr. Paulo Fernando Cirino Mourão

(Assinatura do membro)

Ourinhos, Junho de 2019.

Agradecimentos

Agradeço a minha família, em primeiro lugar, por todo o apoio moral e financeiro durante minha graduação, por todos os conselhos, puxões de orelha, carinho e paciência que tiveram comigo ao longo dessa trajetória. Aos meus pais Lúcia e Edmur, que não tiveram as mesmas oportunidades que eu, mas sabem da importância do estudo e fizeram de tudo, ao longo desses anos, para garantirem que eu tenha um futuro melhor do que ambos tiveram. Tenho como inspiração, minha mãe, que depois de muitos anos, voltou a estudar, concluiu o Ensino Médio, ingressou no Ensino Superior e agora tornou-se professora. Obrigada por me mostrar que nunca é tarde para batalharmos pela concretização de um sonho. Agradeço a minha irmã, Larissa, por mesmo de longe, nunca ter deixado de me auxiliar em diversos momentos de aflições, por sempre me incentivar a seguir em frente e por ter me dado meus sobrinhos, Yuri e Isis, alegrias da minha vida, minhas saudades diárias e que me fizeram descobrir um novo tipo de amor. Agradeço também ao meu cunhado, Iago, que por mais que tenha um posicionamento político contrário ao meu, fazendo com que tenhamos algumas discussões, é um grande amigo que me ouviu reclamar bastante sobre as dificuldades na realização deste TCC.

Aos meus padrinhos, Roberto e Márcia, por serem sempre muito presentes em minha vida, por terem me dado muito incentivo e carinho, mostrando-se preocupados até mesmo com a minha má alimentação e por demonstrarem estarem sempre muito orgulhosos com as minhas conquistas.

Quero agradecer ao meu avô materno, Roque Latanzio, por todas as preocupações que teve comigo ao longo destes anos e por sempre se mostrar muito orgulhoso ao ver eu e seus demais netos se formando. Agradeço a minha avó paterna, Dirce Martins Montezel, por sempre me colocar em suas orações e por sempre torcer por mim. Agradeço também a minha avó materna, Lazara, por ser uma mulher tão guerreira e admirável quanto a minha avó Dirce e que assim como ela, se não estivesse com a doença do Alzheimer, estaria rezando muito por mim neste momento e estaria muito feliz se pudesse saber que estou me formando.

Sou muito grata aos meus amigos de Monte Mor que também me incentivaram neste percurso e por terem me emprestado seus ouvidos, diversas vezes, para que eu pudesse desabafar sobre algumas situações difíceis que

surgiram ao longo de minha aventura universitária. Agradeço a vocês por não terem se distanciado de mim ao longo destes seis anos e por terem compreendido a minha ausência em diversos momentos importantes de suas vidas. Obrigada, Joyce, Laura, Isabela, Júlia, Allan, Daniel, Everton, Victor, Jessica, Kelly, Raissa, Andressa, Beatriz, Camila e Tamires.

Aos amigos que fiz no decorrer dessa trajetória acadêmica, que se tornaram a minha segunda família, fazendo este processo ser bem menos dificultoso. Aos que me acolheram ainda muito jovem e imatura, meus pais em Ourinhos, Mazinha e Judô, ao qual sou muito grata por terem tido muita paciência comigo e por terem me ensinado diversas coisas que vão muito além de meu conhecimento acadêmico. Aos colegas da 13º turma, que tiveram seus destinos cruzados ao meu, estiveram comigo desde o começo e compartilharam diversos momentos de alegria e assim como eu, também encararam múltiplos obstáculos, seja pelas aflições da graduação ou pelos problemas e responsabilidades que a vida adulta nos trouxe. Conhecer a Geografia me fez enxergar as desigualdades e injustiças do mundo. O que me acalma é lembrar de vocês, meus colegas, pessoas que compartilham comigo essa visão de mundo mais humano e mais igualitário e me fazem acreditar que a mudança é possível, porque juntos estaremos em luta. Juntos e distribuídos por aí seremos fortes nessa caminhada ainda tão incerta. Sou grata por sempre termos permanecido unidos, nos auxiliando e contando com o apoio uns dos outros para superar os desafios que surgiram. Agradeço em especial, os amigos: André, Lacreia, Barriga, Leda, Tiroles, Rolezinho, Caique, Chris, Maycon, Lauriane, Chuca, Fernando, Gislaine e Guilherme.

Agradeço também aos demais amigos que fiz ao longo desta trajetória. Aos meus queridos veteranos: Marcel, Beth, Calu, Dandara, André, Adriano e Sérgio, por todos os conselhos, ensinamentos, pela amizade e por terem cuidado de mim nas festas. Aos meus calouros do coração: Marcela, Junior Cuani, Bruno, Lucas Bittencourt, Pororoca, Iany, Tatiane, Giovanni, Jardel, Alisson, Lucas Oliveira, Lizandra, Juan Paul, Giovana, Thays e Bianca, por terem feito parte, em algum momento, da minha história neste curso, pelos momentos de alegrias compartilhados e por alguns de vocês terem cuidado de mim em algumas festas também.

Aos amigos da República Acasalar, em especial ao meu querido amigo André Pimenta, que me acolheu nesta casa no momento em que mais precisei e por

ter sido meu ombro amigo desde o início da graduação, sendo meu parceiro de seminários e estágios, por ser alguém pelo qual pude dividir meus planos futuros e por ser a principal pessoa que apoiou minha ideia para este trabalho, do início ao fim, sendo fundamental nesta reta final. Agradeço por, mesmo de longe, ter me dado todo o incentivo para finalizar esta pesquisa, me motivando quando achava que não seria capaz. Sou grata também aos demais amigos que fiz nesta república: Ana Beatriz, Mudinho, Giovana, Fábio e Ricardo, agradeço por terem entrado em meu caminho, pelas conversas madrugada a fora, pelas noites de jogos e comilança juntos e por serem pessoas ao qual pude confiar meus medos e pude contar com o apoio nesta reta final.

Sem dúvidas devo atribuir considerável parcela de meu desenvolvimento a todos os meus professores, que com maestria ensinaram desde o mais elementar ao avançado conhecimento acadêmico e contribuíram para que eu me apaixonasse pelas múltiplas áreas da geografia. Agradeço pelas diversas experiências que levarei ao longo de minha carreira profissional e acadêmica e também pelas inúmeras caronas que me deram e me fizeram economizar ao longo dessa graduação. É preciso, primordialmente, agradecer ao meu orientador, Prof. Dr. Luciano Antonio Furini, por ter ouvido a minha proposta ainda não lapidada e ter me auxiliado a chegar até este tema, por ter acreditado em meu potencial e pelas inúmeras horas de dedicação na orientação deste trabalho. Agradeço também a Prof.^a Dr.^a Cristiane Dambrós, por ter implantado em mim um questionamento que mais tarde me fez chegar até a ideia de executar este trabalho. Aos professores doutores, Paulo Fernando Cirino Mourão e Marcelo Carvalhal, por terem sido, além de professores, amigos ao qual tive uma relação saudável durante as disciplinas que ministraram e quando nos encontrávamos nos corredores desta faculdade. Agradeço por aceitarem fazer parte desta banca e contribuir com este estudo. Sou grata ao professor Paulo por, além disso, ter ouvido a ideia inicial que envolve este estudo, pelas motivações para que eu realizasse esta pesquisa e pelos puxões de orelha por eu ter deixado para realizar este estudo ao final de minha graduação, mencionando que sempre acreditou que era capaz de obter uma bolsa de pesquisa.

É necessário agradecer a FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, por ter realizado o financiamento deste estudo e pelo apoio concedido pelo DITER – Grupo de Pesquisa sobre Processos e Dinâmicas Territoriais, o LAGHU – Laboratório de Geografia Humana da Unesp – Campus de

Ourinhos e a Prefeitura Municipal de Monte Mor e os agentes bem informados entrevistados, por terem colaborado disponibilizando diversas informações sobre o município.

Agradeço também a todos os funcionários do campus por todo o auxílio prestado ao longo de minha graduação, em especial aos funcionários Cleiton da Silva Antônio, Julio Cesar Demarchi, Adriana Midori Hara Tavares, Rodrigo Fantinatti Carvalho, Laryssa Bitencourt Silva, Karin Souza Leonardo, Edivaldo Ribeiro Rocha e Vanessa Ramos dos Santos e aos vigias Wender e Izael, por terem vivenciado diversas situações em que eu me encontrava aflita e terem me confortado com palavras amigas. Agradeço também por aqueles que participaram, direta ou indiretamente, em alguns dos processos de desenvolvimento deste trabalho, como os amigos João Pedro Baggio e Pedro Henrique Lopes (*in memoriam*). Em especial, devo agradecer a funcionária e técnica do laboratório de Geografia Humana, Angela Peres Crespo, por ter me ensinado a mexer nas ferramentas do SIG ArcGis ao qual sempre tive dificuldades em manusear, por ter me auxiliado na elaboração de diversos mapas e tabelas e por ter ouvido meus anseios, sempre me encorajando.

É importante citar que a nossa experiência dentro da faculdade foi muito além do conteúdo formal, aqui nos tornamos pessoas melhores por meio dos debates e instruções. A gente aprende que só no lugar do embate é onde se dá a cidadania plena. Aprende a ver e respeitar outros posicionamentos. Forma-se professor, geógrafo e um cidadão mais consciente. Digo por experiência própria que entrei no curso como uma pessoa muito pequena, e saio daqui hoje com a convicção de que só a educação transforma e é capaz de viabilizar mudanças que às vezes acreditamos ser utópicas.

Ourinhos terá para sempre a cidade de meu coração. A UNESP tornou-se minha referência e a geografia, parte do que sou agora. Obrigada á todos que fizeram parte desta jornada.

RESUMO

Esta pesquisa estudou o caso da cidade de Monte Mor, uma pequena cidade da Região Metropolitana de Campinas, buscando analisar a dinâmica e a interação que apresenta nesta situação geográfica e suas características no que se refere aos processos de expansão urbana e de desenvolvimento econômico e, assim, analisar a particularidade de uma pequena cidade em região metropolitana. A cidade apresenta peculiaridades em sua malha urbana possivelmente ligadas a influência do sistema rodoviário próximo, que conta com a instalação de diversas indústrias e com destaque para os eixos das rodovias Anhanguera, Bandeirantes, Santos Dummont e Dom Pedro I. Os procedimentos metodológicos incluem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas com agentes bem informados, trabalho de campo e elaboração de material cartográfico. Entre os resultados alcançados destacamos a contribuição para o debate sobre o conceito de pequenas cidades ao distinguir suas especificidades em região metropolitana

Palavras-chave: pequenas cidades; região metropolitana; Monte Mor; indústria; situação geográfica.

ABSTRACT

This research studied the case of the city of Monte Mor, a small city in the Metropolitan Campinas Region, seeking to analyze the dynamics and the interaction it presents in this geographical situation and its characteristics of the processes of urban expansion and economic development and, thus, to analyze the particularity of a small town in metropolitan area. The city presents peculiarities in its urban network possibly linked to the influence of the road system, which has the installation of several industries and especially the axes of the Anhanguera highways, Bandeirantes, Santos Dummont and Dom Pedro I. The procedures methodologies include bibliographical and documentary surveys, with well-informed agents, fieldwork and material development cartographic. Among the results achieved, we highlight the contribution to the debate on the concept of small towns by distinguishing their specificities in the metropolitan region.

Keywords: small cities; Metropolitan region; Monte Mor; industry; geographical situation

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Regiões Metropolitanas no território Brasileiro.....	20
Figura 2 - Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo.	31
Figura 3 - Mapa das principais rodovias da RMC.....	40
Figura 4 - Período de elevação à categoria de município/vila dos municípios da RMC	42
Figura 5 - Região Metropolitana de Campinas com destaque para Monte Mor	46
Figura 6 - Monte Mor e seus municípios limítrofes.	48
Figura 7 - Percentual dos empregos formais por setor da atividade desempenhada, em 1991 e 2010.	54
Figura 8 - Mapa de Uso e Ocupação do Solo - Plano Diretor de Monte Mor.....	64
Figura 9 - Mapa de Uso e Ocupação do Solo.....	66
Figura 10 - Empresas localizadas no Distrito Industrial.....	67
Figura 11 - Empresas localizadas no eixo da Rodovia SP-101.....	68
Figura 12 - Empresa Tetra Pak.....	69
Figura 13 - Avenida Jânio Quadros – Monte Mor	72
Figura 14 - Expansão urbana de Monte Mor (2005/2015).....	74
Figura 15 - População residente por setor censitário em Monte Mor – SP (2010). ..	77
Figura 16 - Domicílios particulares com rendimento mensal per capita de mais de dez salários mínimos por setor censitário.	80
Figura 17 - Domicílios particulares com rendimento mensal per capita de um á dois salários mínimos por setor censitário.	81
Figura 18 - Conjuntos Habitacionais e Condomínios Fechados em Monte Mor - SP	85
Figura 19 - Mapa das Rodovias intermunicipais em Monte Mor.....	97
Figura 20 - Mapa indicando a conurbação entre os municípios da RMC.	100
Figura 21 - Terminal Vereador Geraldo Benini.	101
Figura 22 - Localização da Rodoviária e do Terminal de Monte Mor.	102
Figura 23 - Rodoviária de Monte Mor.	104
Figura 24 - Destino de viagem dos entrevistados no terminal de Monte Mor.	105
Figura 25 - Frequência das viagens realizadas pelos entrevistados do terminal urbano de Monte Mor.	106
Figura 26 - Motivo das viagens realizadas.....	107

Figura 27 - Setores que possuem baixa qualidade em Monte Mor, segundo os entrevistados.....	108
Figura 28 - Setores que possuem melhor qualidade em Monte Mor, de acordo com os entrevistados.	109
Figura 29 - Possui parentes na cidade indicada?	110
Figura 30 - Gostaria de morar em Campinas?	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de municípios brasileiros segundo as classes de tamanho da população.....	21
Tabela 2 - População rural urbana e taxa de urbanização brasileira	27
Tabela 3 - Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo – Número de municípios segundo as classes de tamanho da população.....	32
Tabela 4 - Emancipação dos Municípios da Região Metropolitana de Campinas. ...	41
Tabela 5 - Região metropolitana de Campinas – Número de Municípios segundo as classes de tamanho da população.	44
Tabela 6 - População dos municípios da Região Metropolitana de Campinas.....	45
Tabela 7 - PIB (per capita) dos municípios da RMC.	53
Tabela 8 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios da RMC.	56
Tabela 9 - Indicadores de Responsabilidade Social (IPRS) dos municípios da RMC (2014).	57
Tabela 10 - População da RMC segundo os Grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) - 2014 (em %).	58
Tabela 11 - Ocorrência de homicídios dolosos, estupros, latrocínios, furtos e roubos (2001, 2010 e 2018).	60
Tabela 12 - Municípios da RMC em área.	61
Tabela 13 - Produção agrícola (Em toneladas) - Municípios da RMC (1990).	62
Tabela 14 - Produção agrícola (Em toneladas) - Municípios da RMC (2016).	63
Tabela 15 - Horários de ônibus partindo de Monte Mor com destino a outras cidades.	103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGEMCAMP	Agência Metropolitana de Campinas
ANIPES	Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística
CCS	Corredor de Comercio e Serviços
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DITER	Grupo de Pesquisa sobre Processos e Dinâmicas Territoriais
EMPLASA	Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano AS
EMTU	Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo
FAPESP	Fundação de Amparo á Pesquisa do Estado de São Paulo
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FNEM	Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IGC	Instituto Geográfico e Cartográfico
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPRS	Índice Paulista de Responsabilidade Social
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVS	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
ISS	Imposto Sobre Serviço
LAGHU	Laboratório de Geografia Humana da Unesp
ONG	Organização Não Governamental
PD	Plano Diretor
PIB	Produto Interno Bruto
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
RA	Região Administrativa
RAC	Região Administrativo de Campinas
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
REURB	Regularização Fundiária Urbana
RG	Região de Governo

RM	Região Metropolitana
RMC	Região Metropolitana de Campinas
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SP	São Paulo
TVO	Termo de Vistoria de Obras
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
ZCIC	Zona de Consolidação Industrial e Comercial
ZI	Zona Industrial
ZPR	Zona Predominantemente Residencial
ZR	Zona Residencial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. AS PEQUENAS CIDADES NO CONTEXTO GEOGRÁFICO	17
1.1 A rede urbana brasileira e as pequenas cidades	17
1.2 Pequenas cidades, conceitos e definições	22
1.3 Etimologia da palavra	24
2. PEQUENAS CIDADES NO CONTEXTO METROPOLITANO	27
2.1 Regionalização paulista e a realidade de Campinas	34
2.2 A Região metropolitana de Campinas	37
2.3 Caracterização de Monte Mor	45
3. O PAPEL DE MONTE MOR NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS....	49
3.1 Monte Mor e suas características socioeconômicas.....	52
3.1.1 Indicadores sociais da Região Metropolitana de Campinas	52
3.1.2 Agricultura	61
3.1.3 A questão industrial em Monte Mor	65
3.1.4 Os setores de comércio e de serviços.....	71
3.1.5 Expansão Urbana.....	73
3.1.6 Dependência de Campinas	77
3.1.7 Desigualdades socioespaciais.....	79
3.1.8 Diversificação das formas de moradia.....	83
3.1.9 Cultura e Lazer	89
3.1.10 Investimentos	91
3.1.11 Eixo rodoviário.....	94
3.1.12 Mancha urbana municipal e a questão da conurbação	96
3.2 Entrevistas com os moradores de Monte Mor no terminal.....	101
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	114

INTRODUÇÃO

A partir da dinâmica do capitalismo comercial e principalmente após as revoluções industriais, o processo de urbanização acentuou-se cada vez mais ao longo do tempo, acumulando práticas sociais, econômicas e culturais. Esse novo ímpeto urbano teve como pioneiros os chamados países desenvolvidos que intensificando-se a partir do crescimento de centros urbanos Europeus que concomitantemente desencadearam diversos problemas socioespaciais urbanos. Nos países considerados subdesenvolvidos, como aqueles da América Latina, no entanto, a urbanização ganha novo ímpeto principalmente a partir da segunda metade do século XX.

No Brasil, embora Santos (2005) cite que a primeira aceleração no processo de urbanização tenha surgido no final do século XIX, quando a população urbana, em 1872, contava com 5,9% habitantes e passou a ter 9,4% de habitantes em 1900 (um aumento significativo em 28 anos), pode-se dizer que o processo de urbanização passou a ganhar uma maior intensidade a partir de 1950, quando o país passa a promover uma maior industrialização. Além disso, a concentração fundiária e a mecanização do campo que desencadeou o êxodo rural, também foram fatores determinantes para dar início à mudança da configuração da população do país, até então predominantemente rural, para urbana. Foi a partir de 1960 que este cenário passa a mudar e já em 1970 o crescimento da população urbana passa a ser maior do que a população total e se intensifica ainda mais na década seguinte. Atualmente, cerca de 84,36% da população brasileira vive em áreas urbanas, enquanto 7,05% vive em áreas rurais (IBGE – 2010). A Região Sudeste é a que conta com as maiores taxas de urbanização no Brasil, contando com uma taxa de 92,95% (IBGE – 2010), sendo ainda a primeira do país a contar com uma população urbana superior a rural já em 1960. Pertencente a essa região sudeste, o estado de São Paulo, a partir do complexo cafeeiro em sua dinâmica de crescimento com a marcha pioneira¹, viu surgir diversos núcleos urbanos que evoluíram para diversos tipos de aglomerações e regiões metropolitanas, como a Região Metropolitana de Campinas (RMC), objeto deste estudo, que possuía 2.338.384 de habitantes em

¹ Conceito resgatado na obra de Monbeig que faz referência aos espaços e ao movimento populacional e de capital que seguiu rumo ao interior paulista durante as primeiras décadas do século XX, motivado pela expansão da cafeicultura.

2000 quando foi criada, e passou a possuir 2.797.137 de habitantes em 2010 (IPEA, 2010). De acordo com a estimativa do IBGE para 2017, o número populacional da região é de cerca de 3.168.019 milhões de habitantes.

A importância de se realizar um estudo sobre o desenvolvimento social, econômico e espacial de uma pequena cidade em região metropolitana está relacionada aos seguintes aspectos: a) o papel diferenciado desta pequena cidade na rede urbana, filtrado ou maximizado pela região metropolitana; b) as características intraurbanas de uma cidade que pode apresentar aspectos de pequena e de grande cidade na mesma realidade; c) de um tema – pequenas cidades em região metropolitana – que ainda precisa ser aprofundado, tanto para contribuir com o conceito de pequenas cidades quanto para o de região metropolitana em sua dinâmica interna.

Como uma característica distintiva da cidade, Monte Mor possui uma mancha urbana que apresenta uma descontinuidade territorial entre a área central e e bairros do município que ficam no entorno do eixo rodoviário que liga o município de Monte Mor à Campinas. Esse quadro distinto faz com que, às vezes, esses bairros mais afastados apresentem maior interação com equipamentos urbanos de outras cidades da região, como no caso de Hortolândia (SP), além disso, os bairros de Monte Mor acabam por não ficar tão distantes do centro de Campinas (entre 22 e 30 km aproximadamente)², gerando algumas consequências como:

[...] a cidade pequena que se encontra próxima a um grande centro, por exemplo, mesmo estando bem localizada, pode ter seu crescimento estagnado em razão de ter sido drenada economicamente pelo centro maior, configurando-se como uma parte acessória do núcleo polarizante; ou mesmo ampliar seu crescimento demográfico e incrementar a sua dinâmica econômica em razão dos fluxos de pessoas e dinheiro no tecido urbano da aglomeração. (JURADO DA SILVA, 2011, p. 54).

Outro aspecto diferenciador da cidade é o fato de estar localizada em uma área que possui um grande potencial industrial, devido aos eixos rodoviários e aeroviários e de sua proximidade com Campinas.

O objetivo deste estudo é o de identificar as características de uma pequena cidade em uma região metropolitana, analisando seu processo de desenvolvimento. Além disso, pretende-se compreender os fatores do processo de expansão urbana e observar as mudanças socioeconômicas ocorridas ao longo do tempo.

² Distância do primeiro e do último bairro localizados às margens da rodovia Francisco Aguirre Proença (SP-101) com relação ao centro de Campinas.

No caso da problemática da pesquisa, pretende-se com este estudo trazer uma discussão acerca de um tema que pode ser aprofundado na literatura: As pequenas cidades em regiões metropolitanas. Mostrando o quanto essa condição altera o significado que se tem sobre pequenas cidades, as mudanças na dinâmica socioespacial e a singularidade do papel da cidade de Monte Mor na região metropolitana de Campinas. Além disso, este estudo pode evidenciar que, ao mesmo tempo em que pertencer a uma Região Metropolitana acarreta em múltiplos benefícios, há um ônus também relacionado a esta questão.

A hipótese apresentada é a de que há uma dinâmica diferenciada no município de Monte Mor que está relacionada com o fato da proximidade da cidade com eixos rodoviários dinâmicos e sua situação geográfica. Portanto podemos perguntar se há um movimento contraditório entre o nível crescimento da cidade e a influência metropolitana.

Para responder esta indagação realizamos um levantamento bibliográfico sobre a temática das pequenas cidades nesta situação geográfica específica e também realizamos um levantamento documental a partir da análise de características gerais do município de Monte Mor relevantes ao tema contidas no plano diretor municipal. Também constatamos informações sobre movimentos pendulares, conurbação, identificando a importância dos eixos rodoviários, além de outros levantamentos, como alguns indicadores do município quanto ao aspecto da concentração de renda e perspectivas do governo local. Os mapas foram elaborados pelo Sig ArcGiz e as tabelas e gráficos foram elaboradas a partir de dados disponibilizados pelo IBGE e Fundação Seade. Esta pesquisa também contou com a obtenção de dados relevantes sobre o município a partir de entrevistas realizadas com dois agentes bem informados³. Além disso, foram realizadas entrevistas com 100 cidadãos que frequentam o terminal urbano, provenientes de diferentes bairros de Monte Mor, de modo a evidenciar o intenso movimento pendular da população montemoreense até as cidades de Campinas e Hortolândia e uma possível dependência da população no que se refere a estes centros.

Espera-se, ao final deste estudo que as questões levantadas sejam respondidas a partir dos procedimentos adotados e do debate teórico.

³ O termo “agentes bem informados” não se refere ao tipo ideológico ou ao nível de erudição dos entrevistados e sim ao fato de que possuem acesso privilegiado a um conjunto de informações de caráter institucional da região estudada, considerando possíveis posicionamentos parciais na forma de apresentação das informações.

1. AS PEQUENAS CIDADES NO CONTEXTO GEOGRÁFICO

1.1 A rede urbana brasileira e as pequenas cidades

O conceito de rede é utilizado em âmbitos variados, sendo aplicado em conjunto com diversas palavras, como rede social, rede bancária, rede de transportes etc. De acordo com o dicionário eletrônico sobre conceitos, o termo rede provém do latim *rete* e é utilizado para estipular uma estrutura que possui um padrão característico, ou seja, estruturas que possuem características em comum. Na geografia, pode-se dizer que o conceito de redes é pensado desta forma também, sendo empregado por diversos autores como forma de definir as relações que diversos espaços possuem entre si.

Alguns autores na geografia como Santos (2002) discutem o conceito deste termo. De acordo com o mesmo há variados conceitos e definições, no entanto, duas matrizes devem ser admitidas “[...] a que apenas considera o seu aspecto, a sua realidade material, e uma outra, onde é também levado em conta o dado social.” (SANTOS, 2002, p. 176).

Sposito (2008) também traz uma contribuição ao concluir que as redes são consequência do trabalho de múltiplos atores em lugares e momentos variados e com diferentes aptidões e que as mesmas não se formam por acaso. O autor ainda complementa o conceito analisando que a rede urbana seria a manifestação mais completa do conceito de rede pelo fato de permitir que qualquer outro tipo de rede seja articulado à mesma.

O debate sobre a rede urbana brasileira faz parte de uma abordagem complexa envolvendo o processo de urbanização e as diferentes caracterizações de hierarquia urbana segundo diferentes países, além de considerar a ideia de um sistema urbano mundial com hierarquia própria a partir dos papéis desenvolvidos por cidades globais ou cidades articuladas internacionalmente.

Algumas correntes consideram apenas os países desenvolvidos como aqueles que possuem características que evidenciem a presença de uma rede urbana, no entanto, surgem algumas divergências a respeito dessa posição, como a de Correa (1989), que afirma que em países subdesenvolvidos podem existir redes urbanas desde que elas contenham algumas condições: A primeira condição seria uma economia de mercado que possua uma produção que é negociada por outra

desde que esta não seja produzida no local ou regionalmente. Enquanto segunda condição, a existência de pontos fixos no território por meio dos quais os negócios são realizados, verificando se ocorrem com um determinado intervalo de tempo.

Tais pontos tendem a concentrar outras atividades vinculadas a esses negócios, inclusive aquelas de controle político-administrativo e ideológico, transformando-se assim em núcleos de povoamento dotados, mas não exclusivamente, de atividades de produção industrial. (CORREA, 1989, p.7).

Por fim, uma terceira condição que seria a presença de uma articulação entre os núcleos, mesmo que pouca e que envolvesse a circulação, atingindo os mercados consumidores a partir da plenitude da produção exportada e importada, promovendo uma diferenciação entre os núcleos urbanos e gerando com isso, conseqüentemente, uma hierarquização entre eles. Essa hierarquização é reflexo de um processo que ocorre de maneira distinta em cada núcleo urbano, como é o caso da oferta de produtos industriais e de serviços, que variam de local para local, diferenciando-os e promovendo desigualdades entre os mesmos.

Nessa perspectiva, emerge a definição de rede urbana como “[...] um conjunto de centros funcionalmente articulados, tanto nos países desenvolvidos como subdesenvolvidos” (CORREA, 1989, p.9), onde ainda, segundo o autor, a rede urbana é um reflexo e um reforço no que se refere às características sociais e econômicas do território, constituindo uma dimensão socioespacial da sociedade.

Este autor, como muitos outros, baseou-se nos estudos de Walter Christaller para discutir e elaborar sua definição sobre rede urbana. A teoria elaborada por este último, intitulada como Teoria das Localidades Centrais, utilizada por diversos autores ainda hoje e tendo sido imprescindível para compreender a noção de rede urbana, analisa as chamadas localidades centrais, que são diversos núcleos urbanos, verificando as funções centrais, que seriam a distribuição de bens e serviços, em uma área de influência aos quais as cidades estão inseridas estando relacionadas ainda ao tamanho deste núcleo. Desta forma, o autor concluiu que existem diferentes níveis de centralidade, estabelecidos conforme seu grau de importância e a partir de suas funções desempenhadas.

Os alcances da centralidade de um núcleo estabelecem uma hierarquia entre os centros, envolvendo a região de influência entre os mesmos e a população que a localidade central atende. Diante disso, alguns estudos utilizaram este critério para se firmar. O IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008)

estabelece regiões de influência das cidades brasileiras a partir da intensidade das ligações entre estes centros, tendo por objetivo auxiliar no planejamento da localização dos investimentos e da implantação de serviços (públicos e privados) em bases territoriais e também evidenciar e tornar públicas as informações obtidas no estudo de modo que a população tenha acesso a estes dados.

De acordo com o estudo realizado pelo IBGE intitulado como REGIC – Regiões de Influência das Cidades (BRASIL – 2008) a rede urbana brasileira está dividida em quatro tipos de centros, separados conforme a abrangência da rede urbana, a população e relacionamentos⁴. Além disso, este mesmo estudo realizado pelo IBGE (2008) também constitui a hierarquia dos centros urbanos, ao qual divide a rede urbana nacional entre metrópoles, capitais regionais, centro subregionais, centros de zona e centros locais.

No que se refere a maior escala da subdivisão hierárquica, a divisão metropolitana, de acordo com a plataforma do SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática, o Brasil conta com 74 regiões metropolitanas (IBGE, 2019), distribuídas de modo desigual no território (figura 1). Isso reflete a diferenciação entre os espaços, marcados pelas práticas produtivas e de reprodução do capital e que ocorrem em maior e menor escala em cada local.

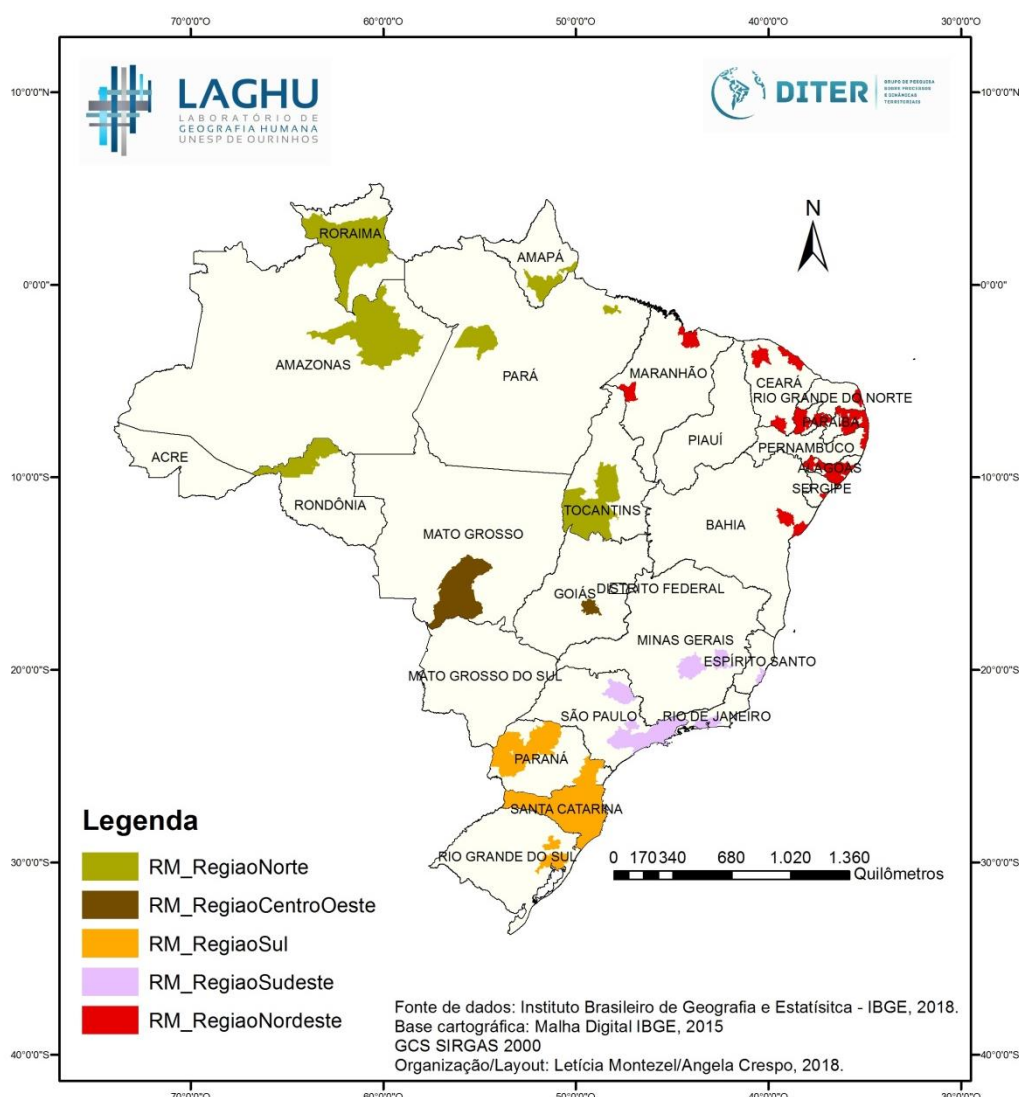
A distribuição dos níveis hierárquicos no território é desigual, confrontando áreas que contam com uma rede urbana estruturada — com a presença de níveis encaixados e situados a intervalos regulares — e áreas onde há ausência de alguns níveis hierárquicos intermediários. (BRASIL, 2008, p.13).

Ainda de acordo com o Regic, o Centro-Sul do país seria um exemplo de uma área que conta com uma rede urbana estruturada, já que possui um grande número de metrópoles, além de capitais regionais e centro subregionais que se articulam entre si, enquanto as regiões norte e nordeste demonstram o segundo caso, devido ao fato de possuírem distribuições incompletas onde há poucos níveis hierárquicos.

O mapa da figura 1, embora contenha as chamadas “falácias espaciais” - o tamanho da área das Regiões Metropolitanas não revelam o papel nem o dinamismo das mesmas – permite visualizar o padrão da ocorrência nas regiões do território brasileiro.

⁴ Número de vezes pelo qual a cidade foi citada como destino de deslocamentos interurbanos, nos questionários da pesquisa.

Figura 1 - Regiões Metropolitanas no território Brasileiro.



Pode-se observar que alguns Estados possuem um grande número de regiões metropolitanas, como é o caso de Santa Catarina, onde a totalidade do estado é composta inteiramente por estas regiões. No entanto, há outros estados que não possuem nenhuma região metropolitana, como é o caso dos estados do Piauí, Mato Grosso do Sul e Acre. É importante destacar também que alguns Estados possuem apenas uma ou duas regiões metropolitanas, mas podem parecer ter diversas delas devido ao fato de algumas cidades inseridas na região possuírem um território extenso, como é o caso da região metropolitana de Manaus, que contém 12 municípios (FNEM, 2019) onde diversos destes possuem estas condições, garantindo com isso que as cidades desta região não realizem muitas interações entre si, devido a baixa densidade demográfica e também pelas distancias que estão localizadas uma em relação às outras.

Em relação à classificação estabelecida como centros locais, deve-se mencionar que embora não devam ser utilizadas como sinônimos, como colocaremos mais adiante neste estudo, no REGIC (BRASIL - 2008), os centros locais referem-se a menor tipologia na hierarquia urbana.

Nesse aspecto, é importante avaliar o grau em que a realidade deste menor nível de centro urbano é encontrado no país. A tabela 1 mostra os dados referentes ao número de municípios segundo as classes de tamanho da população entre os anos 2000, 2010 e 2018.

Tabela 1 - Número de municípios brasileiros segundo as classes de tamanho da população.

Classes de tamanho da população	Censo 2000	Censo 2010	Estimativa da População 2018
Até 50.000	4.982	4.958	4.904
De 50.001 a 100.000	301	324	351
De 100.001 a 500.000	193	245	269
Mais de 500.001	31	38	46
Total	5.507	5.565	5.570

Organização: Letícia Latanzio Montezel, 2019.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010 e Estimativa da População 2018.

Observa-se que quase a totalidade das cidades brasileiras insere-se na classificação de centro local ou de pequena cidade, que aqui possuem um mesmo significado, sendo pouco significativo o número de cidades que englobam outras classificações como cidades médias e grandes cidades. Nota-se ainda que quanto maior a população da cidade, menor o número de cidades que compete a sua classe. Diante desses dados, é evidente que o intervalo que contém municípios com até 100.000 habitantes expressam uma realidade brasileira quase que absoluta no território. Segundo Moreira Junior (2014) essas cidades compartilham de uma mesma experiência em alguns aspectos: “[...] Além de se tratar de uma heterogeneidade de realidades, a grande maioria destas cidades exibem problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais em comum” (MOREIRA JUNIOR, 2014, p. 19).

1.2 Pequenas cidades, conceitos e definições

O conceito de cidade, amplamente discutido na literatura, revela sua ligação intrínseca com o de sociedade, pois “[...] a cidade enquanto produto histórico e social tem relações com a sociedade em seu conjunto, com seus elementos constitutivos e com a sua história. Portanto, ela vai se transformando á medida em que a sociedade como um todo se modifica” (CARLOS, 1992, p. 68). A reflexão sobre cidade está diretamente relacionada ao espaço urbano vinculado à dinâmica do desenvolvimento. A cidade é o local onde há atividades sociais, políticas, religiosas e culturais, é nela que muitas contradições se desenvolvem e onde conflitos socioeconômicos surgem, mas, também há resistências frente aos vetores de transformações. Seu espaço urbano se materializa por meio das formas de produção e reprodução, onde bens podem ser produzidos, comercializados, transportados e consumidos.

A definição de cidade varia de acordo com cada país, no Brasil, por exemplo, para a definição de cidade é central a presença dos elementos: aglomerado sedentário, mercado (troca) e administração pública, com destaque que a ideia de local de poder é central para a definição (LENCIONI, 2008, p. 117). No âmbito da pequena cidade, o urbano também pode possuir outras definições, onde o mesmo é tido como: “um núcleo em um território ainda preso à base produtiva e ao modo de vida rural” (ENDLICH, 2009, p.17). Em que, ainda segundo a autora, “por vezes, a agricultura local envolve o pequeno conjunto de edificações desses núcleos, como que querendo fazer parte dele, ou reclamando por ter sido apropriada.” (p.17).

Nesse mesmo sentido, Souza (2003) também utiliza a expressão “núcleos” para definir determinados espaços de um município, onde os “núcleos urbanos” remetem a cidades e vilas e o “núcleo rural” onde não há urbanização. Nessa mesma obra, uma importante questão apresentada pelo autor é se devemos considerar ou não o número de habitantes de uma cidade como critério para definir a existência desta. “Uma cidade, para ser uma cidade, precisa mais que possuir um dado número de habitantes x ou y, apresentar uma certa centralidade econômica (e, adicionalmente, também política) e algumas características econômico-espaciais [...]” (SOUZA, 2003, p. 30, grifos do autor). Como já discutido inicialmente, concorda-se com visão do autor de que há outras características a serem analisadas para

estabelecer o que é uma cidade. No entanto, sobre o critério do número de habitantes, embora não sirva para definir a existência de uma cidade, pode contribuir para identificar os intervalos que possam conter determinados tipos de cidades, como apontam Amorim e Serra (2001).

Nesse estudo, ao trabalharmos com o conceito de pequenas cidades, entendemos estar contribuindo para o debate das demais abordagens sobre cidades médias, cidades grandes e demais classificações.

A terminologia “pequena cidade” é fortemente utilizada pelo senso comum de modo a explicar a vivência da percepção do espaço que muitos indivíduos possuem em relação ao assunto, geralmente remete a um lugar pacato, sem grandes índices de violência, possuindo uma arquitetura onde não há a presença de muitos prédios, contendo moradores que se conhecem entre si, possuem relações amigáveis e são humildes. Jurado da Silva (2011) atenta para o prejuízo acarretado pelo uso corriqueiro do termo com definições vagas e sem fundamento científico onde inverdades podem ser propagadas.

Utilizada amplamente pela mídia e pelos leigos a ideia de “cidade pequena” ganha uma conotação muitas vezes vaga e o sentido geográfico é perdido, distorcido ou mesmo negligenciado. Por isso, em muitos casos, diz-se que tais locais são pacatos e seguros, são polos de recepção de idosos e com altíssimo nível de qualidade de vida, sem ao menos estabelecer uma investigação acurada para provar ou não tais afirmações. (JURADO DA SILVA, 2011, p. 33).

Embora as definições de pequena cidade atribuídas pela vivência espacial do senso comum seja uma realidade empírica e social que não deve ser descartada, é necessário que o conceito se fundamente em estudos que busquem a geografia como ferramenta essencial para sua compreensão e analisem as particularidades e singularidades de cada local.

Há, nesse universo, cidades pequenas muito distintas entre si e que apresentam particularidades e singularidades que devem ser estudadas com prudência. Isso para que não se venha proferir generalizações e simplificações propondo uma regra universal e categórica para a definição desses centros (JURADO DA SILVA, 2011, p. 39).

A visão que se tem das pequenas cidades como um local tranquilo é ultrapassada, pois já não condiz com a realidade de diversos territórios brasileiros, que em muitos casos apresentam desigualdades espaciais marcadas pela presença de ocupações irregulares e favelas, possuem altos níveis de violência e demais problemas relacionados a questões econômicas e sociais.

Conforme destaca Santos (2005), há uma grande diferença entre os tipos urbanos e já se ultrapassou o tempo em que a rede urbana era tratada como uma entidade onde as cidades se relacionavam de acordo com uma hierarquia de tamanho e de funções. “Hoje cada cidade é diferente uma da outra, não importa o seu tamanho, pois entre as metrópoles também há diferenças.” (SANTOS, 2005, p. 58).

As pequenas cidades apresentam importantes transformações socioespaciais e possuem variações quanto ao seu número populacional, podendo existir cidades classificadas como pequenas que tenham cerca de mil habitantes ou que possuam até 100 mil habitantes. Sabe-se que, embora recebam um tratamento generalizado por se enquadrarem em uma mesma classificação, a realidade destas possuem discrepâncias muito amplas. Desta forma, como mencionado, é importante que a definição destas seja sempre acompanhada pela análise dos aspectos qualitativos de suas localidades e que a situação geográfica ⁵em que a cidade se insere, também seja considerada. Além disso, deve-se atentar também para a questão da complexidade econômica e social do local, pois de acordo com Santos (1979) a existência de uma cidade só pode ser afirmada quando há coalescência de funções numa aglomeração que garanta um mínimo de complexidade econômica e social, sendo assim, o tamanho populacional não é um fator que deve ser considerado de modo exclusivo para definir as cidades.

1.3 Etimologia da palavra

Existem na literatura diferentes termos utilizados para tratar da menor tipologia de um centro urbano. As expressões utilizadas por alguns autores variam de “pequenas cidades”, “cidades pequenas”, “núcleos urbanos”, “cidades locais” e “cidades de pequeno porte”. Em muitos casos, são utilizadas como sinônimos, tendo por finalidade apenas nomear a menor classe populacional existente, não havendo um consenso na literatura sobre qual nomenclatura seria a mais ideal.

Autores como Endlich (2006) utilizam o termo ‘pequenas cidades’ em suas obras, sem explicações para a escolha desse termo. No entanto, autores como Jurado da Silva (2011), utilizam o termo “cidades pequenas” já que na Língua

⁵ Conceito resgatado na obra de Maria Encarnação Beltrão Sposito.

Portuguesa usualmente o adjetivo – pequena – acompanha o substantivo – cidade – diferentemente do inglês onde o adjetivo aparece antes do substantivo, a exemplo de *small city* – (JURADO DA SILVA, 2011, p. 45).

Milton Santos (1982) utiliza a expressão “cidade local” e atribui como um dos critérios para a adoção dessa nomenclatura, a noção de volume e a abrangência da centralidade que as envolve, definindo-a como uma: “aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que lhe implica uma vida de relações” (SANTOS, 1982, p.71) o autor alertou ainda para o dano em escolher um número mínimo como critério para caracterizar diferentes tipos de cidades, já que isso implicaria no perigo de uma generalização.

Embora a nomenclatura “cidade local” empregada por Milton Santos seja muito utilizada como sinônimo para definir as pequenas cidades, alguns autores como Fresca (2010) atentam para o equívoco nessa prática. “Os termos cidades pequenas e cidades locais, tem sido utilizados em diversas bibliografias como sinônimos, residindo aí um equívoco.” (FRESCA, 2010, p. 76). De acordo com a autora, os termos devem ser empregados considerando as diferenças necessárias entre os mesmos no contexto da urbanização brasileira.

A denominação centro local refere-se ao menor escalão das cidades no Brasil [...] considera o papel dos centros urbanos de uma rede na distribuição de bens e serviços. A centralidade dos núcleos deriva de seus papéis na distribuição de bens e oferta de serviços, sendo este considerado como o elemento para a análise e o estabelecimento de sua hierarquia. (FRESCA, 2010, p. 77).

Onde esse menor escalão de cidades seria o de menor complexidade na rede urbana e envolvendo apenas locais que satisfazem as necessidades mais imediatas da população, como já afirmava Santos (1982). Já a pequena cidade, diferenciando-se da cidade local, seria aquela, nas palavras da autora:

[...] cuja complexidade de atividades urbanas extrapola o denominado nível mínimo. Mas isto não gera elementos necessários para que as mesmas possam ser consideradas cidades intermediárias ou metrópoles, significando que mesmo tendo certa complexidade de atividades urbanas acima do nível mínimo, continuam sendo pequenas. (FRESCA, 2010, p. 77).

Jurado da Silva (2011) também faz um apelo sobre as dificuldades no uso da terminologia “cidade local” criada por Milton Santos, declarando que o uso da mesma pode levar a sociedade a pensar que esses centros não possuem comunicação com outros núcleos, sendo apenas locais, mesmo que isso ocorra em

algumas circunstâncias em relação aos serviços de saúde especializados, onde, em geral, os moradores das pequenas cidades vão para centros maiores.

Em relação à terminologia “pequeno porte” esta se difere do termo “pequena cidade” pela questão do tamanho demográfico. Sposito (2004) apresenta um debate sobre a distinção entre cidade média e cidade de porte médio, onde a cidade de porte médio seria aquela que contém entre 50 e 500 mil habitantes e a cidade média deve ser entendida como uma cidade de porte médio que desempenha papéis intermediários e/ou regionais no conjunto da rede urbana. A autora exemplificou ainda que:

Pode-se supor, entretanto, a existência de cidades médias com menos de 50 mil habitantes, em áreas de baixa densidade demográfica, nas quais as distâncias entre as cidades em função da rede urbana rarefeita levam assentamentos urbanos que não são de porte médio, considerando-se os parâmetros populacionais eleitos, a desempenhar papéis de cidade média [...]. Da mesma forma, há situações em que a grande densidade demográfica e a proximidade entre as cidades, ou seja, a existência de uma rede urbana densa gera grande competição entre as cidades de porte médio e/ou o reforço da concentração dos papéis de uma cidade com mais de 500 mil habitantes. (SPOSITO, 2004, p. 333).

Diante disso, a noção de cidade de porte médio refere-se apenas ao tamanho demográfico, enquanto a cidade média atribui-se a questão de categoria dentro da hierarquia urbana quando se busca constituir relações com outras cidades. Desta forma, podemos utilizar o mesmo argumento para distinguir as cidades de pequeno porte das pequenas cidades.

2. PEQUENAS CIDADES NO CONTEXTO METROPOLITANO

A urbanização brasileira ganhou notoriedade a partir de 1950, como consequência do cenário que o país encontrava-se, marcado por um processo de industrialização. Além disso, fatores como a concentração fundiária e a mecanização do campo, foram determinantes para o êxodo rural e a fixação dessa população até então rural, no espaço urbano.

Até 1940 o país possuía uma economia baseada na exportação agrária. Moreira Junior (2014) atenta que, nesta época, as cidades brasileiras possuíam uma importância restrita desempenhando papéis atrelados, principalmente, por questões políticas e administrativas.

O país era composto por subespaços organizados por lógicas próprias ditadas, sobretudo, pelas relações voltadas para o exterior. A atividade econômica limitava o desenvolvimento de um mercado interno, do artesanato e da indústria, ou seja, atividades básicas para a consolidação da vida urbana. (MOREIRA JUNIOR, 2014, p.15).

Posterior a este momento, a conjuntura do país altera-se e passa a desenvolver uma economia industrial que resultou em transformações na organização do espaço brasileiro, tornando-o, aos poucos, mais urbanizado. No entanto, é apenas a partir de 1970 em que a população brasileira passa a ser predominantemente urbana, conforme pode ser observado na tabela 2, sendo possível identificar também que, ao longo as décadas seguintes, este processo intensificou-se cada vez mais.

Tabela 2 - População rural urbana e taxa de urbanização brasileira

Censos	População rural	População urbana	População total	Taxa de urbanização (%)
1940	28.356.133	12.880.182	41.236.315	31,24
1950	33.161.506	18.782.891	51.944.397	36,16
1960	38.767.423	31.303.034	70.070.457	44,67
1970	41.054.053	52.084.984	93.139.037	55,92
1980	38.566.297	80.486.409	119.052.706	67,59
1991	35.834.485	110.990.990	146.825.475	75,59
2000	31.845.211	137.953.959	169.799.170	81,25
2010	29.830.007	160.925.792	190.755.799	84,36

Fonte: Censo demográfico (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

Elaboração: Letícia Latanzio Montezel, 2019.

O país está em um constante processo de urbanização. Conforme os dados disponibilizados pelo último censo (IBGE - 2010) a população urbana passou a concentrar 84,36% do território nacional. Diante deste contexto, Spolaor e Bolfe (2019, p.7), apontam que o processo de urbanização ocorre de modo mais acentuado nas grandes cidades, megacidades e metrópoles.

Históricamente, a urbanização na América Latina deu-se de modo mais acelerado a partir da segunda metade do século XX, gerando metrópoles e uma grande concentração populacional, evidenciando as desigualdades e respectivos problemas urbanos, que comparecem em todos os portes de cidades, com diferenciadas configurações.

É importante mencionar que, de acordo com estudos divulgados pelo IBGE (2011), a urbanização brasileira passou a adquirir uma nova face, pois ocorrem novas dinâmicas de crescimento populacional, em números relativos, no Brasil.

As evidências empíricas sinalizam que são as cidades com menos de 500 mil habitantes as que mais crescem no País, o que demonstra a influência da migração, muito embora as grandes cidades continuem concentrando parcela expressiva da população (aproximadamente 30%). Esse fenômeno vem ocorrendo nas últimas três décadas, o que reforça o caráter de “desconcentração concentrada” na distribuição populacional no Brasil. Os municípios com 500 mil habitantes ou mais aumentaram em quantidade quando comparados com o ano de 2000, passando de 31 para 38. (IBGE, 2011, p.40).

A vasta presença da tipologia de cidades médias e grandes no território nacional faz com que diversas pesquisas sejam realizadas nesse âmbito, além disso, o fato da urbanização brasileira ter gerado, em maior escala, grandes cidades e Regiões Metropolitanas, também tornou estes centros como principal alvo de estudos. No entanto, deve-se atentar que, como exposto no capítulo anterior, as pequenas cidades também fazem parte da urbanização brasileira, havendo um grande número deste porte de cidades no país, diante disso, estas também merecem destaque no meio científico.

As pequenas cidades estão presentes em uma parcela significativa do país, possuem realidades distintas, sendo influenciadas pela situação geográfica em que se encontram e assumem diferentes papéis na rede urbana ao qual estão inseridas. Nesse sentido torna-se importante compreender a configuração do processo de metropolização e a instituição de Regiões Metropolitanas no Brasil.

De acordo com Ferreira (2014), o processo metropolização permite que ocorram transformações no espaço, não se limitando apenas as regiões

metropolitanas, mas também abrangendo as cidades médias e pequenas, desenvolvendo, conseqüentemente:

[...] grande intensidade de fluxos de pessoas, mercadorias e capitais, do crescimento das atividades de serviços e de cada vez maior demanda do trabalho imaterial, da concentração de atividades de gestão e administração, da construção de um modo de viver e de consumo que se espelha no perfil da metrópole. (FERREIRA, 2014, p.03).

Lencioni (1991) traz uma importante contribuição acerca do processo de metropolização ao alegar que não necessariamente estes processos de ocorrem de modo autonomo, pois ocorre na “reestruturação urbano-industrial do Estado de São Paulo, a conurbação de cidades, o crescimento relativamente menor de alguma ou, exacerbado de outras – como, por exemplo, o grande crescimento de Campinas.” (LENCIONI, 1991, p. 69). De acordo com a autora, estas características evidenciam “manifestações constitutivas da expansão metropolitana paulista, que se configura numa “macro-metropole” que é reforçada e, não negada, pela dispersão.” (LENCIONI, 1991, p. 69-70).

No que se refere a institucionalização de Regiões Metropolitanas, segundo o IBGE (2019), uma região metropolitana se estabelece por meio de uma legislação estadual e é constituída pelo agrupamento de municípios limítrofes, tendo por objetivo integrar, por meio de interesses em comum, a organização, o planejamento e a execução de funções públicas. De acordo com Brasil (2016), a institucionalização das regiões metropolitanas no país ocorreu em duas fases:

A primeira, no fim da década de 1960 e durante a de 1970, como parte da política nacional de desenvolvimento urbano, relacionada a expansão da produção industrial e a consolidação das metrópoles como lócus desse processo; a segunda etapa iniciada com a Constituição Federal do Brasil, de 1988, que facultou aos estados a competência de criar regiões metropolitanas. (BRASIL, 2016, p.16)

Em relação à Constituição Federal de 1988, esta estabelece que os Estados “poderão instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum” (BRASIL, 1988). Diante disso, os Estados passaram a ter autonomia para criar suas regiões metropolitanas, sendo que a ocorrência dos movimentos pendulares, importantes para a compreensão da dinâmica urbana e a existência da conurbação entre as cidades, que criam vínculos socioeconômicos entre si, apresentam-se como

importantes fatores para a delimitação destas regiões. Moreira Junior (2014) alerta que a composição da região metropolitana não pode ser instituída através da legislação sem que alguns aspectos sejam observados para determinar a sua existência.

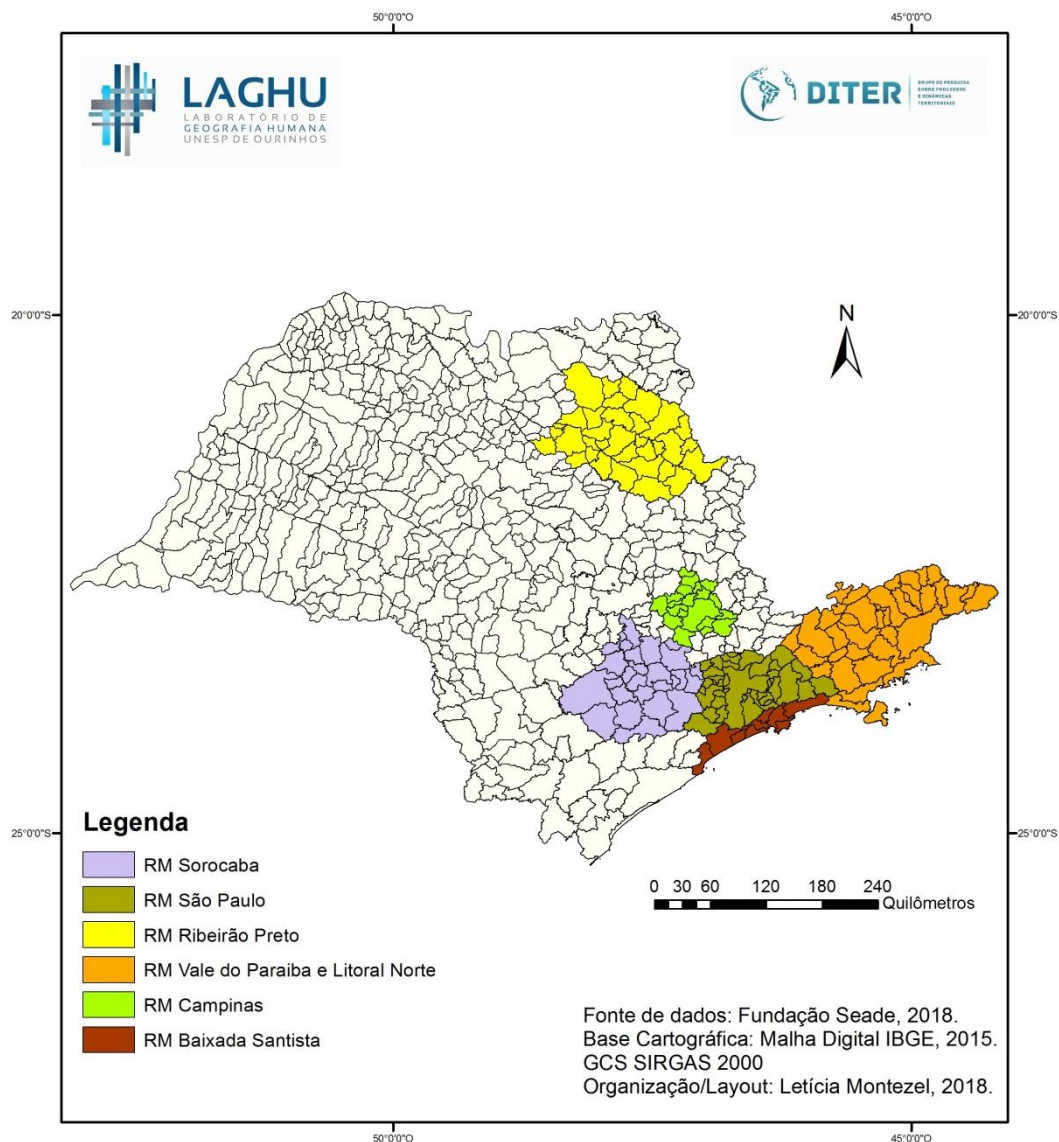
Apesar de, no país, uma região metropolitana, ser instituída por lei, deve-se admitir que, enquanto fato concreto do processo de urbanização, uma região metropolitana não se cria. Os processos e fenômenos que engendram a produção do espaço, por si, consolidam sua formação. Isto significa que esta não pode ser criada, apenas reconhecida enquanto fenômeno geográfico. Sua institucionalização objetiva a realização de políticas públicas destinadas à melhoria da qualidade de vida, englobando todos os municípios que a compõe. (MOREIRA JUNIOR, 2014, p. 69).

No que se refere ao Estado de São Paulo, este está situado na região Sudeste, conta com a maior população do país com cerca de 44.304.280 habitantes (SEADE, 2019). Subdivide-se em 645 municípios, 6 regiões metropolitanas, 16 regiões administrativas, 43 regiões de governo e 3 aglomerações urbanas (SEADE, 2019). As Regiões Metropolitanas do Estado integram ainda a Macrometrópole Paulista, sendo este um termo utilizado pela Empresa Paulista de Desenvolvimento Metropolitano SA - Emplasa⁶ (2019) para designar um dos maiores aglomerados urbanos do hemisfério sul, composto pela integração das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista, Campinas, Sorocaba, Vale do Paraíba e do Litoral do Norte.

A importância socioeconômica da região é traduzida nos seus números. Esse extenso território concentra indústrias de alta tecnologia, comércio diversificado, os serviços mais complexos e a agroindústria mais produtiva. Os maiores portos e aeroportos, o melhor complexo rodoviário e os maiores polos de conhecimento e inovação do país. (EMPLASA, 2019)

⁶ A Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA (Emplasa) é um instituição pública que possui vínculo com a Secretaria Estadual de Governo, encarregada de realizar o planejamento das Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo, a partir de projetos relacionados ao desenvolvimento regional e a por meio de políticas públicas. Em maio de 2019, foi aprovada a emenda aglutinativa ao projeto de Lei n. 01, de 2019, pela Alesp, sendo proposto a extinção da Emplasa Esta medida adotada pelo Governador Estadual de São Paulo, João Dória, coloca em risco o patrimônio público que produz informações e estudos referentes ao planejamento urbano metropolitano.

Figura 2 - Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo.



Observa-se a partir da figura 2 que as regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas, Baixada Santista, Sorocaba e Vale do Paraíba e Litoral Norte realizam uma maior integração e estão praticamente polarizadas na porção leste do Estado, estando aglomeradas umas com as outras. Juntas, estas regiões concentram um grande percentual populacional e apresentam estágios de conurbação umas com as outras, em alguns casos. Desta forma, pode-se afirmar que há uma conexão entre a rede urbana destas regiões onde compartilham-se influências, interações espaciais e realizam-se trocas econômicas-financeiras.

Referente ao número de pequenas cidades localizadas nestas regiões metropolitanas, a realidade não se diferencia da totalidade do território brasileiro,

pois o cenário do local é também ocupado por um grande número de cidades com esta característica, conforme pode ser observado na tabela 3.

Tabela 3- Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo – Número de municípios segundo as classes de tamanho da população.

Classes de tamanho da população	Censo 2000	Censo 2010	Estimativa da População 2018
Até 50.000	97	93	85
De 50.001 a 100.000	29	23	30
De 100.001 a 500.000	34	43	44
Mais de 500.001	8	9	9
Total	168	168	168

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000 e 2010 e Estimativa da população 2018.
Organização: Letícia Latanzio Montezel, 2019.

No que se refere à população das regiões metropolitanas do Estado (tabela 3), que conta com 168 municípios, 85 deles se englobam na classificação de cidades com até 50.000 habitantes e 30 destes possuem de 50.000 a 100.000 habitantes (IBGE, 2018), havendo no total cerca de 115 municípios dentro da classificação de pequenas cidades. Observa-se que houve uma diminuição no número de pequenas cidades encontradas no intervalo de até 50.000 habitantes desde o último censo, no entanto este dado não altera a significativa participação desta mediante ao grande número de cidades que ainda compete a esta classificação. No que se refere às cidades com população de 50.001 até 100.000 habitantes, que também estão enquadradas dentro da classificação que pode conter pequenas cidades, o número destas aumentou desde a última década e em relação as cidades médias e grandes cidades, o cenário sofreu pouca ou nenhuma alteração.

Desta forma, diante da situação que evidencia um Brasil urbano e em decorrência da grande quantidade de pequenas cidades inseridas nessa realidade, faz-se necessário analisar esta categoria de cidades na rede urbana, tal como os processos, particularidades e relações com outros centros que as envolvem.

Houve certa dificuldade em encontrar pesquisas envolvendo a temática das pequenas cidades em regiões metropolitanas. Destacamos apenas o trabalho de Moreira Junior (2014), que explana essa temática em sua pesquisa que também envolve a região metropolitana de Campinas, onde, por exemplo, o mesmo abordou em sua tese de doutorado a dinâmica demográfica, os papéis urbanos e a (re) produção destes espaços. Este autor menciona em sua obra a dificuldade que

também tivemos de enfrentar em encontrar pesquisas relacionadas ao assunto e destaca a importância em realizar pesquisas neste âmbito.

Não foi encontrado registro de estudo cujo objeto e objetivo eram cidades pequenas em regiões metropolitanas. As transformações na organização espacial do país, no contexto da reestruturação produtiva e da redefinição da rede urbana, ampliou a necessidade de compreender os papéis e significados assumidos por núcleos urbanos de diferentes portes, o que favoreceu a retomada do tema das cidades pequenas, pela ciência. Porém, a Geografia precisa expandir para novos horizontes. (MOREIRA JUNIOR, 2014, p.61).

Ao trabalhar as pequenas cidades em regiões metropolitanas, Moreira Junior (2014) analisou, entre outros aspectos, as características de quatro regiões metropolitanas brasileiras, a fim de identificar nessas situações geográficas, as diferenças e semelhanças contidas nesta realidade. As Regiões Metropolitanas escolhidas para realizar esta investigação foram as Regiões de São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Manaus, justificadas pelo autor como sendo: “as principais do país e uma amostra da gama multifacetada deste fenômeno administrativo e geográfico.” (MOREIRA JUNIOR, 2014, p.77) onde conclui que as pequenas cidades inseridas nestas regiões e nas regiões metropolitanas do país como um todo, possuem diferentes particularidades, não sendo alvo de muitos interesses no ramo científico e político.

De uma maneira geral, explorar mesmo que sucintamente, o perfil das regiões metropolitanas do país serve para confirmar um fato: a cidade pequena é uma experiência urbana presente em todas as porções do território nacional, seja em áreas metropolitanas ou não. São diversas e repletas de especificidades. (MOREIRA JUNIOR, 2014, p.83).

As pequenas cidades, como já mencionado no capítulo anterior, não devem ser analisadas somente em relação ao aspecto populacional. Esta classificação de cidades pode conter particularidades que lhes atribuem um papel econômico relacionado ao perfil pelo qual sua situação geografia apresenta maior força, podendo ser cidades que apresentam características agrícolas, industriais e comerciais, podendo ainda existir cidades marcadas por características turísticas e históricas. Além disso, estas cidades podem possuir mais de um destes atributos em suas realidades, ao mesmo tempo, desempenhando papéis diferenciados tanto em área metropolitanas como fora delas.

A tese de doutorado de Ângela Maria Endlich (2006) “Pensando os papeis e significados das pequenas cidades no noroeste do Paraná” pesquisou a realidade de pequenas cidade localizadas em uma área não-metropolitana mostrando que no

caso paranaense, as pequenas cidades localizadas no noroeste do estado tiveram uma ressignificação de seus papéis, além de uma diminuição populacional, em alguns casos. As quatro cidades pesquisadas pela autora estavam inseridas numa formação socioespacial a partir do complexo econômico capitalista da economia cafeeira. No entanto, uma série de transformações alterou rapidamente as características originais adquiridas pela região, como as mudanças na agricultura, uso do solo, surgimento de um novo perfil industrial do Estado e outras questões ligadas à cultura, formas de consumo e de acessibilidade também geraram implicações espaciais. No estudo dessa autora, percebe-se que houve uma redefinição da rede urbana e dos papéis e significados das pequenas cidades estudadas. Diante disso, alguns aspectos sobre a construção e reconstrução da escala local, seu significado político e seus limites, onde as políticas territoriais estabeleceram-se conforme o processo de centralização e concentração do capital, tiveram de ser considerados. Endlich (2006) também trabalha em seu estudo com a questão da supramunicipalidade, onde há uma parceria entre as cidades vizinhas por meio de articulações políticas. Assim, estas pequenas cidades passam a possuir uma importância específica na perspectiva social, além de terem seus papéis redefinidos.

Desta forma, pode-se observar que tanto as cidades pequenas contidas em regiões metropolitanas, quanto em áreas não-metropolitanas, apresentam diferentes especificidades e devem ser compreendidas a partir do entendimento da dinâmica econômica e socioespacial que envolve estes centros, seu papel na rede urbana e interpretando o processo histórico que desencadeou a configuração atual.

2.1 Regionalização paulista e a realidade de Campinas

A questão da regionalização é uma realidade no Brasil, particularmente por meio dos estudos do IBGE, desde a década de 1940, envolvendo sempre interesses científicos, necessidades de planejamento e, mais recentemente, a gestão do território. No século XX ocorreram diversas propostas do instituto sobre as divisões regionais no Brasil, pelo qual foram utilizados diferentes conceitos e métodos, de acordo com BRASIL (2017), foram elas: Zonas Fisiográficas (1940); Microrregiões Homogêneas (1968); e Mesorregiões e Microrregiões Geográficas (1989).

No que se refere ao primeiro projeto, sobre a divisão em zonas fisiográficas, pode-se dizer que esta foi pautada em um contexto político-institucional pelo qual o país ainda era predominantemente rural e, desta forma, essa proposta proporcionava um conhecimento mais apurado sobre o território. Já a segunda sugestão de divisão, denominada de Microrregiões Homogêneas, foi elaborada no momento em que o país estava em um rápido processo de urbanização e industrialização, tendo por finalidade proporcionar a compreensão sobre os contrastes e as desigualdades regionais relacionadas à unificação do mercado. (BRASIL, 2017).

As duas primeiras propostas de divisões regionais criadas pelo IBGE de Zonas Fisiográficas (1940) e de Microrregiões Homogêneas (1968), foram realizadas em uma conjuntura pelo qual o objetivo do país estava relacionado a centralização do poder. Já terceira proposta de Mesorregiões e Microrregiões Geográficas (1989), surgiu num contexto pelo qual havia um interesse em realizar uma descentralização do poder, não sendo uma coincidência essa proposta ter sido elaborada próxima a homologação da Constituição Federal do Brasil de 1988 que estabelecia uma maior participação dos cidadãos e das instituições públicas e privadas na gestão do território brasileiro, além de intensificar a capacidade dos Estados e Municípios referente aos seus respectivos territórios. Além disso, essa divisão regional criada em 1989 adotava a realidade de que o território brasileiro não mais estava voltado à predominância de uma pecuária bovina ultra extensiva, mas estava estruturado por um complexo agroindustrial em andamento que resultaria na introdução do interior do país na produção mundial de commodities. (BRASIL, 2017)

Tal divisão, pautada na malha político-administrativa, constitui, por sua vez, outra forma de configurar o Território Nacional no sentido de servir de referência tanto à divulgação da informação estatística, quanto, eventualmente, à ação do governo para alocação de recursos e implementação de projetos e, mais recentemente, à conjugação de interesses comuns por parte de municípios vizinhos. (BRASIL, 2017, p.7).

A divisão em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas, criada pelo IBGE, é muito utilizada ainda na atualidade pelos estudos acadêmicos e pelo levantamento e sistematização de dados. As microrregiões são uma subdivisão das mesorregiões e estão estabelecidas no parágrafo 3 do art. 25 da Constituição Federal de 1988.

Recentemente, em 2017, o IBGE em parceria com a Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (ANIPES) criou uma nova

divisão regional do Brasil que substitui as mesorregiões e as microrregiões por regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias, respectivamente, exibindo um novo recorte da divisão das regiões relacionados as mudanças que ocorreram no território desde a última divisão publicada há 3 décadas, tratando de processos sociais, políticos e econômicos, como a rede urbana e fluxos de gestão.

A região torna-se, por meio dessa opção, uma construção do conhecimento geográfico, delineada pela dinâmica dos processos de transformação ocorridos recentemente e operacionalizada a partir de elementos concretos (rede urbana, classificação hierárquica dos centros urbanos, detecção dos fluxos de gestão, entre outros), capazes de distinguir espaços regionais em escalas adequadas. (IBGE, 2019)

As Regiões Geográficas Intermediárias e as Regiões Geográficas Imediatas, antigas mesorregiões e microrregiões, consistem em organizar municípios que possuam realidades econômicas e sociais semelhantes em uma determinada área geográfica, onde a primeira estrutura-se por meio de centros urbanos próximos de modo a satisfazer as necessidades imediatas da população, e a segunda, organiza-se em uma escala intermediária buscando articular as regiões geográficas imediatas através de um polo de hierarquia superior diferenciado por meio dos fluxos de gestão públicos e privados e também de funções urbanas de maior complexidade. A finalidade dessas divisões regionais não envolve uma entidade política ou administrativa, tendo sido criada apenas para fins estatísticos.

Já a divisão regional, efetuada pela administração estadual, que define duas escalas de centros urbanos que consistem nas Regiões Administrativas (RA's) e as Regiões de Governo (RG's) busca classificar os conjuntos de municípios que possuem características similares em relação à vocação e os padrões de polarização e hierarquia funcional das cidades, tendo ainda por finalidade planejar e descentralizar a administração estadual (SÃO PAULO, 2011). Diferentemente da divisão regional estabelecida pelo IBGE como Regiões Geográficas Intermediárias e as Regiões Geográficas Imediatas, essa divisão possui como objetivo um planejamento político e administrativo da área, estimulando o seu desenvolvimento.

A regionalização do Estado de São Paulo, por meio da legislação, iniciou-se em 1967, por força do Decreto nº 48.162 e essas regiões foram tidas como “agregações de caráter supramunicipal, com vistas à organização de atividades de planejamento, de prestação de serviços públicos e/ou gestão de políticas e

programas públicos, de responsabilidade compartilhada, quer entre o Estado e municípios, quer entre municípios.” (SEADE, 2018 p. 01.) De acordo com o SÃO PAULO (2011) essas unidades regionais foram definidas com o intuito de estabelecer:

I o planejamento regional para o desenvolvimento socioeconômico e melhoria da qualidade de vida; II a cooperação dos diferentes níveis de governo, mediante a descentralização, articulação e integração de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, com atuação na região, visando ao máximo aproveitamento dos recursos públicos a ela destinados; III a utilização racional do território, dos recursos naturais, culturais e a proteção do meio ambiente, mediante o controle da implantação dos empreendimentos públicos e privados na região; IV a integração do planejamento e da execução de funções públicas de interesse comum aos entes públicos atuantes na região; V a redução das desigualdades sociais e regionais. (SÃO PAULO, 2011 p. 81.)

No que se refere as Regiões Administrativas (RA's) e as Regiões de Governo (RG's), a primeira incorpora uma região e a outra, em uma menor escala, abrange uma sub-região. Sendo assim, utilizou-se como critério construir as regiões a partir de unidades municipais próximas e que preservavam trocas entre si e também com o polo principal, desde que essas trocas fossem mais intensas do que com quaisquer outras unidades regionais. Atualmente, de acordo com a Fundação SEADE (2019), tem-se no Estado de São Paulo 16 regiões administrativas, 43 regiões de governo e 6 Regiões Metropolitanas (RM de São Paulo, RM de Campinas, RM da Baixada Santista, RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte, RM de Sorocaba e RM de Ribeirão Preto).

2.2 A Região metropolitana de Campinas

A região metropolitana de Campinas teve seu processo de urbanização a partir do complexo cafeeiro paulista, em meados do século XIX. Antes a economia regional baseava-se no plantio da cana e na produção do açúcar, tendo passado por diversas transformações produtivas ao longo do século XIX. Ao adotar o café como principal cultura produtiva, a produção regional obteve destaque assumindo o primeiro lugar no Estado de São Paulo. Este período cafeeiro permaneceu até as primeiras décadas do século XX e garantiu que houvesse um boom na população de Campinas devido à expansão da lavoura cafeeira⁷. Este acontecimento, juntamente

⁷ De acordo com SEADE (2006) neste período o Estado de São Paulo teve sua população dobrada de 2.282.279 habitantes, em 1900, para 4.592.188, em 1920. Todos os municípios tiveram

a questão do eixo ferroviário, foram fatores que contribuíram para que surgisse grande parte dos núcleos que deram origem aos atuais municípios que compõe a RMC. (SEADE, 2006).

Em 1930, com a crise do café, a região contou com algumas transformações a partir da inserção de novas atividades econômicas. Desta forma, as produções agrícolas do algodão e da cana-de-açúcar passaram a ser introduzidas na região, além das indústrias de alimentos e do ramo têxtil (MONTALI, et. al., 2010). A partir de 1930 até 1960, a economia da região estava fortemente voltada ao setor industrial, principalmente nos municípios de Campinas, Americana e Indaiatuba e após a década de 60, a região passou a contar com a instalação de indústrias de minerais não-metálicos, de metalurgia e farmacêutica, permitindo, a partir dessa expansão industrial, que houvesse um aumento populacional ainda maior, principalmente em Campinas. (SEADE, 2006; MONTALI, et. al., 2010). Além de a produção industrial ter se intensificado na região, após esta década também houve “[...] a rápida evolução de moderna e diversificada agricultura, com destaque para cana-de-açúcar, laranja, avicultura, horticultura, fruticultura e rebanho leiteiro”. (SEADE, 2006, p. 7).

Em 1970, a região recebeu importantes investimentos, dando início ao processo de interiorização do desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo e tornando-se importante produtora de bens exportáveis e de produtos modernos e rentáveis. Esta interiorização do desenvolvimento da economia deu espaço para que os demais municípios da região também pudessem estabelecer a base de sua economia voltada para o ramo industrial e agrícola. Além disso, este cenário permitiu que Campinas se tornasse um importante polo industrial nesta época, tendo ao seu entorno, diversas aglomerações urbanas (BAENINGER, 2000). De acordo com SEADE (2006), foi entre os anos de 1970 e 1980 que o processo de metropolização começa a ocorrer na região, gerado pela integração econômica entre os municípios devido: “[...] a localização de indústrias, comércio e serviços ao longo dos eixos rodoviários, fora dos centros urbanos, em espaços intermunicipais”. (SEADE, 2006, p. 8), fazendo com que houvesse “[...] a unificação do mercado de trabalho local e estimulando fortemente os fluxos de pessoas e produtos, configurando

participação neste aumento populacional, no entanto, Campinas e o planalto ocidental foram os locais que tiveram o maior crescimento de suas populações.

simultaneamente a modernização da função de centralidade de Campinas”. (SEADE, 2006, p. 8).

Nos anos 90, grande parte dos municípios da atual RMC, já estavam incorporados à dinâmica econômica e espacial da região metropolitana, por meio de dois fatores que podem ser analisados em conjunto, como as conexões entre os municípios através dos eixos rodoviários e também através das conurbações urbanas entre estes centros, ao qual já se verificava:

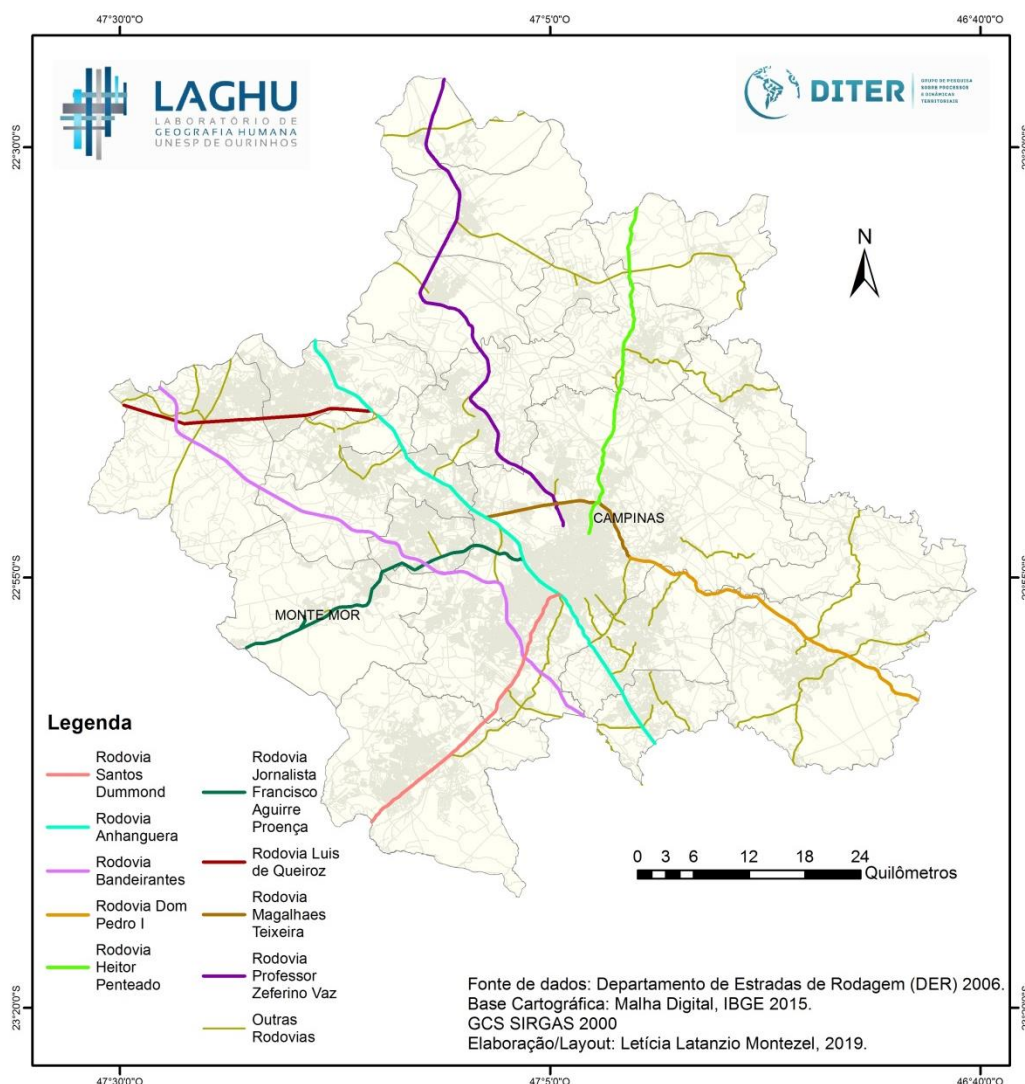
[...] uma mancha contínua de Vinhedo a Sumaré, ao longo da Via Anhanguera, e de Sumaré a Santa Bárbara d'Oeste, configurando uma conurbação de sete municípios da RMC (Vinhedo, Valinhos, Campinas, Sumaré – incluindo Hortolândia, Nova Odessa, Americana e Santa Bárbara d'Oeste). Verifica-se também a conurbação entre Sumaré (na área que é hoje Hortolândia) e Monte Mor. (SEADE, 2006, p.9).

Em relação a Rodovia Anhanguera, esta mostra-se como um importante condutor do desenvolvimento dos municípios desta região, pois é perceptível a intensa conurbação dos municípios ao entorno desta via (figura 3). A mesma característica pode ser observada em relação aos municípios que encontram-se localizados no entorno da Rodovia Santos Dummond e da Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença (SP-101), sendo possível observar ainda que a conurbação entre os municípios ao longo destas vias deu-se no entorno do município de Campinas, localizado no entroncamento destes eixos.

A RMC possui uma extensa malha de rodovias que servem tanto para ligar as demais cidades até a área metropolitana, como também servem para dar acesso a outras importantes regiões do Estado e do país (figura 3).

Dentre os processos físicos que favorecem a metropolização, a implantação de rodovias desponta como elemento fundamental, pois propicia condições para integração entre as cidades e a intensificação dos fluxos. Os sistemas de circulação sempre tiveram papel relevante para o desenvolvimento territorial e econômico da região. Se a necessidade de fluidez tornou a ferrovia importante no passado, fundando e expandindo cidades, recentemente a rodovia predomina e a presença de um aeroporto adiciona novas formas à circulação. (MOREIRA JUNIOR, 2014, p.100).

Figura 3 - Mapa das principais rodovias da RMC.



Observa-se ainda que, as aglomerações urbanas desta região estavam sujeitas a conter problemas econômicos e sociais em comum (FONSECA; DAVANZO; NEGREIROS, 2002). Desta forma, nos anos 2000, é criada a Região Metropolitana de Campinas, por meio da Lei Complementar Estadual nº 870, sendo composta atualmente por 20 municípios: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

O IGC - Instituto Geográfico e Cartográfico realizou uma listagem de 636 municípios do Estado de São Paulo, com o intuito de compreender como se deu a organização espacial do Estado, organizando os municípios por ordem alfabética e por uma sequência cronológica que envolve suas formações, como leis, decretos,

alvarás etc. De modo a entender como se deu a configuração dos municípios da Região Metropolitana de Campinas, organizou-se um quadro (tabela 4) e um mapa (figura 4) para verificar o histórico da organização espacial da região.

Tabela 4- Emancipação dos Municípios da Região Metropolitana de Campinas.

Municípios	Município de origem	Criação da Freguesia/ Distrito	Elevação a categoria de Município/Vila
Campinas	Jundiaí	1774/1775	1797
Itatiba		1830	1857
Vinhedo		1908	1948
Indaiatuba	Itu	1830	1859
Monte Mor		1832	1871
Sta. Barbara do Oeste	Campinas/Piracicaba	1844/1846	1869
Pedreira	Amparo	1890	1896
Americana	Campinas	1904	1924
Cosmópolis		1906	1944
Valinhos		1896	1953
Sumaré		1909	1953
Paulínia		1944	1964
Artur Nogueira	Mogi-Mirim	1916	1948
Santo Antônio de Posse		1893	1953
Jaguariúna		1896	1953
Nova Odessa	Americana	1938	1959
Morungaba	Itatiba	1891	1964
Hortolândia	Sumaré	1953	1991
Engenheiro Coelho	Artur Nogueira	1890	1991
Holambra	Jaguariúna, Artur Nogueira, Cosmópolis e Santo Antônio da Posse	-	1991

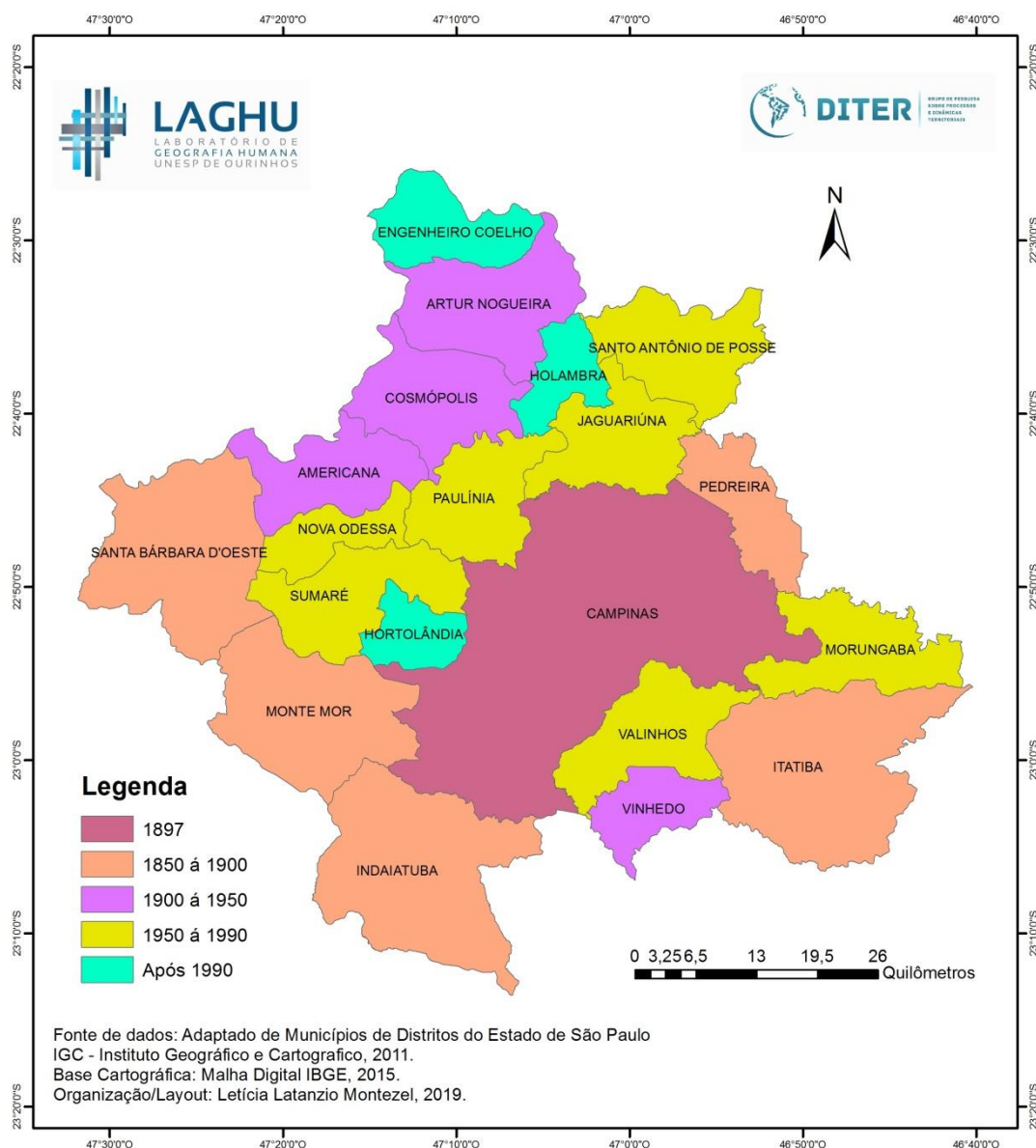
Fonte: IGC – Instituto Geográfico e Cartográfico (São Paulo, 1995).

Organização: Letícia Latanzio Montezel, 2019.

* Em 1844 o distrito de Santa Barbara do Oeste foi transferido para os municípios de Campinas e em 1846 passou a pertencer ao município de Piracicaba.

Os municípios da região de estudo, em um primeiro momento, foram todos provenientes do município de São Paulo, sendo este um dos sete municípios originários para o estado (SÃO PAULO, 1995).

Figura 4- Período de elevação à categoria de município/vila dos municípios da RMC



A figura 4 foi criada com base nas informações sobre as datas de emancipação dos municípios, sendo possível observar quais deles são mais antigos e mais recentes na região. É importante destacar que a emancipação dos municípios ocorreu por diferentes motivações até encontrar-se na configuração atual.

Moreira Junior (2014) faz uma interessante análise ao classificar a emancipação dos municípios da Região Metropolitana de Campinas de acordo com períodos históricos.

[...] pode-se chegar a seis grupos: antes de 1822 (período em que imperava a Constituição Portuguesa); entre 1822 e 1890 (período correspondente ao Império Brasileiro, englobando as Constituições de 1822 e 1824); entre 1891 e 1933 (República Velha, referente à Constituição de 1891); entre 1934 e 1945 (momento da chamada Era Vargas e do Estado Novo, a qual contempla as Constituições de 1934 e 1937); entre 1946 e 1966 (República Populista, correspondente à Constituição de 1946); e, por fim o período pós 1966 (que deu forma ao regime político vigente). Ressalte-se que não há registro, na região, de processo emancipatório na vigência das Constituições de 1967 e 1969, que perduraram durante o Regime Militar. (MOREIRA JUNIOR, 2014, p.97).

Ainda de acordo com este autor, pode-se observar traços particulares entre as pequenas cidades da região, na qual a atividade agrícola mostra-se como uma das principais características em comum entre essas cidades, sendo um importante fator para determinar a ocupação na região. Além disso, outros aspectos provenientes da questão agrícola permitiram que os povoados da região surgissem, como é o caso da construção de capelas, a ferrovia e a migração.

Atualmente, a Região Metropolitana de Campinas faz parte de uma das regiões de maior dinamismo no cenário econômico Brasil. Sendo organizada por uma cidade polo e demais cidades de diferentes portes, é a segunda região com maior quantidade populacional do estado de São Paulo (SEADE – 2018), contendo uma malha viária muito extensa, sendo este um fato que contribuiu grandemente com sua ocupação urbana. Entre os municípios da região há diferenças em relação ao papel que desempenham devido suas características endógenas e exógenas, levando a transformações diversas.

[...] uma cidade pode adquirir várias funções e papéis ao longo do tempo, dependendo da sociedade e das suas formas de espacialização. Sobretudo, estas funções podem ser alteradas, pois a cidade é dinâmica e mutável, assumindo várias atividades e papéis que ao longo do tempo que podem ser modificados referente as relações e construções do homem sobre o mesmo espaço. (MANFIO E BENADUCE, 2011, p. 73).

Pode-se dizer que, no caso do crescimento da região de Campinas, embora tenha acarretado diversos problemas em relação à desigualdade socioespacial, a urbanização e a industrialização geraram oportunidades de emprego e tornaram o local ainda mais atrativo. Além disso, o fato de estar localizada há uma grande

proximidade com a maior metrópole nacional, garante um grande diferencial para esta região.

O município de Campinas é também sede da Região Administrativa de Campinas (RAC), que apresenta sete Regiões de Governo (Bragança Paulista, Jundiaí, Limeira, Piracicaba, São João da Boa Vista, Rio Claro e Campinas) onde 90 municípios fazem parte com 6.816.097 de habitantes (SEADE - 2018). No que se refere a concentração industrial do Estado de São Paulo, a Região Administrativa de Campinas ocupa o segundo lugar, concentrando 21,5% do total estadual de acordo com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP (2016) e tem sofrido um aumento significativo de sua população nas últimas décadas de acordo com esta mesma instituição.

No que se refere à população desta região metropolitana, a estimativa em 2017 foi de 3.168.019, compreendendo a cerca de 7,03% do total da população estadual que equivale a 45.094.866 (IBGE, 2017). A região metropolitana de Campinas conta com 11 pequenas cidades, havendo cerca de 5 municípios com até 50.000 mil habitantes e 6 municípios de 50.001 á 100.000 habitantes (tabela 5).

Tabela 5 - Região metropolitana de Campinas – Número de Municípios segundo as classes de tamanho da população.

Classes de tamanho da população	Censo 2000	Censo 2010	Estimativa da População 2018
Até 50.000	11	8	5
De 50.001 a 100.000	3	4	6
De 100.001 a 500.000	5	7	8
Mais de 500.001	1	1	1
Total	20	20	20

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2000/2010/2018)
Organização: Letícia Latanzio Montezel, 2018.

Observa-se a partir dos dados contidos na tabela 5 que esta região metropolitana contém também um grande número de cidades médias, sendo que estas cidades possuem uma grande importância econômica e social para a região.

Tabela 6 - População dos municípios da Região Metropolitana de Campinas

Localidades	1980	1990	2000	2010
Americana	121.552	150.249	182.300	210.387
Artur Nogueira	15.802	26.449	32.965	44.071
Campinas	661.992	826.100	968.160	1.079.140
Cosmópolis	23.067	34.983	44.250	58.689
Engenheiro Coelho	NA	NA	10.000	15.662
Holambra	NA	NA	7.195	11.257
Hortolândia	NA	NA	151.697	192.317
Indaiatuba	55.731	94.890	146.530	201.089
Itatiba	41.377	59.160	80.987	101.283
Jaguariúna	15.093	23.752	29.533	44.162
Monte Mor	13.890	23.976	37.207	48.839
Morungaba	6.501	8.012	9.893	11.752
Nova Odessa	21.743	32.578	41.987	51.158
Paulínia	20.573	34.511	51.163	81.825
Pedreira	21.295	27.034	35.141	41.501
Santa Bárbara d'Oeste	75.866	135.962	169.818	179.924
Santo Antônio de Posse	10.825	13.934	18.074	20.628
Sumaré	100.589	208.143	196.099	240.901
Valinhos	48.670	65.640	82.817	106.569
Vinhedo	21.494	32.087	47.065	63.453

Fonte: Censo Demográfico - IBGE (2010)
 Organização: Letícia Latanzio Montezel, 2018.

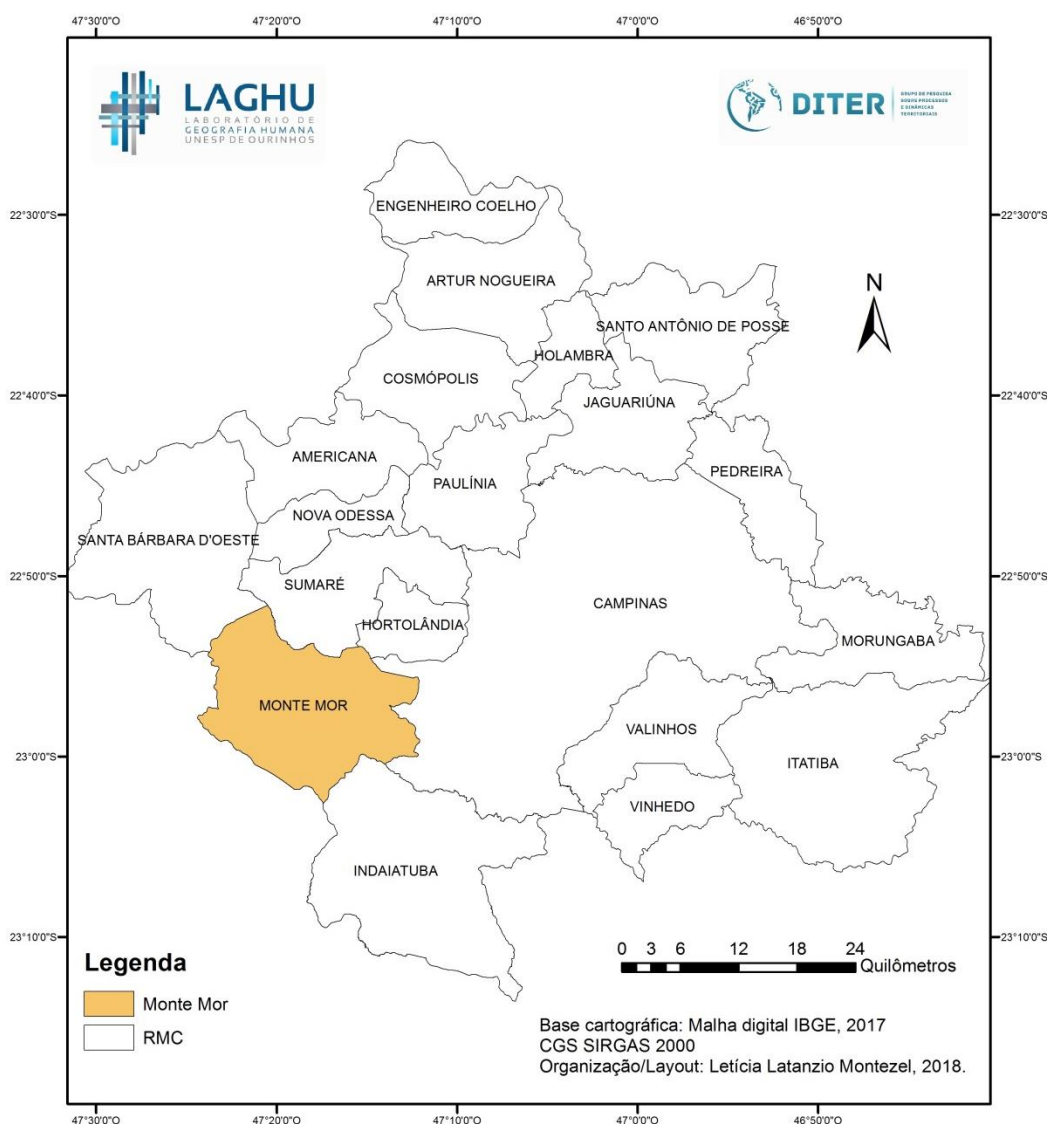
A tabela 6 pode evidenciar melhor a ocorrência de pequenas, médias e grandes cidades na Região Metropolitana de Campinas, a partir do número populacional dos municípios que compõe esta região.

2.3 Caracterização de Monte Mor

O município de estudo, Monte Mor (SP), contém uma área de 240,56 km² e está tipificado inicialmente como pequena cidade por sua população - de 48.949 habitantes (IBGE – Censo 2010) e uma estimativa de 57.423 habitantes (SEADE – 2018). Está localizado na região administrativa e de governo de Campinas e foi incorporado na RMC (figura 5) no ano de 2000. De acordo com os dados disponibilizados pela prefeitura da cidade, o desenvolvimento de Monte Mor teria se iniciado com o cultivo de propriedades adquiridas por famílias vindas de Itu e Porto Feliz, em épocas posteriores ao final do século XVIII. Em 1820, foram feitas doações de terras para a construção de uma capela, pelas famílias Ferreira Alves, Bicudo de

Aguirre e Aguirre Camargo, denominando o local como Capela Curada de Nossa Senhora do Patrocínio de Capivari de Cima. A antiga Capela Curada foi ereta em Freguesia, por decreto de 16 de agosto de 1832, com a denominação de Nossa Senhora do Patrocínio de Água Choca, sendo elevada à categoria de Vila de Monte Mor, por lei provincial da Assembleia Legislativa, em 24 de março de 1871, data em que é considerado o aniversário da cidade (PREFEITURA MUNICIPAL, 2018).

Figura 5 - Região Metropolitana de Campinas com destaque para Monte Mor



No aspecto geológico, Monte Mor encontra-se na Depressão Periférica Paulista, estando localizada na região de transição entre os morros e serras do Planalto Cristalino, possuindo uma altitude média em torno de 600 e 700 metros da Depressão Periférica onde há o predomínio de solos podzólicos arenosos, havendo

latossolos vermelho-amarelos. Além disso, a massa dominante de rocha do município é de origem Paleozoica, do período Carbonífero, pertencente ao Grupo Tubarão, subformação Itararé. (Rocha-Campos, 1967; Soares, 1972; Landim, 1973).

O grupo Tubarão equivale à unidade aquífera, que é denominada sistema aquífero tubarão, na qual, a porção aflorante dos sedimentos que lhe envolvem no Estado de São Paulo, dirigem-se no decorrer de uma faixa em forma de arco, começando na porção nordeste e indo até o centro-sudeste do estado de São Paulo, situada na borda leste da Bacia Sedimentar do Paraná, no contexto hidrogeológico dos sistemas aquíferos Tubarão e Cristalino. Este grupo possui testemunhos da glaciação permocarbonífera, de 354 á 251 milhões de anos, e localiza-se estratigraficamente acima do Grupo Paraná e abaixo do Grupo Passa Dois. No estado de São Paulo, o Grupo Tubarão subdivide-se em: Subgrupo Itararé e Formação Tatuí. A formação Itararé se condiz á parte mais importante do sistema aquífero tubarão, e aflora desde o vale do Rio Itararé no Sul do Estado, até chegar às proximidades ao Rio Mogi Guaçu, por meio da depressão periférica. (SOARES E LANDIM, 1973)

Sobre sedimentos da formação furnas e as rochas do embasamento cristalino, ocorre à formação Itararé. Vários sub ambientes do ambiente glacial relacionam-se aos sedimentos do Itararé, como fluvial, marinho, praiano, lacustre, eólicos, deltaico e outros. Deste modo, a litologia de Itararé (Carbonífero Superior – Permiano Médio) apresenta diamictitos, ritmitos, siltitos, argilitos, folhelhos, conglomerados e arenitos. Estes possuem cores, em geral, que variam de cinza claro a escuro, sendo de uma litologia essencialmente clástica. Entretanto, as litologias predominantes na formação Itararé são os arenitos, que vão de finos a grossos, mineralogicamente imaturos. (IPT 1981b)

O município não apresenta muitas riquezas minerais, havendo destaque apenas do material para a cerâmica e uma pequena mina de carvão, que atualmente está desativada, mas funcionou durante algum tempo.

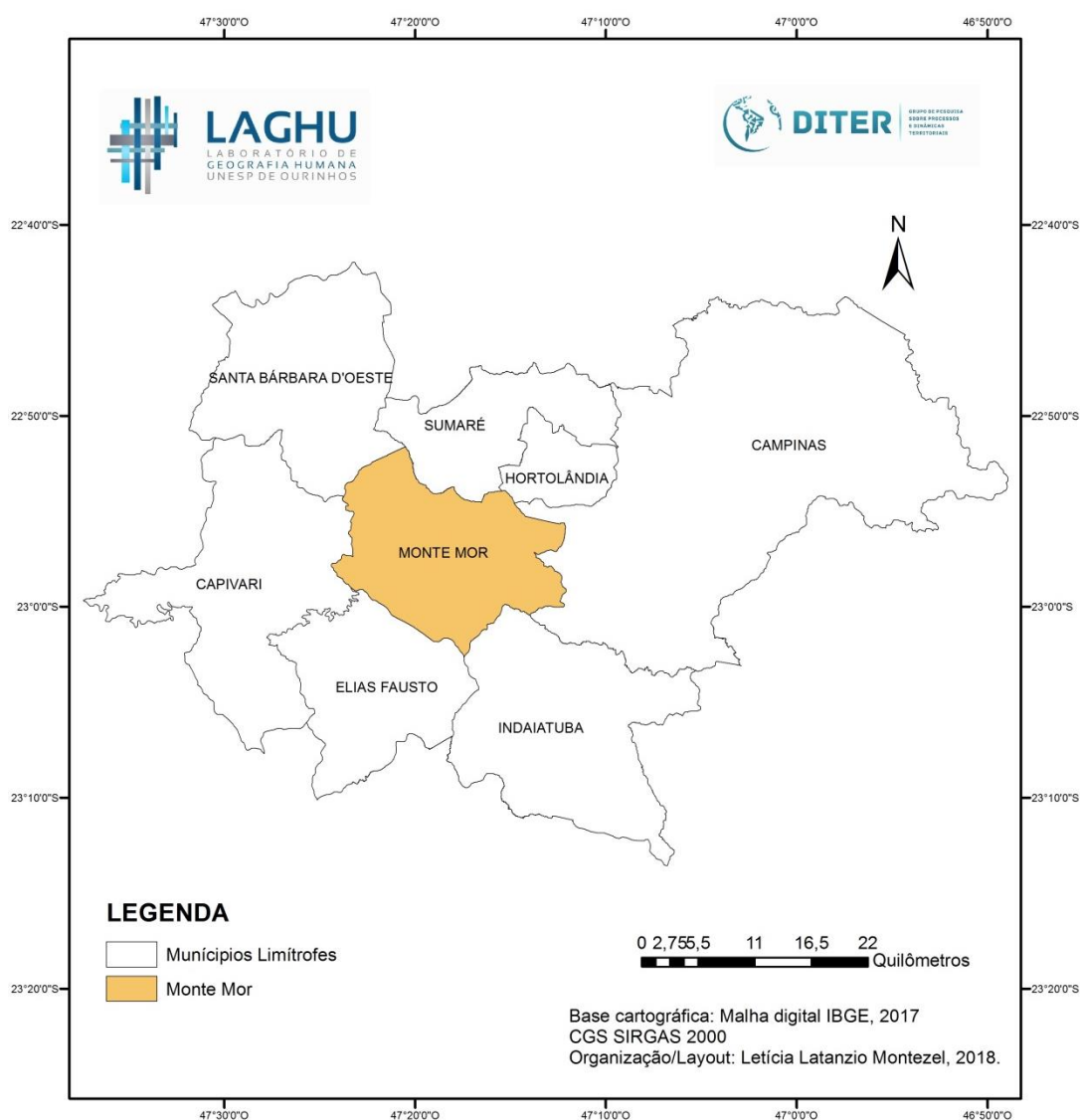
Na questão hidrográfica, o município é cortado pelo Rio Capivari, possuindo riachos e córregos e sendo parcialmente abastecido pelas águas do Capivari-Mirim, que pertence junto ao Rio Capivari, à Unidade Hidrográfica Tietê/Sorocaba que possui uma unidade de gerenciamento que atua em 40 municípios.

De acordo com a classificação climática de Koeppen, o município de Monte Mor localiza-se na área de clima Cwa, que é caracterizada pelo clima tropical de

altitude, com chuvas no verão e seca no inverno e com a temperatura média do mês mais quente superior a 22°C, influenciada pelas massas de ar continental, tropical atlântica e polar atlântica, como em praticamente grande parte da área do planalto cristalino.

A localização de Monte Mor encontra-se em limite com outros sete municípios (figura 6), são eles: Santa Bárbara D'Oeste (34 km), Elias Fausto (14 km), Campinas (26 km), Hortolândia (18 km), Sumaré (18 km), Indaiatuba (24 km) e Capivari (22 km).

Figura 6 - Monte Mor e seus municípios limítrofes.



3. O PAPEL DE MONTE MOR NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

Para analisar a diferenciação do papel de Monte Mor enquanto pequena cidade na Região Metropolitana de Campinas buscou-se levantar informações por meio de entrevistas com agentes bem informados, um deles possuía um cargo político e utilizaremos o termo “representante político” para denominá-lo no texto e o outro era um secretário da prefeitura municipal, para o qual utilizaremos de modo mais geral, o termo “secretário”. Além disso, realizou-se um trabalho de campo, em que foram realizadas entrevistas com moradores da cidade que frequentam o terminal interurbano. Outro aspecto pesquisado foram aqueles relativos aos padrões de expansão urbana, a partir de levantamento documental e posterior análise de alguns aspectos gerais do plano diretor municipal relacionados com as características estudadas, além de pesquisas na literatura envolvendo o assunto.

O estudo ⁸de Moreira Junior (2014), sobre as pequenas cidades da Região Metropolitana de Campinas mostrou-se fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa, nos auxiliando a identificar e analisar diversas características de Monte Mor em meio a região ao qual está inserida. De acordo com o autor, nesta região existem pequenas cidades classificadas por ele como tipicamente metropolitanas e cidades pequenas com características não-metropolitanas, mesmo que façam parte desta região, pois de acordo com Moreira Junior (2014), mesmo estando inseridas no mesmo contexto, as constatações de seu estudo mostram que isso não garante que, geograficamente, estas cidades formem uma unidade. Em relação a primeira tipologia – tipicamente metropolitana - criada pelo autor, constam apenas as cidades de Monte Mor e Jaguariúna, devido ao fato destas possuírem condições econômicas e espaciais relativas ao processo de metropolização, embora as demais cidades pequenas desta região também exibam alguns aspectos deste processo.

Os dados que coletamos a partir das informações extraídas das entrevistas com agentes bem informados, evidenciam que o desenvolvimento do município intensificou-se a partir de 2013 principalmente com a duplicação da rodovia SP-101, já que as empresas procuram ficar situadas em uma localização estratégica, mais próximas à Campinas e outros polos de desenvolvimento. Outro tema que

⁸ Deve-se mencionar que o autor considerou apenas um recorte de até 50.000 habitantes para estabelecer as pequenas cidades em seu estudo, não considerando as cidades com população superior a este número.

compareceu nas entrevistas está relacionado às alterações no plano diretor, a partir do ano de 2015. A revisão no plano diretor garantiu que um novo zoneamento fosse criado para desenvolver diversas áreas no município, principalmente no que se refere no estabelecimento da ZI - Zonas Industriais e a ZCIC – Zona de Consolidação Industrial e o estabelecimento de um Distrito Industrial. No entanto, além dos feitos citados por estes agentes, alguns importantes acontecimentos também foram significativos para o desenvolvimento do município, como: a estratégia da lei de incentivos fiscais que se tornou um estímulo para a vinda de um maior número de empresas até o município e a vinda de um condomínio empresarial até o município. Além disso, destacaram outros fatores que evidenciam que Monte Mor ainda está em processo de “desenvolvimento” e que isso acarretará em resultados positivos. Algumas evidências disso são a ocorrência do maior projeto habitacional do município a partir da construção de 600 moradias do programa Minha Casa Minha Vida e a presença de um número significativo de condomínios e loteamentos fechados, onde alguns ainda estão em fase de construção. Há também futuros projetos envolvendo os eixos rodoviários, que seriam a pavimentação da Estrada do Rio Acima, que ligará o município de Monte Mor até o aeroporto de Viracopos em Campinas, o projeto de duplicar a Rodovia que liga o município até Capivari e também a Rodovia que liga o município até Sumaré.

Identificou-se também que o município conta com alguns problemas, que também serão abordados ao longo deste capítulo, como é o caso de problemas relacionados ao trânsito, em alguns horários, problemas com enchentes ocasionados por uma expansão urbana que se deu, em algumas áreas, de modo irregular e mal planejada, a questão das desigualdades espaciais e o fator relacionado à malha urbana municipal, onde há diversos vazios urbanos entre os bairros. Ainda no que se refere à malha urbana de Monte Mor, esta apresenta algumas áreas que estão conurbadas com o município de Hortolândia, implicando com isso, que a população dos bairros mais afastados da área central, possivelmente frequentem os espaços dessa cidade vizinha de modo potencializado.

No que se refere aos aspectos gerais do Plano Diretor de Monte Mor, este será abordado juntamente aos assuntos que lhes são pertinentes, de modo a complementar as discussões que serão abordadas sobre as características do município ao longo desse capítulo.

Deve-se atentar para a importante função ao qual o Plano Diretor desempenha no desenvolvimento das cidades. Segundo o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), o plano diretor deve ser aprovado por lei municipal e é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo uma ferramenta importante na medida em que garante que os direitos dos cidadãos sejam atendidos em relação à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas a partir do momento em que às exigências expressas por este documento são atendidas. (BRASIL, 2001). Dentre às circunstâncias em que o Estatuto da Cidade estabelece a obrigatoriedade do plano diretor, constam:

Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades: I – com mais de vinte mil habitantes; II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no 4º do art. 182 da Constituição Federal; IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico; V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional. (BRASIL, 2001)

Referente a questão do estatuto da cidade isentar as cidades que possuem uma população inferior a 20 mil habitantes em elaborar Plano Diretor, Moreira Junior (2014) debate sobre a questão de que embora não haja obrigatoriedade, não significa que essas pequenas cidades não estabeleçam legislações que viabilizem seu desenvolvimento. Ainda de acordo com este autor:

[...] Vão existir cidades pequenas com Plano Diretor e outras sem o mesmo direcionamento, o que influencia na produção do espaço. Além disto, um número considerável de cidades, no território nacional, fica a mercê de interesses dos detentores do poder local. (MOREIRA JUNIOR, 2014, p.26)

É estabelecido no Estatuto das Cidades que as cidades revizem o Plano Diretor, pelo menos, a cada dez anos. No entanto, o plano diretor de Monte Mor propõe em sua legislação que o mesmo seja revisto no máximo a cada cinco anos, permitindo ainda com que a população tenha uma participação efetiva durante esse planejamento. Além disso, é estabelecido que para atingir os objetivos e cumprir as diretrizes do Plano Diretor, deverão vigorar no Município as leis referentes ao uso e a ocupação do solo, o parcelamento do solo e as leis relacionadas ao código de obras e a implantação de vilas. No entanto a participação popular e a aplicação efetiva do plano diretor são sempre questões polêmicas e são, muitas vezes, limitadas por grupos de interesses.

Diante do que foi estabelecido na legislação de Monte Mor, perguntou-se aos agentes bem informados se há intenções de grandes reformulações no Plano Diretor (PD) de Monte Mor ou de um novo PD e de algumas de suas leis, como a Lei de Parcelamento da Terra, Lei do Perímetro Urbano, Lei de Uso e Ocupação do Espaço, Código de Obras. O secretário da prefeitura municipal mencionou que o Plano Diretor foi revisado em 2015 e que o poder público municipal deveria revisá-lo novamente até 2020 ou 2021.

Vale a pena ressaltar que antes de 2015, o plano diretor de Monte Mor não possuía a Lei de Código de Obras e como citado pelo secretário, a última revisão e atualização do plano diretor e criação de algumas leis não existentes, foram realizadas em 2015 sob a gestão do atual prefeito.

3.1 Monte Mor e suas características socioeconômicas

3.1.1 Indicadores sociais da Região Metropolitana de Campinas

O município de Monte Mor, embora seja classificado como uma pequena cidade e apresente peculiaridades comuns a essa classificação, está no contexto e lógica de uma grande cidade, recebendo influências dessa condição.

Em relação a sua economia, Monte Mor possui um Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$ 40.875,70 (SEADE - 2016), o 13º maior PIB da RMC (tabela 7). Pode-se observar que, em 8 anos, o PIB per capita municipal praticamente dobrou entre os anos de 2002 e 2010. No entanto, após 6 anos, entre 2010 e 2016, observa-se que o produto interno bruto do município não obteve muito crescimento, havendo um aumento de apenas R\$ 1.466,92 em relação ao valor constado em 2010. Verifica-se também que o município não apresenta destaque nesta questão, se comparado aos demais municípios.

Tabela 7 - PIB (per capita) dos municípios da RMC.

Localidades	2002	2010	2016
Americana	16.547,93	34.394,19	45.686,91
Artur Nogueira	6.402,48	12.987,68	19.977,20
Campinas	14.843,29	35.393,95	51.218,89
Cosmópolis	8.640,23	14.640,79	19.829,39
Engenheiro Coelho	9.844,17	18.109,24	23.441,15
Holambra	27.803,45	33.933,81	68.187,01
Hortolândia	10.601,57	45.567,71	53.488,56
Indaiatuba	14.877,60	38.049,28	51.190,37
Itatiba	17.356,88	33.516,29	45.807,11
Jaguariúna	44.416,25	92.951,24	164.343,21
Monte Mor	20.498,01	39.408,78	40.875,70
Morungaba	18.664,89	27.990,18	31.299,47
Nova Odessa	13.351,84	31.245,62	50.610,72
Paulínia	130.843,47	172.824,31	324.934,69
Pedreira	7.748,05	18.217,90	25.143,22
Santa Bárbara d'Oeste	7.637,95	19.316,42	27.384,02
Santo Antônio de Posse	9.230,26	20.547,70	40.350,53
Sumaré	12.558,94	39.385,90	45.119,81
Valinhos	16.698,78	36.950,67	42.839,54
Vinhedo	31.536,49	72.869,18	108.326,86

Fonte: Fundação SEADE (2002,2010 e 2016).

Organização: Letícia Latanzio Montezel, 2018.

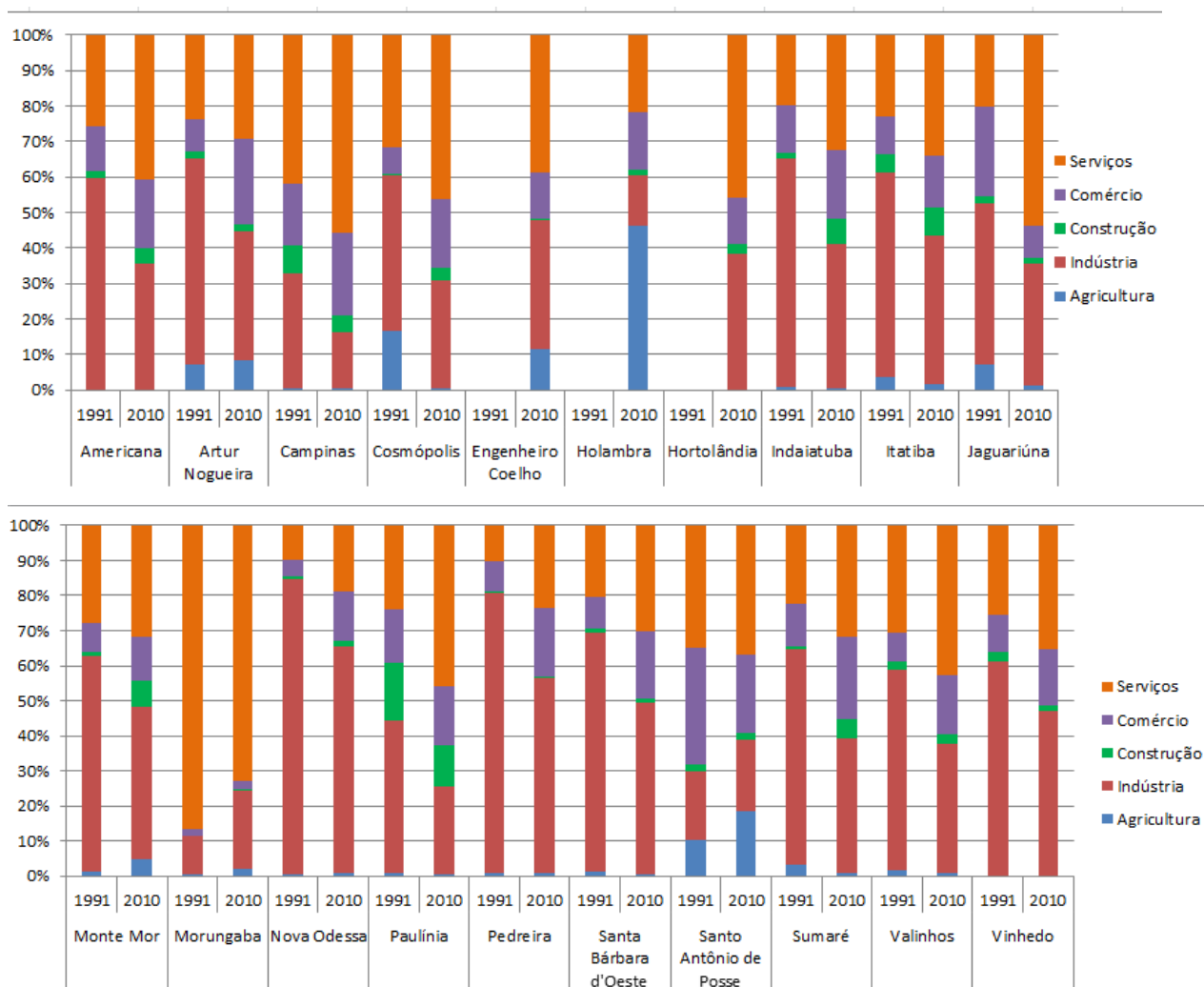
Outro fator que contribui para o desenvolvimento da cidade é a questão de estar localizada em um importante polo industrial, devido a sua proximidade com os eixos rodoviários e aeroviários, assim como o fator de estar próxima à metrópole, sendo este um aspecto que confere particularidade ao processo de expansão urbana da cidade e remete ao modo como sua situação geográfica é particular.

Segundo a plataforma digital da prefeitura (2019), no último levantamento realizado pela mesma, em 2016, foi constatado que Monte Mor possui aproximadamente 1.900 empresas, sendo 100 do ramo industrial, 800 do setor comercial e 1.000 do setor de serviços.

Uma colaboração para o entendimento dos diferentes processos econômicos ocorridos na região, além de outros dados que serão levantados neste capítulo, são aqueles relativos aos empregos formais por setor da atividade desempenhada,

sendo possível, por meio destes, identificar o perfil econômico das cidades da região metropolitana, evidenciando qual setor possui a predominância de suas atividades.

Figura 7 - Percentual dos empregos formais por setor da atividade desempenhada, em 1991 e 2010.



Fonte: Censo demográfico, 1991 e 2010.

Elaboração: Angela Peres Crespo e Letícia Latanzio Montezel, 2019.

A figura 7 evidencia quais setores são predominantes entre as atividades realizadas pelos municípios e demonstra, em alguns casos, as mudanças ocorridas neste cenário. Observa-se que, a maior parte dos municípios desta região desempenham atividades relacionadas com indústria e serviços, pode-se dizer que isso ocorre em consequência da constante industrialização que o país passa, tendo havido uma redução na questão da mão-de-obra. O ramo da agricultura, que apresenta os menores percentuais dentre os setores, se destaca apenas no município de Holambra e no que se refere ao âmbito comercial, este mostra-se

atuante em diversas cidades da Região, embora não apresente grande percentual em nenhuma das realidades e em relação ao empregos relativos a construção civil, verifica-se que Paulínia é o município que apresenta o maior destaque.

No caso específico de Monte Mor, é notável sua participação no setor industrial que, no entanto, apresentou uma queda no período seguinte. Com isso, observa-se que, desde a década anterior, todos os demais setores, tiveram crescimento na participação de empregos.

De modo geral há uma complexidade nesta rede urbana, evidenciando diferenciações entre as cidades no que tange ao potencial econômico de cada local, pois, cada cidade apresenta graus de empregabilidade diferenciados em relação aos setores, refletindo com isso, o perfil socioeconômico de cada município.

Foram selecionados alguns indicadores para mensurar os aspectos relacionados à dimensão social da região, tais como: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) e dados referentes à questão da violência urbana em Monte Mor e nas demais cidades da região. Estes dados permitiram identificar aspectos da desigualdade socioespacial, assim como outras características que auxiliaram na compreensão do papel de Monte Mor nesta região.

O IDHM é um indicador que possibilita analisar o perfil municipal no que se refere ao nível de longevidade, educação e renda. Este índice possui variações de 0 á 1, sendo que, quanto mais próximo do valor 1, maior é o desenvolvimento humano no município. A tabela 8 revela a realidade da Região Metropolitana de Campinas em relação a este parâmetro.

Tabela 8 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios da RMC.

Localidades	1991	2000	2010
Americana	0,609	0,735	0,811
Artur Nogueira	0,519	0,658	0,749
Campinas	0,618	0,735	0,805
Cosmópolis	0,529	0,665	0,769
Engenheiro Coelho	0,472	0,646	0,732
Holambra	0,532	0,688	0,793
Hortolândia	0,493	0,636	0,756
Indaiatuba	0,541	0,704	0,788
Itatiba	0,554	0,705	0,778
Jaguariúna	0,533	0,715	0,784
Monte Mor	0,46	0,62	0,733
Morungaba	0,513	0,646	0,715
Nova Odessa	0,577	0,705	0,791
Paulínia	0,597	0,722	0,795
Pedreira	0,551	0,667	0,769
Santa Bárbara d'Oeste	0,532	0,688	0,781
Santo Antônio de Posse	0,484	0,619	0,702
Sumaré	0,506	0,658	0,762
Valinhos	0,597	0,741	0,819
Vinhedo	0,581	0,749	0,817

Fonte: Fundação SEADE (1991, 2000 e 2010)

Organização: Letícia Latanzio Montezel, 2019.

É possível identificar que Monte Mor está classificado, nos anos de 1991 e 2000, com menores IDHM. Esta situação melhorou em 2010, no entanto, ainda assim, o município apresenta-se com níveis relativamente baixos.

Em relação ao Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), elaborado pela Fundação SEADE, que avalia as condições nas quais os municípios do estado se encontram no que se refere à riqueza, escolaridade e longevidade. Estes três indicativos, juntos, estabelecem um índice que classifica os municípios em cinco grupos. O grupo 1 é aquele que compreende os municípios que apresentam um elevado nível de riqueza por meio de bens níveis nos indicadores sociais. O Grupo 2 refere-se aos municípios que não são capazes de atingir bons indicadores sociais, apesar de possuírem elevados níveis de riqueza. Já o Grupo 3, engloba os municípios com bons indicadores sociais, mas com baixo nível e de riqueza. Na

classificação do grupo 4 estão os municípios que possuem níveis de riqueza baixo e níveis intermediários de longevidade e /ou escolaridade, e o quinto grupo refere-se aos municípios mais desfavorecidos do estado e que apresentam baixos níveis de riqueza e péssimos indicadores sociais (SEADE, 2019). A tabela 9 mostra a realidade dos municípios da RMC quanto aos níveis de Responsabilidade Social e qual o pertencimento destes nos grupos estabelecidos pelo SEADE.

Tabela 9 - Indicadores de Responsabilidade Social (IPRS) dos municípios da RMC (2014).

	Localidades	2014		
		Riqueza	Longevidade	Escolaridade
Grupo 1	Americana	44	72	68
	Nova Odessa	47	75	68
	Campinas	50	75	54
	Hortolândia	51	72	57
	Indaiatuba	50	74	66
	Itatiba	46	74	62
	Jaguariúna	52	73	71
	Monte Mor	46	74	62
	Paulínia	60	76	58
	Santa Bárbara d'Oeste	43	72	65
	Santo Antônio de Posse	44	71	55
	Sumaré	48	74	55
	Valinhos	48	75	68
	Vinhedo	56	79	67
Grupo 2	Holambra	49	74	53
Grupo 3	Artur Nogueira	35	76	62
	Cosmópolis	40	67	60
	Pedreira	38	79	65
	Morungaba	38	73	56
Grupo 4	Engenheiro Coelho	41	68	52

Fonte: Fundação SEADE (2014)

Organização: Letícia Latanzio Montezel, 2019.

Nota: Riqueza: até 39 (baixa); 40 e mais (alta)/ Longevidade: até 65 (baixa); 66 a 68 (média) 69 e mais (alta)/ Escolaridade: até 49 (baixa); 50 á 53 (média); 54 e mais (alta).

Verifica-se que, Monte Mor apresenta altos valores em relação aos indicadores, estando inserida no grupo 1. Ao observarmos os indicadores de modo separado, no entanto, observamos que em relação à longevidade e a escolaridade, Monte Mor possui valores menores do que alguns municípios classificados nos grupos 2 e 3, embora ainda assim sejam considerados altos de acordo com os parâmetros estabelecidos. Em relação às demais cidades, os dados desta tabela

evidenciam as desigualdades socioespaciais contidas nesta Região Metropolitana, que não se desenvolve de modo uniforme devido aos diferentes processos envolvidos.

O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) revela as áreas dos municípios nas quais há predominância de famílias sujeitas a diferentes categorias de vulnerabilidade social. Este indicador define critérios por meio da proporção da população residente em setores censitários que possuam maiores graus de rendimento domiciliar per capita. Este indicador revelou discrepâncias entre os municípios desta região, conforme tabela 10.

Tabela 10 - População da RMC segundo os Grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) - 2014 (em %).

Localidades	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 6	Grupo 7
Americana	4,2	75,3	14,3	4,5	1,7	-	-
Artur Nogueira	1,2	30,7	48,3	8,3	11,5	-	-
Campinas	15,4	44,7	17,4	9,3	5,4	7,8	-
Cosmópolis	1,5	40,6	37,3	14,4	4,9	1,3	-
Engenheiro Coelho	19,8	11,5	22,4	-	46,3	-	-
Holambra	22,6	30,1	39,4	7,9	-	-	-
Hortolândia	-	38,4	26,1	16,4	19,1	-	-
Indaiatuba	3,6	46,0	42,8	4,9	2,6	-	0,1
Itatiba	4,8	50,3	36,9	4,0	4,1	-	-
Jaguariúna	1,7	30,5	61,0	4,2	2,6	-	-
Monte Mor	-	22,7	14,8	29,5	31,4	-	1,6
Morungaba	-	47,8	45,4	6,8	-	-	-
Nova Odessa	1,3	64,9	24,6	9,3	-	-	-
Paulínia	5,9	43,8	36,6	8,1	5,2	0,4	-
Pedreira	-	65,8	22,2	7,1	4,8	-	-
Santa Bárbara d'Oeste	0,1	70,4	19,5	7,9	1,7	0,4	-
Santo Antônio de Posse	-	31,9	18,9	23,8	25,4	-	-
Sumaré	3,0	33,0	34,4	10,9	16,2	2,5	-
Valinhos	12,7	59,5	23,4	3,8	0,7	-	-
Vinhedo	14,8	46,1	34,4	4,7	-	-	-

Fonte: Fundação SEADE (2014)

Organização: Letícia Latanzio Montezel, 2019.

Nota; 1 - Baixíssima vulnerabilidade; 2 - Vulnerabilidade muito baixa; 3 - Vulnerabilidade baixa; 4 - Vulnerabilidade média; 5 - Vulnerabilidade alta (urbanos); 6 - Vulnerabilidade muito alta (aglomerados subnormais urbanos) e 7 - Vulnerabilidade alta (rurais).

Os dados mostram que, de modo geral, Monte Mor contém grande parte de sua população inserida nos grupos de vulnerabilidade baixa, média e alta. Observa-se, também, que o município, embora apresente alta vulnerabilidade em áreas rurais, o valor é relativamente baixo, no entanto, é necessário analisar as

características proporcionais do levantamento de dados na relação entre população rural e informações do indicador.

Em relação à violência, procuramos evidenciar a realidade da Região Metropolitana de Campinas a partir da ocorrência de homicídios dolosos, estupros, latrocínios, furtos e roubos, que podem ser identificados na tabela 11.

Tabela 11 - Ocorrência de homicídios dolosos, estupros, latrocínios, furtos e roubos (2001, 2010 e 2018).

Localidades	Homicídio doloso			Ocorrência de estupros			Latrocínio			Total de roubos			Total de furtos		
	2001	2010	2018	2001	2010	2018	2001	2010	2018	2001	2010	2018	2001	2010	2018
Americana	23	10	9	9	34	29	1	1	1	1.194	1.129	787	3.256	3.476	3.708
Artur Nogueira	6	4	2	3	10	11	2	-	1	183	177	116	927	732	449
Campinas	542	157	136	132	107	269	24	14	5	1.8979	13.788	10.350	19.644	21.977	20.131
Cosmópolis	14	12	6	5	14	11	-	-	-	272	353	266	697	854	720
Engenheiro Coelho	-	3	4	-	4	4	-	-	-	48	42	49	89	166	158
Holambra	-	-	-	-	2	2	-	-	-	31	14	10	107	104	108
Hortolândia	89	28	22	16	64	63	3	3	1	1.770	1.567	1.583	1.467	1.566	2.022
Indaiatuba	36	19	7	15	56	83	-	1	-	571	988	437	2.384	1.686	1.882
Itatiba	6	10	6	11	22	23	1	-	1	259	258	575	968	1.029	1.102
Jaguariúna	5	3	3	3	11	14	-	1	-	259	133	192	612	658	852
Monte Mor	32	11	6	3	18	29	-	-	-	228	230	227	317	438	474
Morungaba	1	-	1	1	3	1	-	-	-	14	19	26	89	105	110
Nova Odessa	5	2	5	3	10	9	-	1	-	328	297	183	605	649	671
Paulínia	10	13	3	9	32	29	-	-	2	299	402	440	1.143	1.495	1.130
Pedreira	1	3	-	1	7	10	-	1	1	98	76	116	496	511	372
Santa Bárbara d'Oeste	19	19	12	17	14	4	3	-	1	884	785	471	1.914	2.240	2.219
Santo Antônio de Posse	2	4	1	1	1	8	-	-	-	65	36	50	200	172	213
Sumaré	89	44	26	36	56	55	5	1	1	1.633	2.178	1.852	1.718	2.998	2.752
Valinhos	9	3	5	6	20	23	2	1	-	583	395	261	1.015	1.318	1.092
Vinhedo	3	1	-	6	9	13	-	1	-	120	149	163	669	812	725

Fonte: Fundação SEADE (2001, 2010 e 2018)

Organização: Leticia Latanzio Montezel, 2019.

No caso de Monte Mor, nota-se que houve uma queda significativa em relação aos casos de homicídio doloso, no entanto, no caso das denúncias de estupro, os números tiveram um grande aumento ao longo das décadas analisadas. Em relação aos casos de latrocínio, o município não apresentou nenhuma ocorrência nas décadas pesquisadas. Já no que se refere ao total de roubos, é possível verificar que em Monte Mor ocorreu quase o mesmo número de ocorrências ao longo dos anos analisados, diferentemente do total de furtos, pois as denúncias mostram um aumento significativo. De modo geral, podemos dizer que Monte Mor não apresenta níveis de violência tão diferentes às demais pequenas cidades da região.

3.1.2 Agricultura

Monte Mor possui uma das maiores áreas territoriais (tabela 12) se comparada aos demais municípios da RMC, sendo o quinto maior município da região em área, ficando atrás apenas de cidades como Campinas, Indaiatuba, Itatiba e Santa Barbara do Oeste. Além disso, conforme consta no mapa de Uso e Ocupação do Solo, o município possui uma extensa zona rural.

Tabela 12 - Municípios da RMC em área.

Localidades	Área (km ²)
Americana	133,91
Artur Nogueira	178,03
Campinas	794,57
Cosmópolis	154,67
Engenheiro Coelho	109,94
Holambra	65,58
Hortolândia	62,42
Indaiatuba	311,55
Itatiba	322,28
Jaguariúna	141,39
Monte Mor	240,57
Morungaba	146,75
Nova Odessa	73,79
Paulínia	138,78
Pedreira	108,82
Santa Bárbara d'Oeste	271,03
Santo Antônio de Posse	154,13
Sumaré	153,47
Valinhos	148,54
Vinhedo	81,6

Fonte: Seade (2018)

Organização: Letícia Latanzio Montezel, 2018.

O município já foi um dos principais produtores agrícolas da região metropolitana. Atualmente ainda possui força nesse ramo, embora tenha tido uma queda muito grande na produção se comparada ao passado e se comparada atualmente com a produção de outros municípios. A partir da tabela 13 e 14 observa-se que na década de noventa, Monte Mor era um dos principais produtores agrícolas na região, sendo o maior produtor de culturas como a batata e possuindo uma grande produção de outras culturas como a mandioca, a cana-de-açúcar e o milho. Atualmente, esse cenário alterou-se bastante, o município teve uma queda significativa em sua produção se comparado aos dados da década de noventa, deixando de produzir diversas culturas e passando a produzir outras que não faziam parte da produção do passado, como a soja. Além disso, o milho passou a ser o principal produto cultivado no município, sendo a 2ª maior produção da região, ficando atrás apenas de Santo Antônio da Posse.

Tabela 13 - Produção agrícola (Em toneladas) - Municípios da RMC (1990).

Localidades	Batata-Inglesa	Café (Em grãos)	Cana-de-Açúcar	Mandioca	Milho	Soja
Americana	-	22	120000	-	336	-
Artur Nogueira	-	-	150000	1125	5070	90
Campinas	233	873	231000	5944	6840	2668
Cosmópolis	-	-	400000	-	3000	460
Engenheiro Coelho	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Holambra	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Hortolândia	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Indaiatuba	-	1350	100000	-	1500	-
Itatiba	7806	941	-	450	4500	144
Jaguariúna	-	273	75000	-	2160	77
Monte Mor	10900	21	560000	2975	4320	-
Morungaba	4800	155	-	-	900	-
Nova Odessa	-	23	162000	-	540	-
Paulínia	-	128	163450	8210	780	-
Pedreira	-	298	1080	-	408	-
Santa Bárbara d'Oeste	796	-	900000	-	840	270
Santo Antônio de Posse	-	877	189800	450	3630	720
Sumaré	3980	23	306000	575	450	63
Valinhos	-	275	-	90	300	-
Vinhedo	-	108	-	200	1500	-

Fonte: Fundação SEADE (1990)

Organização: Letícia Latanzio Montezel, 2018.

Tabela 14 - Produção agrícola (Em toneladas) - Municípios da RMC (2016).

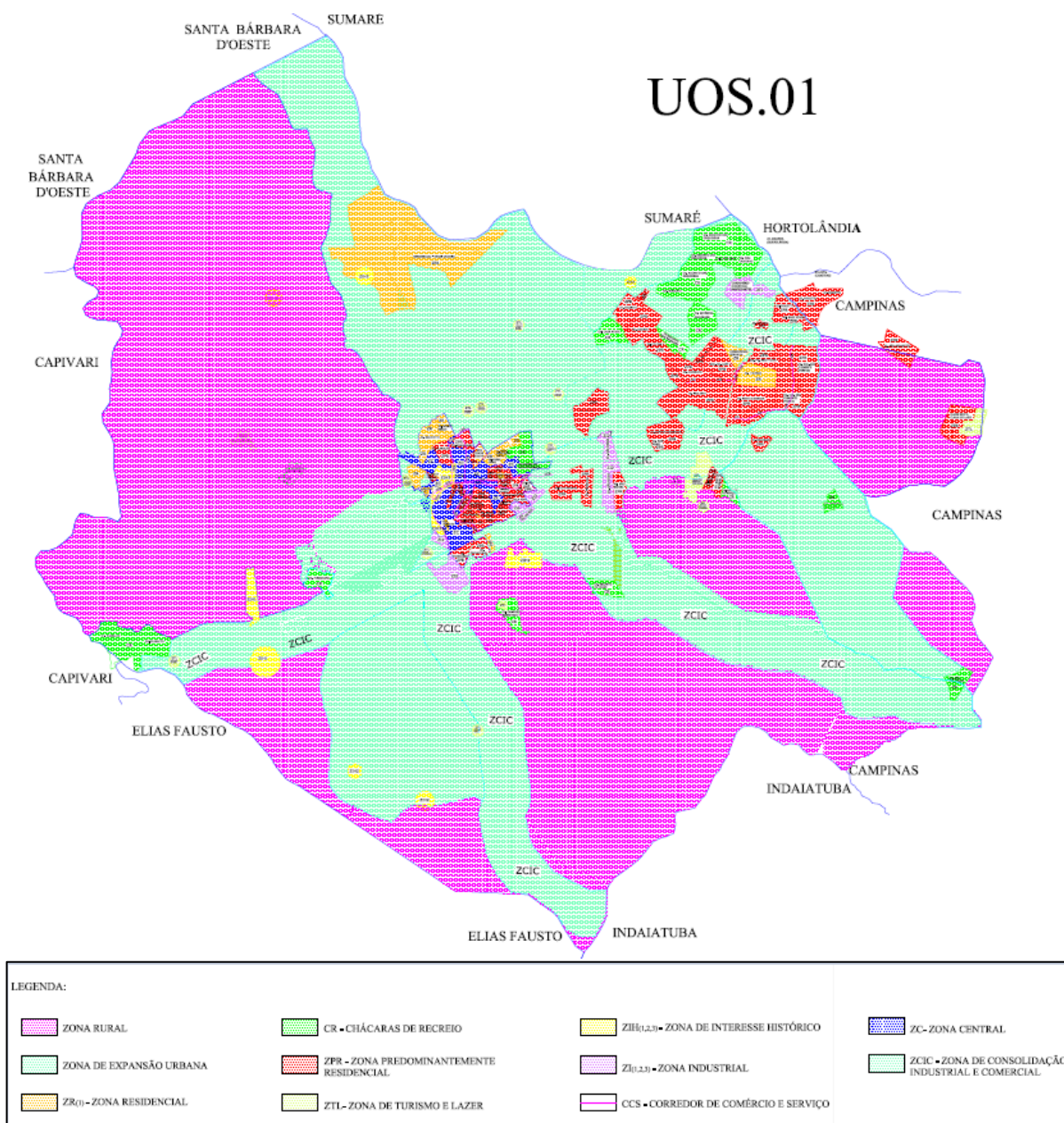
Localidades	Batata-Inglesa	Café (Em grãos)	Cana-de-Açúcar	Mandioca	Milho	Soja
Americana	-	-	120000	-	-	-
Artur Nogueira	-	-	240000	7560	5400	613
Campinas	-	780	220000	3375	4500	72
Cosmópolis	-	-	569400	2473	4882	263
Engenheiro Coelho	-	-	167700	9900	2940	1476
Holambra	-	-	65000	100	3990	2100
Hortolândia	-	-	-	-	-	-
Indaiatuba	-	5	216000	208	3000	630
Itatiba	-	518	7500	96	4320	-
Jaguariúna	-	-	286400	250	2970	-
Monte Mor	-	22	800	-	6000	720
Morungaba	-	54	600	-	5600	-
Nova Odessa	-	-	305000	-	-	-
Paulínia	-	-	290000	-	286	-
Pedreira	-	5	-	300	250	-
Santa Bárbara d'Oeste	-	-	640000	-	1650	830
Santo Antônio de Posse	-	149	276000	3200	10560	-
Sumaré	-	-	261000	-	2000	-
Valinhos	-	34	-	47	90	-
Vinhedo	-	3	-	96	108	-

Fonte: Fundação SEADE (2016)

Organização: Letícia Latanzio Montezel, 2018.

De acordo com o secretário da prefeitura municipal, historicamente a economia de Monte Mor baseava-se na agricultura, setor que ainda hoje é muito forte e que demanda certa atenção do poder público que, a partir das revisões no plano diretor, preservou diversas áreas como rural (figura 8), principalmente aquelas próximas aos limites municipais de Santa Barbara d'Oeste e Indaiatuba, de modo a estimular a produção no município que ainda possui sua economia fortemente baseada na produção agrícola.

Figura 8- Mapa de Uso e Ocupação do Solo - Plano Diretor de Monte Mor



Fonte: Prefeitura de Monte Mor, 2015.

Algumas das propostas contidas no 12º artigo do Plano Diretor Municipal, referente ao desenvolvimento econômico, estão relacionadas ao fato de que haja um incentivo e apoio às atividades rurais no município e promoção e incentivo à implantação de agroindústrias. (MONTE MOR, 2015).

Embora a agricultura ainda apresente certo destaque, o secretário mencionou que os ramos de atividades no município se modificaram ao longo dos

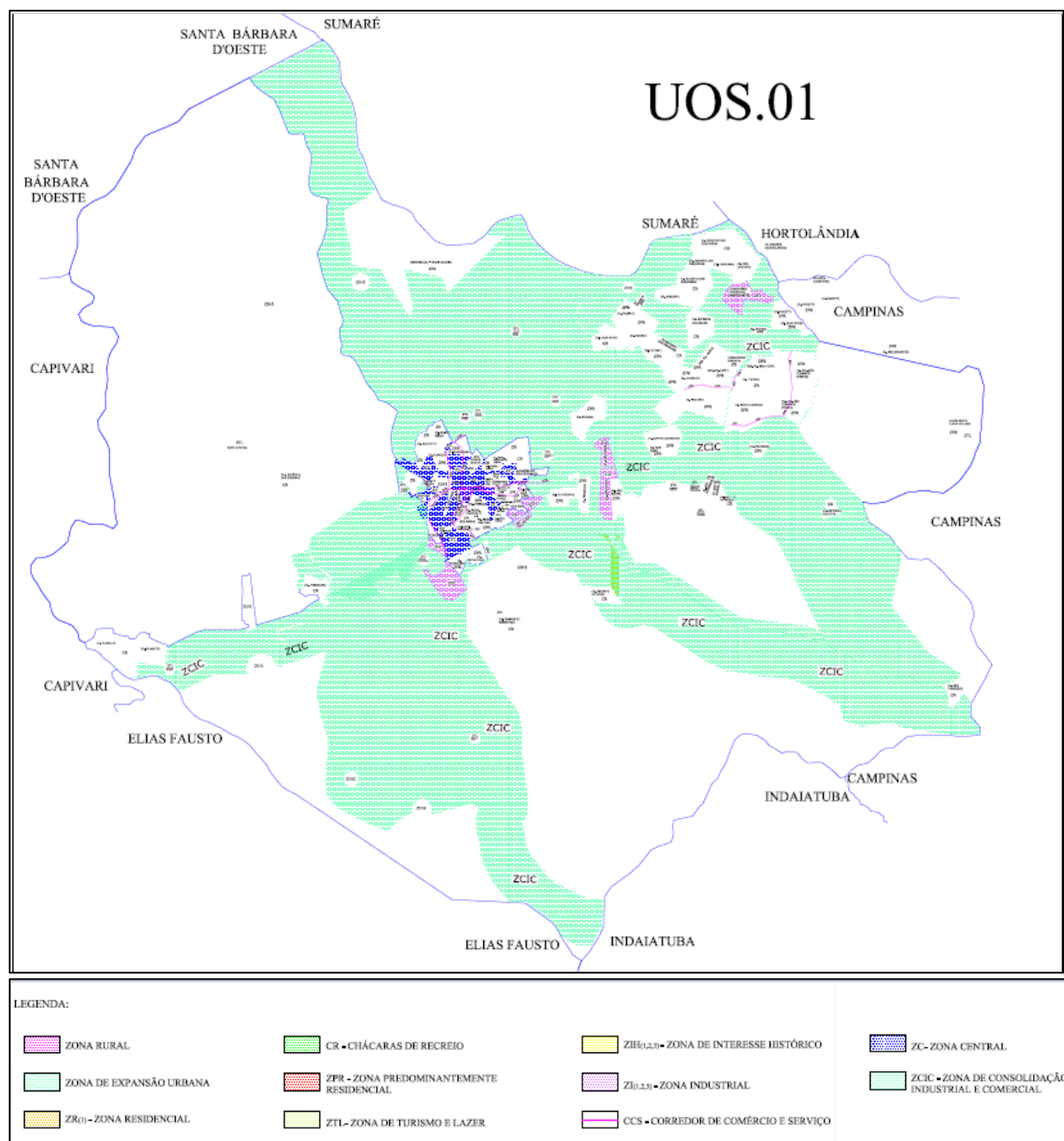
anos, com o surgimento de diversas empresas que estão modificando a economia municipal que hoje está centrada, em maior parte, nas atividades dos setores comercial e industrial, no plano diretor foram criadas algumas áreas para incentivar o desenvolvimento industrial do município.

3.1.3 A questão industrial em Monte Mor

O representante político entrevistado afirmou que no passado Monte Mor era fomentada somente pela agricultura, mas aos poucos e com a duplicação da SP-101, a industrialização passou a ser, nas palavras dele: “o carro chefe na arrecadação do município”. É importante mencionar que o Plano Diretor do município coloca, em seu 12º artigo sobre o desenvolvimento econômico, que o potencial econômico proporcionado pela duplicação Rodovia SP-101 seja aproveitado, para consolidar o polo industrial, comercial atacadista e de serviços ao longo de suas avenidas marginais e que é necessário incentivar a articulação da economia local com a economia regional, nacional e internacional. (Monte Mor, 2015).

De acordo com o secretário da prefeitura municipal, o ramo industrial tem sido um dos maiores destaques econômicos no município ao longo dos últimos anos, desta forma algumas medidas adotadas pelo poder público como a reformulação do plano diretor foi de fundamental importância para o desenvolvimento desse setor, como a criação de um distrito industrial e a criação de áreas de expansão urbana, ZI - Zona Industrial e a ZCIC - Zona de Consolidação, Industrial e Comercial (figura 9), onde no eixo da rodovia, a área que abrange 500 metros para o lado esquerdo e para o lado direito, está consolidada como comercial e industrial, tendo garantido a instalação de diversas novas empresas. Além disso, a recente vinda de um condomínio empresarial e as demais indústrias que já concentravam-se na rodovia SP-101, tem exercido uma importante função nesse processo.

Figura 9 - Mapa de Uso e Ocupação do Solo com destaque para a ZCIC.



Fonte: Prefeitura de Monte Mor (2015)

Ainda no que se refere ao plano diretor, em relação ao desenvolvimento econômico, algumas das propostas do artigo 12º do plano incluem a criação de Distritos Industriais e de comércio atacadista, para atrair as atividades industrial, comercial e de serviços diversos, principalmente as micros, pequenas e médias empresas, além estabelecer e incentivar a Zona de Expansão Urbana. (Monte Mor, 2015).

De acordo com o funcionário da prefeitura, o distrito industrial está localizado próximo à saída para Indaiatuba, local que já abrigava algumas empresas e que está muito próximo à rodovia que liga o município até Campinas, a Rodovia SP - 101. O distrito abriga importantes empresas (figura 10), como: Novacki, Cassol, Abimida, Egipel, Freskimassas e recentemente contou com a instalação da empresa Petix, que fabrica tapetes higiênicos para pet.

Figura 10: Empresas localizadas no Distrito Industrial



Nota: À esquerda - Empresa Ting. À direita – Empresa Novacki.
Foto: Letícia Latanzio Montezel, 2019.

Já o condomínio empresarial, de acordo com o secretário, está localizado próximo ao limite municipal com Hortolândia, sendo este o outro extremo do município em relação ao distrito industrial, próximo à saída para Indaiatuba. O condomínio foi entregue recentemente e de acordo com a prefeitura, o TVO – Termo de Vistoria de Obras, já foi emitido e em breve contará com a instalação de novas indústrias.

O representante político mencionou a questão de que as empresas buscam um local de fácil escoamento da sua produção, desta forma a maior parte do ramo industrial se desenvolve ao longo da SP-101. Nesta rodovia, por meio do trabalho de campo, pudemos observar a presença de diversas empresas (figura 11), como: Leadec, Friedberg, Inducol, BR resinas, CBP Colchões, Pibratex, Baumec, Haver & Boecker, Marcamp, Cromoquim, Sercamp, etc.

Figura 11: Empresas localizadas no eixo da Rodovia SP-101



Nota: À esquerda – Empresa Inducol. À direita – Empresas BR Resinas e CBP Colchões.
Foto: Letícia Latanzio Montezel, 2019.

O político também citou a estrada do Rio Acima, que ainda não possui pavimentação e está numa área rural, como sendo uma área de interesse dos investidores que tem comprado lotes no local a partir da promessa de que a estrada futuramente torne-se um importante eixo ligando o município ao aeroporto de Viracopos em Campinas.

Inclusive, a estrada do Rio Acima consta no plano diretor no artigo 12º sobre o desenvolvimento econômico, onde é dito que deve-se aproveitar o potencial econômico dessa estrada para criar um polo industrial e comercial atacadista devido a proximidade com o Aeroporto de Viracopos.

Segundo o funcionário envolvido com o poder público, no que se refere aos grupos empresariais locais e regionais de maior importância em Monte Mor, a empresa Tetra Pak (figura 12) é a que possui o maior destaque, sendo a empresa que mais fatura na cidade e que atrai investimentos para o município, fazendo com que ocorra a vinda de empresas que prestam serviços a ela, como empresas ligadas à mecânica e automação.

Figura 12: Empresa Tetra Pak



Nota: À esquerda, vista do bairro Jardim Fortuna. À direita, vista da SP-101.
Foto: Letícia Latanzio Montezel, 2019.

Instalada no município há mais de 41 anos, a Tetra Pak é uma multinacional do ramo de embalagens localizada na SP-101. Há mais ou menos 2 anos, a empresa deixou de alugar galpões localizados em diversas áreas da cidade para guardar parte de sua produção e comprou uma área em frente à empresa, do outro lado da rodovia, com cerca de 2.000 metros de construção para guardar os produtos e ter uma melhor facilidade envolvendo a questão logística. Além de ser a empresa que mais contribui com o município a partir do recolhimento de seus impostos e na geração de emprego. Segundo ele a Tetra Pak auxilia também na manutenção e revitalização de locais públicos, como é o caso da Praça Rubens Rausing, que leva o nome de um dos diretores da empresa e que está localizada próxima à empresa. Sempre que há necessidade, a prefeitura comunica a empresa e a mesma realiza as devidas manutenções do local. Recentemente a praça contou com uma grande reforma a partir de uma parceria entre a prefeitura e a Tetra Pak, na qual a indústria custeou todo o material e a prefeitura arcou com a mão-de-obra. Foi instalada uma academia ao ar livre, o playground foi revitalizado, o campo de areia foi reformado, houve a troca de alambrado e o paisagismo foi remodelado. Além disso, a empresa vem ajudando o município também com doações anuais de uma parcela de seu imposto de renda para o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente. Essa parceria pública privada pode conter elementos positivos, mas também pode potencializar problemas de planejamento em virtude da pressão de grupos de interesse nas decisões do governo local.

Em relação às possibilidades de outros investidores entrarem na cidade, o representante da política informou que isso tem ocorrido, como é o caso da empresa Bimeda, antiga Mogivet, que de acordo com ele era uma empresa brasileira, foi adquirida por um grupo estrangeiro e atualmente é uma empresa de produtos de medicamentos para pecuária e vai estender suas atividades, também, para produtos *pet*.

Quando questionado se há mudanças no perfil das empresas que estão atuando no município, o representante citou importantes empresas no município relacionadas aos ramos de cosmético, de esquadrias, de automação e automobilísticas. No que se refere ao ramo de cosméticos, mencionou a empresa Sinter Futura que fabrica a essência que é comercializada com grandes redes de cosméticos, sendo esta uma empresa que de acordo com ele, terá sua produção ampliada muito em breve no município, pois outra área foi comprada para aumentar a produção. Foi retratado que em outra administração essa empresa acabou indo para outro Estado, tendo havido esforços para resgata-la. Além disso, o Monte Mor foi cotada, há cerca de 3 anos, para abrigar uma famosa montadora de veículos, mas a montadora acabou se instalando em outro município da região. No entanto, este agente bem informado disse ter esperanças para o futuro da cidade, informando que a prefeitura tem observado um grande interesse dos empresários em abrigar-se em Monte Mor e que a duplicação da SP-101 tem sido um fator primordial para isso.

Respondendo a mesma questão, o secretário mencionou que constantemente a prefeitura está sendo abordada por investidores que querem se instalar no município, ele citou que recentemente houve a instalação da OCC química, situada na SP-101, sendo uma empresa que possui matriz em Campinas, embora a planta da sua unidade filial em Monte Mor seja muito maior do que a da matriz. Relatou também a vinda da empresa Manfel Metalúrgica, localizada no distrito industrial, que realiza a montagem do monotrilho de trens e que possui sua matriz no município e uma filial em Hortolândia. De acordo com mesmo, a atração desses novos segmentos para o município decorre, principalmente, da implantação da alteração do zoneamento municipal e da revisão da lei de incentivos fiscais que despertam o interesse dos investidores. “As empresas ou os investidores veem qual é o perfil do município, qual a legislação que ele tem que cumprir e se tiver alguma

legislação que ajuda, com certeza vai atrair os investimentos até o local” (SECRETÁRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, 2019).

O agente também mencionou que há uma parceria entre a prefeitura e as novas empresas que estão se instalando no município que se refere ao fato das mesmas promoverem uma melhoria na infraestrutura dos bairros aonde irão se fixar, a partir da pavimentação destes locais. Citou como exemplo a Estrada do Rio Acima que não possui pavimentação, mas é uma área de interesse para os empresários por estar em um eixo que dá acesso ao aeroporto de Viracopos e afirmou que existem acordos determinando que os empresários que ali se instalarem deverão realizar a pavimentação da área até a frente da empresa e, consecutivamente, as demais que forem se instalando no local deverão fazer o mesmo.

3.1.4 Os setores de comércio e de serviços

No que se refere à localização das unidades comerciais e de serviços no município, pode-se dizer que encontram-se homogeneizadas na Rua Salomão Haddad Bauruque e, principalmente, na Avenida Jânio Quadros (figura 13).

Diante disso, questionou-se os agentes bem informados sobre como é vista a valorização desses eixos comerciais e de serviços pela prefeitura. O representante político informou que a prefeitura tem preparado algumas obras de melhoria de pavimento e de iluminação para a área e explicou que o CCS – Corredor de Comercio e Serviços tem por finalidade criar uma área específica para a instalação de atividades de comércio e serviço, havendo como regra que ele se estabeleça em um centro urbano ou aglomeração de pessoas, de modo a abranger uma mesma área, com curtas distancias, facilitando a mobilidade da população até os estabelecimentos.

Quando a gente colocou corredor de comércio e serviço meio que a gente já criou um selo ali, então o selo ali é o corredor que vai ser para desenvolver esse viés. A gente sabe, também, que município ele tem que ter um eixo principal, como por exemplo, a Avenida Jânio Quadros aqui em Monte Mor. (REPRESENTANTE POLÍTICO, 2019).

Figura 13 - Avenida Jânio Quadros – Monte Mor



Foto: Letícia Latanzio Montezel, 2019.

O entrevistado comentou ainda que, no que se refere à valorização da Avenida Jânio Quadros, a prefeitura tem a proposta de realizar uma licitação, fazendo o recapeamento desta avenida, a partir de uma revitalização por meio da padronização das calçadas. Além disso, citou a troca de iluminação da área como outra medida adotada para a revitalização.

No que se refere ao comércio, ao ser questionado sobre quais atividades comerciais e de serviços mais geram reforço do papel da centralidade local de Monte Mor, o secretário da prefeitura municipal afirmou que seriam as redes bancárias, já que todas estão instaladas no centro, embora existam esforços para instalar uma agência bancária na região dos bairros mais afastados, como o Jardim Paulista que é bastante populoso. Além disso, destacou a questão da saúde, que também é um fator que reforça o papel dessa centralidade, já que o centro conta com hospital, posto de saúde e centro de fisioterapia.

Quando questionado sobre a presença de grandes empresas comerciais (hipermercados, lojas de grandes redes nacionais, bancos etc.), o secretário afirmou que Monte Mor conta com diversas redes de grandes empresas comerciais, e que de fato este seria um fator que reforça os papéis comerciais presentes na maior parte na região central e que as franquias também tem tido papel nesse processo.

No que se refere às franquias a gente tem também recebido algumas consultas, a gente tem algumas instaladas, a gente tem o Supermercado Extra aqui no centro, tem agora o Subway, também está instalado, a gente sabe que também essa questão das franquias quando vem uma né, vem outras logo atrás, então a gente está aguardando também o pessoal demonstrar interesse para que a gente possa estar vendo áreas para que elas possam se instalar, mas com certeza Monte Mor nesse ramo de franquias principalmente da prestação de serviço, gênero alimentício, está

em desenvolvimento, acho que com o tempo, com certeza outras franquias famosas irão se instalar no município. (SECRETÁRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, 2019).

Relatou-se a presença de importantes redes que vieram para a cidade como o Supermercado Dia que possui uma unidade na região central e outra na região dos bairros mais afastados, o Hipermercado Extra e o Supermercado GoodBom, uma famosa rede na região e que está presente em diversas cidades. Além disso, recentemente as lojas Magazine Luíza divulgaram a instalação de uma franquia da loja na Avenida Jânio Quadros em breve. De acordo com uma nota publicada na página da prefeitura, a rede decidiu investir em Monte Mor a partir de uma pesquisa de mercado que coloca o município com grande potencial de consumo.

3.1.5 Expansão Urbana

Perguntou-se aos agentes bem informados se eles visualizavam mudanças nas formas de crescimento da cidade. A resposta do secretário da prefeitura foi à de que o crescimento da cidade acompanha o desenvolvimento, então ele está mais voltado para a região de Campinas e a região de Hortolândia, além de uma pequena parte que liga o município à Indaiatuba, desta forma, informou que visualiza essa tendência estabelecida e que acredita que o viés de crescimento do município se dará por essas regiões. O outro entrevistado teve uma opinião parecida ao informar que a cidade cresceu ao longo da SP-101, devido à proximidade com Hortolândia e Campinas e os polos industriais e comerciais que estão próximos a estes locais.

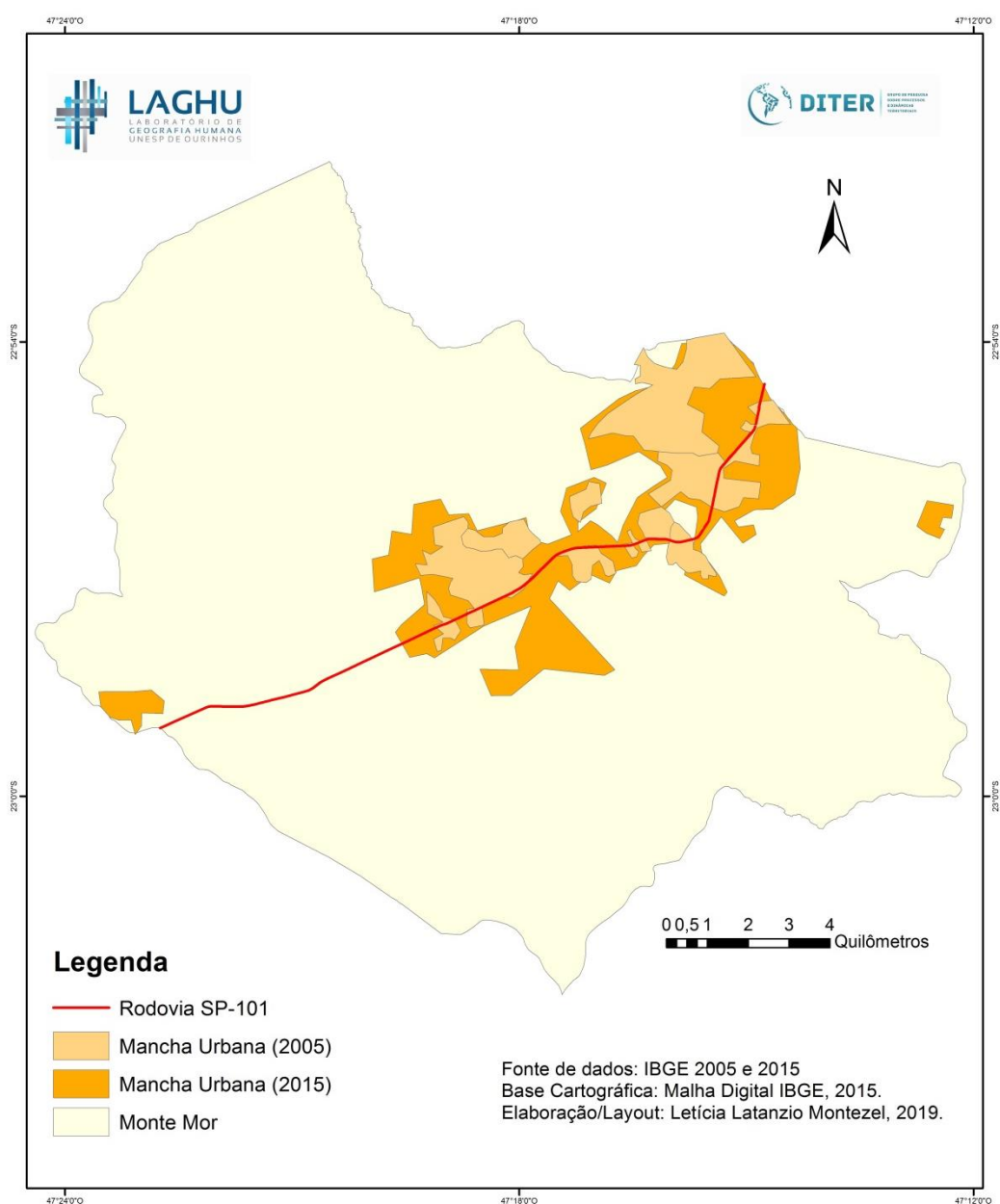
Em relação a este argumento, cabe citar o apontamento realizado por Borgart (2006) que afirma que a expansão da malha urbana se dá, em muitos casos, apoiada aos eixos rodoviários, colocando ainda que este fator contribui para a existência de subcentros, já que estes se desenvolvem em uma localização privilegiada, geralmente próximos a sistemas rodoviários e aeroportos.

É possível observar, de acordo com a figura 14, que a mancha urbana municipal deu-se ao longo da Rodovia SP-101, identifica-se ainda, que no caso de Monte Mor, a malha urbana continha descontinuidades em 2005 e posteriormente, ao longo de 10 anos, observa-se que houve uma expansão urbana que alterou esta configuração. Cabe mencionar, no entanto, que embora o mapa evidencie que o município deixou de conter descontinuidades em sua malha urbana, Monte Mor contém ainda diversos vazios urbanos, como foram apontados pelos entrevistados

mais a frente. Deve-se esclarecer que o mapa resulta-se do arruamento de Monte Mor e não das áreas ocupadas como um todo, pois entre os bairros, ainda há espaços vazios.

Limonad (2005) analisa a complexidade do processo de expansão urbana apontando que este se torna difuso e segmentado podendo apresentar, ou não, continuidades entre os aglomerados. Desta forma, surge no tecido espacial um grande número de pontos e manchas que, se comparado à expansão da malha urbana de outros períodos, pode evidenciar a produção de diferentes formas de impactos sobre o território.

Figura 14: Expansão urbana de Monte Mor (2005/2015).



Foi afirmado também que a prefeitura está buscando alternativas para realizar uma descentralização, de modo a facilitar o acesso aos serviços públicos pela população que não habita nas áreas próximas ao perímetro central, como é o caso da UPA 24 horas onde escolheu-se o Jardim Paulista para instalar a unidade que já está em construção.

A gente tem em construção no Jardim Paulista uma UPA 24 horas com um pouquinho mais de 900 metros quadrados de construção, acho que com a entrega desse equipamento de saúde na região lá no Jardim Paulista acaba descentralizando o atendimento, parte né, do atendimento aqui do hospital, então acaba, essa é a ideia né, descentralizando para ajudar a população. (SECRETÁRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, 2019).

O agente informou que o comércio tem ficado mais forte em outras regiões também, ele citou o bairro do São Clemente que também é bastante populoso, como sendo um local que possui uma rede comercial que supre as necessidades dos habitantes locais. Afirmou ainda que há muitos bairros que já são autossuficientes em suas necessidades diárias, possuindo redes de farmácia, mercados e lojas.

Diante disso, perguntou-se também como as atividades econômicas podem ser analisadas em termos de áreas da cidade, questionando também se o papel do centro principal foi redefinido e se outros subcentros têm aparecido. O representante político informou sobre a dinâmica do distrito industrial e do condomínio industrial, já citados, além da extensão da rodovia SP-101, como sendo os principais locais pelo qual as atividades industriais se desenvolvem.

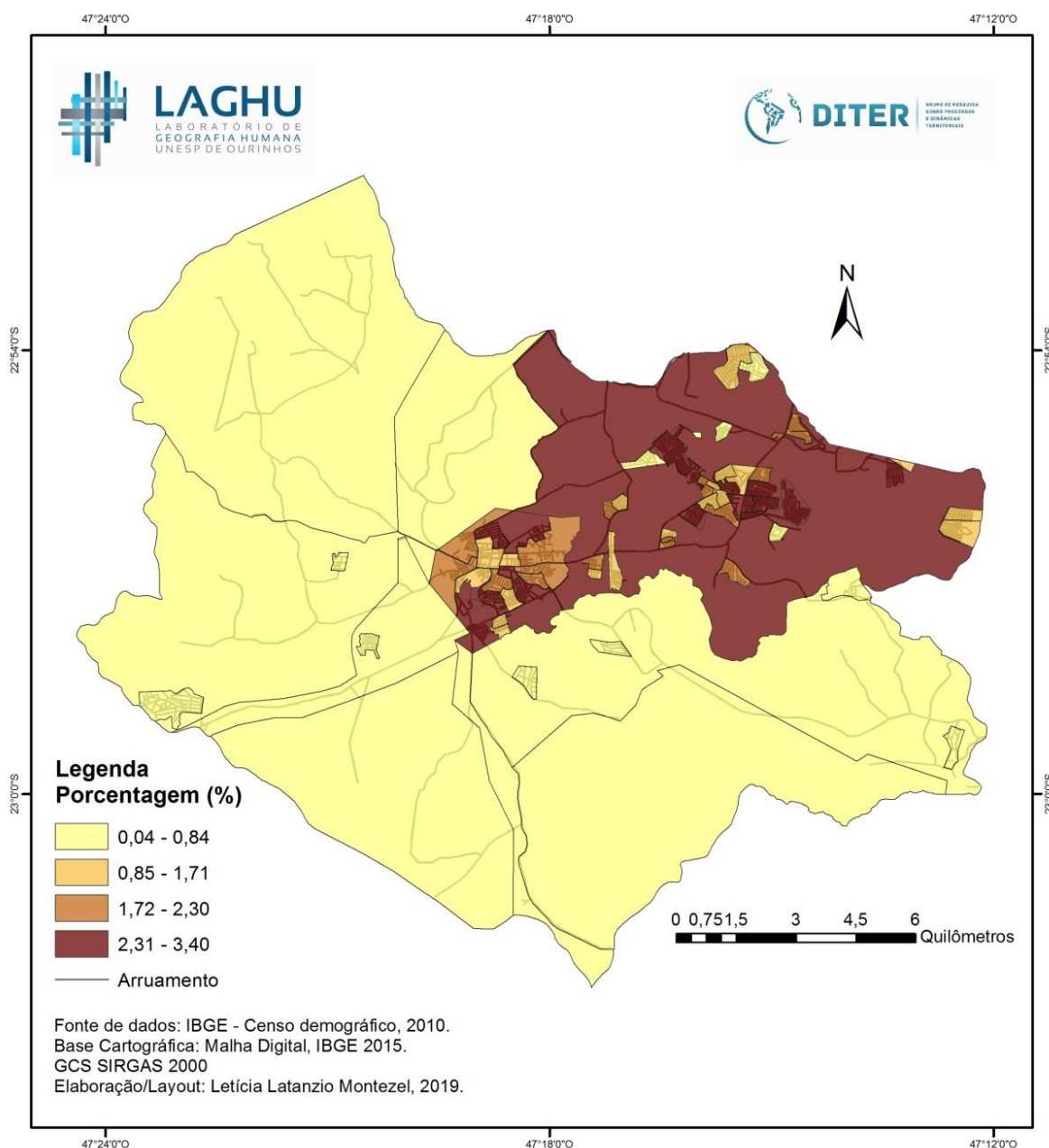
Já o secretário afirmou que em termos de áreas de cidade, a região central é a que possui uma maior força no comércio, mas que há outros locais, como os bairros grandes em território, como o Jardim Paulista, já citado, e os bairros: Jardim Colina, Jardim Alvorada, Jardim Nova Alvorada e o Jardim Bela Vista, que são vários bairros que conseguem ser atendidos pelo comércio local. Em relação a uma possível redefinição do papel do centro principal ocorreu uma mudança na localização do centro principal, a partir dos anos 2000, onde antes estava localizado próximo a Igreja Matriz e atualmente encontra-se mais próximo a Praça Marini, na Avenida Jânio Quadros.

Neste ano de 2000, pode-se avaliar sobre as mudanças na cidade e considerar que o centro da cidade foi trocado, pois a maioria e as maiores casas comerciais e todos os Bancos foram transferidos para a Avenida Jânio Quadros. No centro só ficou a antiga Caixa Estadual, na Rua. Dr. Carlos de Campos, hoje Nossa Caixa Nosso Banco. – (MALAQUIAS, 2009, p.306).

Em relação aos subcentros, o representante político afirmou que o Jardim Paulista, bairro localizado no eixo da SP-101 e que contém uma grande população, é um subcentro, por conter uma região de comércio e serviços muito forte, embora não contenha ainda uma unidade de rede bancária. Citou também que atualmente este bairro conta diversas redes de lojas, escolas, postos de saúde, ginásio poliesportivo e recentemente, passou a possuir uma casa lotérica e também caixa eletrônico. Este agente bem informado também revelou a proposta de fixar uma unidade bancária no local, destacou que algumas redes estão fazendo um estudo sobre qual seria a região mais adensada na qual deveriam instalar-se e que este bairro seria o Jardim Paulista já que o mesmo está próximo aos demais bairros populosos, como o Parque do Café, Jardim Alvorada, Jardim São Clemente e o Parque Bela Vista, por exemplo.

Em relação ao aspecto populacional de Monte Mor, nota-se, a partir da figura 15, que de fato os bairros citados possuem um grande número de habitantes, assim como grande parte da região central. Observa-se que o centro da cidade possui menor número de habitantes que as demais, devido ao fato de, neste local, haver um grande número de lojas comerciais e prestadoras de serviços. Já as áreas que possuem conurbação com outros municípios, assim como as áreas rurais e alguns bairros periféricos, possuem uma população mais baixa.

Figura 15 - População residente por setor censitário em Monte Mor – SP (2010).



3.1.6 Dependência de Campinas

Grande parte das pequenas cidades possui baixa qualidade em infraestruturas e em serviços públicos, desta forma, diversos moradores acabam por realizar interações com outras cidades, tornando-se dependentes destes outros centros, em alguns casos, para que suas necessidades sejam supridas, principalmente no que se refere à área da educação e saúde. No caso de Monte Mor, a cidade não apresenta unidades que oferecem ensino superior particular ou

gratuito, desta forma, muitos de seus moradores dependem de outras cidades para obter uma formação acadêmica e para realizar demais atividades que serão melhor retratadas no subcapítulo sobre as entrevistas realizadas com frequentadores do terminal urbano municipal. Moreira Junior (2014) aborda esta questão em sua pesquisa sobre as cidades pequenas localizadas na RMC e afirma que há uma dependência destas cidades menores em relação à metrópole e menciona os prejuízos implicados pelos moradores por situarem-se em cidades que não oferecem todos os bens e serviços necessários para si mesmo.

No caso do referencial empírico desta pesquisa, constata-se que há esta dependência. Numa análise regional, verifica-se que os reduzidos papéis destas cidades exigem de seus moradores movimentos diários para outros centros. Todavia, por se tratar de uma região metropolitana, o caráter mais flexível do sistema de transporte amplia, em muito, a acessibilidade, como pode ser verificado, neste capítulo, pelas disponibilidades de ligação entre as cidades pequenas e Campinas. Em contrapartida, há um preço que se paga por isto, tanto em termos de custo de deslocamento quanto no tempo que se desperdiça para tal. (MOREIRA JUNIOR, 2014, p.148).

No que se refere ao questionamento se a população de Monte Mor depende ou um dia já dependeu de Campinas para ter acesso há alguns serviços, como na questão da saúde, compras, lazer e trabalho, o representante político acredita que atualmente Monte Mor supre todas as necessidades da população, devido ao fato de ter havido um grande desenvolvimento na cidade ao longo dos últimos anos. Mencionou ainda que em alguns aspectos o município é considerado referência e atrai a população de outros municípios, como é o caso dos atendimentos do Hospital Sagrado Coração de Jesus, localizado na região central e que, de modo geral, Monte Mor supre as necessidades da população, não sendo mais necessário ir até Campinas para ter acesso há algo que poderia estar em falta no município.

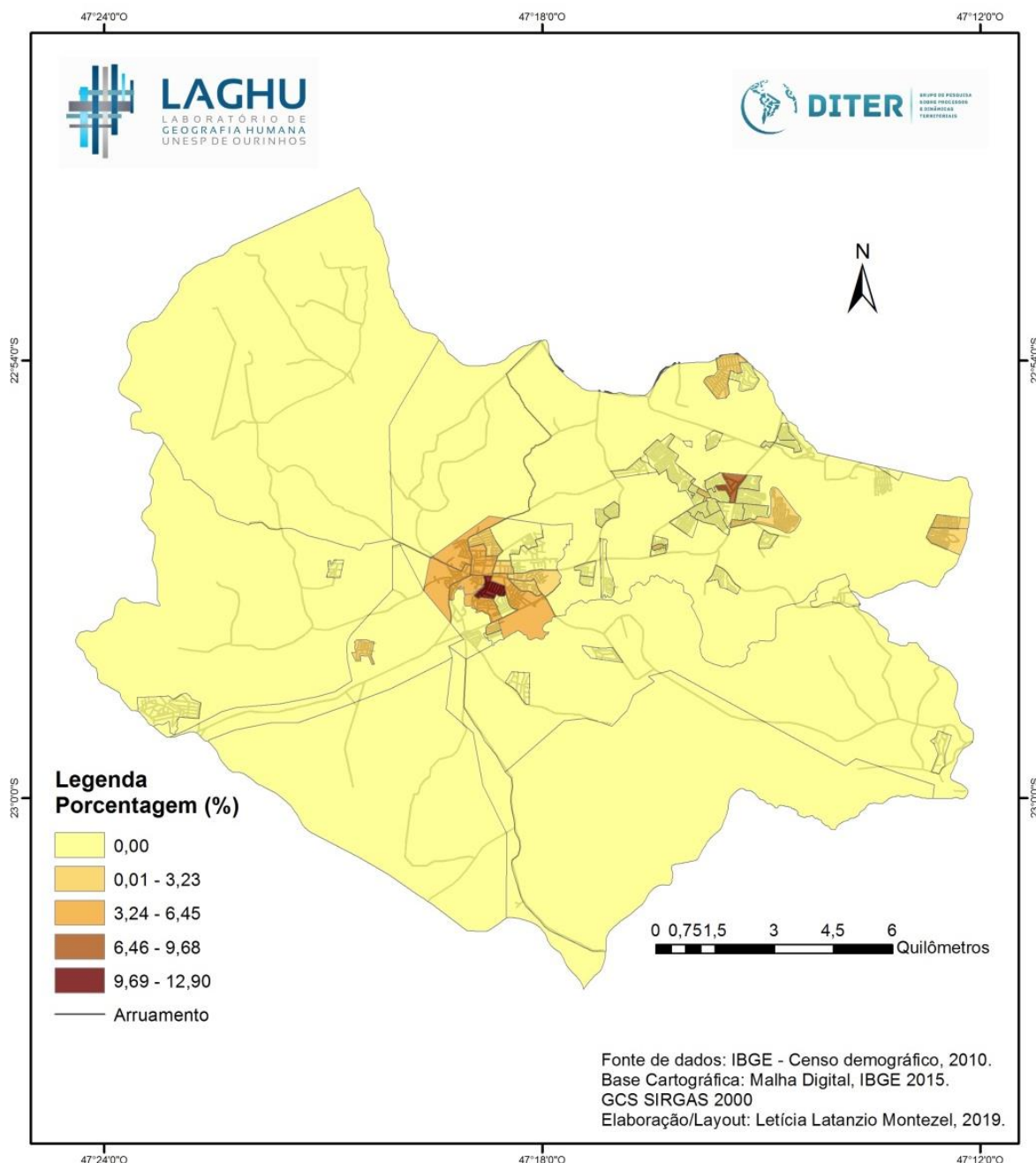
Esta opinião adotada pelo político diverge do que foi concluído e será exposto no subcapítulo sobre as entrevistas realizadas no terminal, pois, a constatação do grande movimento pendular realizado diariamente pelos moradores de Monte Mor até a metrópole e o município de Hortolândia, evidencia a enorme dependência da população com relação a estes centros.

3.1.7 Desigualdades socioespaciais

É comum que as cidades localizadas em regiões metropolitanas apresentem disparidades em seu território, sendo possível identificar desigualdades e segregações socioespaciais, marcadas por espaços que apresentam ótima infraestrutura e residências luxuosas, em algumas vezes próximas a outros locais precarizados, desprovidos de saneamento básico e contendo serviços públicos deficitários. Em Monte Mor, algumas destas diferenças socioespaciais podem ser evidenciadas por meio da análise dos domicílios particulares com rendimento mensal per capita de até dez salários mínimos (figura 16) e de um a dois salários mínimos (figura 17) por setor censitário.

É importante ressaltar que alguns setores censitários podem conter poucos domicílios dentro da classificação de rendimento mensal *per capita* de um a dois salários mínimos, isso se deve ao fato de existirem situações nas quais os domicílios possuem renda extremamente inferior ou superior a esta classificação. Estas diferenças poderão ser melhor identificadas, a partir da comparação com o mapa de domicílios particulares com rendimento mensal *per capita* de até dez salários mínimos.

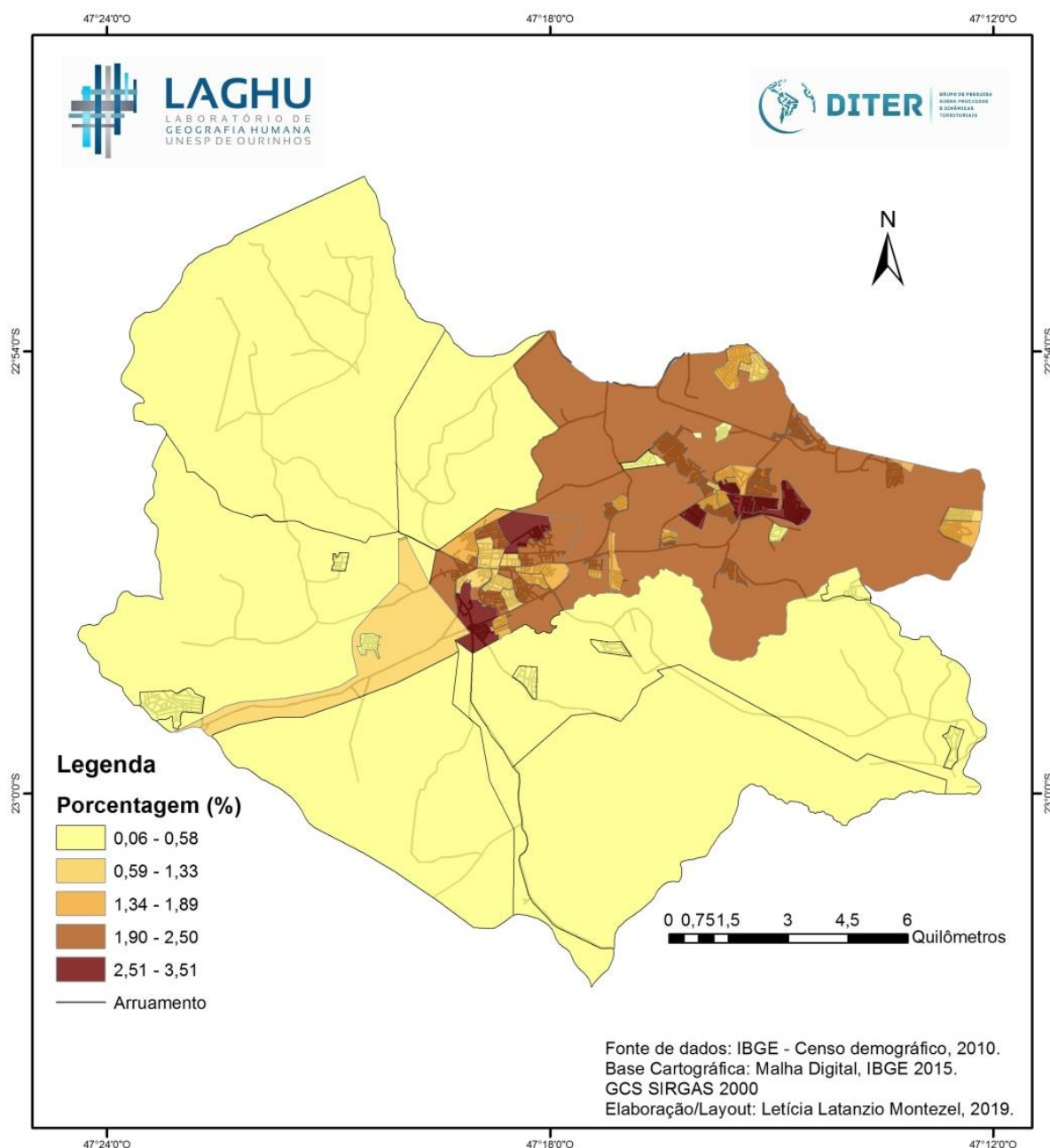
Figura 16 - Domicílios particulares com rendimento mensal per capita de mais de dez salários mínimos por setor censitário.



É possível verificar por meio da figura 16 que existem poucos setores censitários com domicílios que possuem o rendimento de até 10 salários mínimos. Nota-se que os domicílios que compreendem esta classificação estão localizados em maior parte na região central ou nas áreas próximas ao entorno do centro municipal. Há também um número significativo de indivíduos que possuem esta alta renda, situados em setores censitários que envolvem o Condomínio Serranilha.

Além disso, embora não apresente muito destaque, verifica-se que a área que compreende o Condomínio Reserva da Mata e as áreas que apresentam conurbação com os municípios de Hortolândia e Campinas, também possuem moradores com alto poder aquisitivo.

Figura 17 - Domicílios particulares com rendimento mensal per capita de um a dois salários mínimos por setor censitário.



Referente à figura 17, é importante frisar que o mapa apresenta algumas áreas amplas e desproporcionais, devido a grande extensão de um dos setores censitários estabelecidos pelo IBGE e que, de modo geral, nota-se que as áreas

rurais, assim como os bairros mais afastados do centro, possuem moradores com menor poder aquisitivo. Além disso, notou-se que, contraditoriamente a realidade identificada no mapa anterior, o setor censitário que compreende à população que reside nos Condomínios Serranilha e Reserva da Mata, também apresentam populações que possuem esta classificação de renda.

Algumas das diretrizes relativas ao bem-estar social contidas no plano diretor municipal, estabelecem que deve-se integrar ao mercado de trabalho e a educação, a população de menor renda. Além disso, é proposto também que é necessário certificar o acesso aos serviços básicos de transporte, educação, saúde e lazer às pessoas carentes, minorias e também aos portadores de necessidades especiais. Diante dessas questões, perguntou-se aos agentes bem informados se os moradores dos bairros periféricos de menor renda participam das melhorias econômicas da sociedade e da cidade. O representante político afirmou que como o município é muito extenso (5º maior da RMC), há certa dificuldade dos moradores das áreas periféricas virem até a região central onde existe uma maior oferta de bens e serviços para a população, embora hoje muitos bairros também ofereçam uma boa qualidade de vida e consigam suprir as necessidades de seus moradores sem que eles precisem se locomover até a região central.

Este agente bem informado afirmou que não existem bairros com padrões inferiores no município, destacando ainda que a questão mais prejudicial dos bairros seria a de não existir infraestrutura. Já o secretário teve uma opinião contrária, relatando que atualmente os bairros possuem uma ótima infraestrutura, não sendo necessário descocar-se até o centro do município.

Embora tenha sido mencionado que a poder público tem tido iniciativas para promover uma descentralização, investindo mais na infraestrutura dos bairros, sabe-se que é na região central em que o maior investimento de bens e serviços se encontra, desta forma, torna-se complicado que parte do poder público não assuma que existam estas diferenças no município, sendo este um fator que contribui para que a população dos bairros mais afastados acabe por frequentar os espaços de outras cidades, como Hortolândia e Campinas.

3.1.8 Diversificação das formas de moradia

A diversificação das formas de moradia, como conjuntos habitacionais, loteamentos e condomínios fechados para diferentes segmentos sociais, chácaras de lazer etc. são mudanças muito observadas no Brasil nas últimas décadas, diante disso perguntou-se aos agentes bem informados sobre a como a prefeitura vem observando tais transformações no município.

O funcionário da prefeitura iniciou a explicação comentando sobre o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e o fato de Monte Mor ter passado por um período de seleção sendo contemplada com 600 moradias que foram entregues no ano de 2017, tendo sido a maior obra de conjuntos habitacionais da história do município.

O PMCMV é um projeto do Governo Federal em parceria com estados, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos que possui como finalidade o financiamento de moradias nas áreas urbanas, para famílias de baixa renda.

De acordo com as informações contidas na plataforma digital da Caixa Federal (2019), existem quatro faixas de renda pelo qual as famílias podem ser contempladas. O minha casa minha vida faixa 1 é voltado para pessoas carentes que possuem uma renda inferior a R\$ 1.800,00 (2019). A construção das unidades habitacionais é efetuada pela própria caixa federal, com um financiamento de até 120 meses a partir de prestações mensais que são estabelecidas de acordo com a renda bruta familiar e variam entre R\$ 80,00 a R\$ 270,00. A prefeitura realiza a demanda através da análise de pessoas que se encontram no déficit habitacional⁹. No que se refere ao programa Minha Casa Minha Vida faixa 1,5 este é voltado para as famílias que possuam renda de até R\$ 2.600,00 a partir do financiamento da Caixa com juros de 5% ao ano, havendo a possibilidade de realizar o pagamento em até 30 anos, podendo ter um subsídio de até 47,5 mil reais. O Faixa 2 do programa seria aquele que contempla as famílias que possuem renda bruta de até R\$ 4.000,00 podendo ter subsídios de até R\$ 29.000,00 e o Faixa 3 é destinado as famílias que possuem renda bruta inferior a R\$ 7.000,00 e contém taxas de juros

⁹ De acordo com o agente bem informado, no que se refere ao déficit habitacional, este engloba as áreas de risco, áreas de invasão e pessoas que não possuem casa própria contendo uma renda per capita inferior há R\$ 1800,00. Diante disso, a prefeitura realizou no ano de 2015 um cadastro para contabilizar as pessoas que se encontravam vivendo nessa realidade e o déficit apontou para cerca de 5000 unidades em déficit, havendo uma proposta da prefeitura em criar um conselho de habitação para atender as necessidades dessa população.

diferenciadas em relação ao mercado. O plano diretor de Monte Mor contém diretrizes em relação às habitações para famílias de menor renda, onde é proposto:

Melhorar as condições de habitabilidade através de investimentos em áreas desprovidas de infraestrutura; II) estabelecer, em parceria com os Governos Estadual e Federal, programas de lotes urbanizados e programas de mutirão e autoconstrução; III) manter, em parceria com os Governos Estadual e Federal, oferta de habitações de baixo custo correspondente à demanda; IV) promover a regularização fundiária e implantação de infraestrutura em áreas urbanas irregulares de propriedade passível de se comprovar; V) oferecer projetos e assessoria técnica para construção de moradias para famílias de renda baixa e promover a formação de cooperativas habitacionais. (MONTE MOR, 2015).

Em relação a este público do PMCMV, pode-se dizer que o município realizou investimentos para atender suas necessidades. Monte Mor avançou bastante na questão habitacional de interesse social, que são para pessoas carentes e que envolve as construções de conjunto habitacional. Segundo o secretário da prefeitura municipal, até 2016 o município contava com cerca de 250 há 300 unidades habitacionais somando todas as unidades habitacionais de interesse social existentes no município. No ano de 2017, foram entregues de uma vez, 600 unidades, o que fez com que diversas pessoas que moravam em áreas de risco saíssem destes locais. Além disso, atualmente, no bairro São Clemente, próximo ao terminal rodoviário, estão sendo construídos novos empreendimentos do PMCMV faixa 2 que somam 30 unidades. O plano diretor no artigo 15 de seu capítulo sobre a política de habitação coloca que a mesma deve atender as seguintes diretrizes e objetivos:

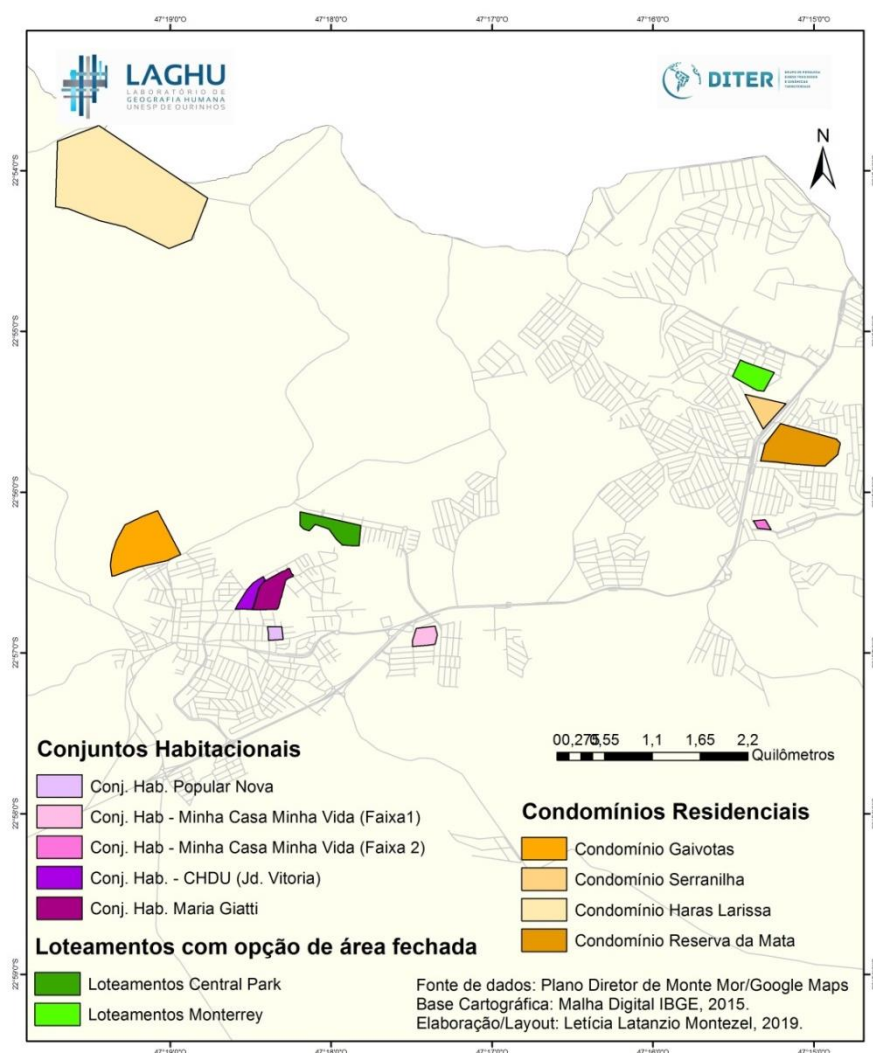
I - Desenvolver ações contemplando a diversidade de programas habitacionais visando atender a variabilidade de padrões sociais, econômicos e culturais da população, porém com ênfase na habitação de interesse social, bem como a adequação às especificidades locais, objetivando a redução de custos e a melhoria da qualidade; II - Fomentar a ocupação das glebas não utilizadas ou subutilizadas localizadas em Zona Urbana e de Expansão Urbana; III - Estabelecer normas especiais para a habitação de interesse social, flexibilizando a regulamentação urbanística geral; IV - Priorizar soluções que promovam o adensamento nas áreas com infraestrutura disponível e que permeiem a malha urbana e rural consolidadas; V Promover a regularização fundiária das ocupações irregulares, mediante plano específico a ser regulamentado por Decreto do Executivo. (MONTE MOR, 2015).

Ainda no que se refere ao plano diretor, o zoneamento foi realizado deixando os bairros que já estão consolidados como ZPR - Zona Predominantemente Residencial e ZR - Zona Residencial. Referente às áreas de implantação dos projetos do PMCMV, o secretário afirmou que elas não foram definidas no plano

diretor devido ao fato dessa ação implicar na inviabilização de outros tipos de construção na área, ou seja, se houver um zoneamento específico para as unidades do PMCMV, outros tipos de construção não poderão se instalar no local e isso não é bom para o município, além disso, de acordo como mesmo, ao adotar essa medida a prefeitura estaria discriminando a população que depende do programa ao colocá-la em uma região só, desta forma, essa questão ficou em aberto no plano diretor embora, com a demanda, a prefeitura aprovasse as construções zoneando-as como habitação de interesse social.

É necessário frisar, no entanto, que os conjuntos habitacionais estão situados em bairros próximos à área central e ao terminal urbano, facilitando a mobilidade de pessoas de baixa renda aos equipamentos urbanos, conforme pode ser observado na figura 18.

Figura 18 - Conjuntos Habitacionais e Condomínios Fechados em Monte Mor - SP



Monte Mor apresenta em sua configuração urbana, a presença de diversificadas formas de moradia, localizadas de modo disperso no município. Em relação aos loteamentos e condomínios fechados, foi afirmado pelo representante político que são de grande interesse para a prefeitura por fazer com que a população dentro desse loteamento se organize e o custeio disso não fique somente aos cofres públicos, sendo também uma forma de crescimento territorial mais ordenada.

Deve-se frisar que estas formas de moradia transformam os espaços urbanos, promovendo uma segregação socioespacial, pois os condomínios são cercados, vigiados e o restante da população possui acesso restrito a estes locais que são habitados por pessoas de maior poder aquisitivo, evidenciando as desigualdades territoriais. Moreira Junior (2014) faz um importante apontamento ao concluir que os condomínios e loteamentos fechados não são ocupados, em maior parte, por moradores locais, pois estas formas de moradia estão situadas numa região dinâmica e que permitem o rápido deslocamento destes moradores até outros centros, sendo uma tipologia de moradia interessante para indivíduos de outras cidades e sendo este o motivo pelo qual grande parte dos condomínios ficam localizados próximos ao núcleo metropolitano. Ainda de acordo com este autor:

A questão dos valores que são postos pelo mercado imobiliário contrapõe a construção de uma identidade local, visto que a população de outras cidades não vai residir nestas localidades para integrá-las, mas para usufruir e impor sua condição de vida. (MOREIRA JUNIOR, 2014, p.253).

Em relação aos condomínios existentes em Monte Mor, o secretário relatou que a partir do ano de 2015 diversas destas formas de moradias foram avaliadas pela prefeitura, como é o caso do loteamento Central Park que também possui a opção de condomínio fechado e já está próximo de ser concluído. Foi aprovado por conter características que serão de interesse para o município, como é o caso da construção de uma avenida externa ao loteamento que ligará a estrada de Sumaré até Monte Mor conectando-a a Rodovia SP-101, sendo este um fator que, de acordo com o entrevistado, auxiliará no crescimento do município e solucionará o problema do trânsito pesado do centro. O loteamento Central Park fez, inclusive, com que a legislação municipal fosse alterada, tendo sido criada uma faixa de lotes intermediária que refere-se aos lotes com mínimo de 160 m², porém somente

equivale para Condomínio Fechado, já para loteamento aberto, o lote deve conter no mínimo 250 m², respeitando a legislação vigente.

Foram destacados dois condomínios fechados, o Condomínio Serranilha, próximo ao terminal rodoviário e o Condomínio Reserva da Mata, também próximo ao terminal, no outro sentido da pista. Recentemente as obras do Condomínio Monterrey, que está próximo ao Jardim Daniela e possui em torno de 1000 lotes, foram iniciadas. Próximo à região central também há condomínios fechados, como é o caso Condomínio Gaivotas e outros condomínios verticais localizados também na região central.

O representante político citou a existência de outro condomínio que seria o Haras Larissa que, de acordo com ele, são grandes extensões de terrenos comprados por uma população de classe média alta e que este condomínio fechado foi totalmente organizado por essa população que garantiu toda a infraestrutura do local.

O agente também comentou sobre a questão da regularização fundiária, citando que em Monte Mor há alguns casos em que loteamentos que foram construídos no passado estão irregulares. Ele citou dois grandes bairros que possuem estes lotes irregulares, que seriam o bairro Chácara das Orquídeas e o bairro Santa Clara do Lago, sendo que este último fica próximo há um dos limites com Campinas e possui cerca de 1.400 lotes com mais ou menos mil residências que estão irregulares, embora a prefeitura esteja trabalhando com o processo de regularização. Ainda sobre a regularização fundiária, mencionou que em 2017 uma nova lei federal foi editada, a Lei 13.465/2017 referente à Regularização Fundiária Urbana (Reurb) que flexibilizou vários itens para regularização, possibilitando que os lotes sejam regularizados da forma que se encontram e que isso facilitará o trabalho da prefeitura. O representante político ainda exemplificou algumas das situações de irregularidade que estes bairros apresentam:

Antes dessa lei de 2017, a gente tinha que estar atendendo a lei 8.766 que é a lei federal no parcelamento de solo, nessa anterior, as áreas tinham que atender os índices de parâmetros urbanísticos que o município impõe através do plano diretor, por exemplo, um arruamento de 14 metros de leito de rua, quando a gente pega nessas áreas que não são regularizadas, são áreas consolidadas, você tem Rua de 9 metros, por exemplo, então já não teria como regularizar, mas através dessa lei não, é permitido da forma que está desde que tenha um acesso. (REPRESENTANTE POLÍTICO, 2019).

Quando questionado se existem políticas específicas para o setor habitacional e se há esforços para conter ou estimular o crescimento territorial da cidade, um dos agentes relatou que o plano diretor é uma peça fundamental para estimular o crescimento da cidade, através da imposição de quais áreas serão permitidas a existência de moradias. Citou também que existem políticas contidas no mesmo que contribuem para estimular o crescimento territorial da cidade de forma ordenada e que uma das legislações que reforçam essa questão é a lei que estabelece que um loteamento deve encontrar-se a no máximo 300 metros de um loteamento já existente. “Essa lei é primordial para ordenar e para frear, porque sabe-se que o crescimento é gradativo, não pode ser desordenado, então acho que esse é o principal disso”. (SECRETÁRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, 2019)

Este entrevistado ainda citou que alguns problemas são decorrentes do antigo plano diretor, que foi criado em 2006 e tinha como proposta inicial deixar praticamente toda a área municipal como área de expansão urbana e isso acarretou em permitir que qualquer tipo de construção pudesse ser realizado em, praticamente, qualquer lugar. Em 2010, de acordo com o agente, foi realizada uma revisão do plano diretor e a gestão alterou essa permissão de modo brusco, restringindo as construções e impedindo que elas fossem realizadas em diversas áreas do município, com isso, o crescimento do município estagnou e a partir do ano de 2015 a nova gestão adotou políticas para que o município voltasse a se desenvolver, a partir de um novo zoneamento que estabelecia áreas como o corredor de expansão urbana, que garantiu uma expansão de forma ordenada, não estagnando o crescimento territorial da cidade.

O secretário destacou também que houve certo interesse de alguns proprietários em tornar outras áreas do município, que são predominantemente rurais, em áreas de expansão urbana, como é o caso das áreas que fazem limite com o município de Santa Bárbara d'Oeste, no entanto a prefeitura não atendeu essa solicitação pela inviabilidade da situação, já que o local carece de infraestrutura, não possuindo sistema de rede de esgoto e de água, por exemplo. Foi citado também que é necessário estimular a produção agrícola no município e essas áreas são fundamentais para isso, além disso, as alterações no plano diretor buscam o crescimento e hoje, as áreas voltadas para o crescimento no município são as que vão em direção ao município de Campinas.

3.1.9 Cultura e Lazer

Referente às questões da cultura e do lazer, perguntou-se aos agentes bem informados sobre a existência de efetivas políticas públicas para estes setores. O representante político argumentou que estes setores não estão nas mãos dos empresários, tendo uma diretoria de cultura bastante competente ligada à secretaria de educação e cultura. No que se refere à questão cultural, foi colocado que grande parte dos eventos ocorrem no auditório José Luiz Gomes Carneiro, um anfiteatro que possui uma boa estrutura para apresentações. Observa-se que há uma limitação do entrevistado na concepção de cultura, já que em resposta a esta questão foi colocado por ele apenas os eventos que ocorrem no município, não sendo citadas outras manifestações culturais, como por exemplo, a preservação da identidade cultural dos povos da região.

Pode-se afirmar, com base nos trabalhos de campo, sobre os aspectos culturais e de lazer, que Monte Mor possui características que demonstram uma história repleta de significados, marcada pela presença de povos indígenas, onde resquícios de alguns artefatos foram encontrados, estando disponíveis para observação no Museu Municipal. Além disso, no século passado, a cidade continha diversas tradições, como os desfiles de carnaval e também em comemoração a independência do Brasil. A cidade também possuía no passado um cinema e além deste, a juventude também tinha como forma de lazer os bailes realizados com frequência no salão paroquial. Tradições que foram se perdendo ao longo do tempo e que sofreram desvalorização tanto por parte do poder público como pela população.

O secretário da prefeitura afirmou que a cidade é um pouco carente na questão do lazer, que houve um avanço, mas ainda falta bastante investimento nesse quesito. O mesmo citou a construção da ciclovia como uma das melhorias na área do lazer, que foi entregue em 2015. A ciclovia também é utilizada como pista de caminhada e hoje é frequentada por diversas pessoas como sendo uma opção de lazer. Como anteriormente não havia um meio para realizar essas atividades, a população realizava caminhada na Avenida Ayrton Senna, que inclusive na época era “sem saída”, não sendo ligada a outra via como ocorre na atualidade. A ciclovia conta com uma extensão de cerca de 2 km, de acordo com o entrevistado, saindo do Jardim Capuavinha, próximo à Rodovia, passando nas proximidades da rodoviária e

terminando no bairro Cidade Jardim, tendo um percurso arborizado em grande parte e iluminado.

Este agente bem informado também mencionou a existência das praças municipais na qual parte delas ainda estão em obras, mas algumas já foram entregues, como no caso dos bairros Bela Vista e Jardim Paviotti. Além disso, foi entregue um campo de futebol no jardim do San Remo e foram criadas ciclovias no Jardim São Clemente e no Jardim Paulista. A prefeitura também está realizando a manutenção dos campos de futebol e está instalando algumas academias ao ar livre nas praças. Em relação às diretrizes contidas no plano diretor, referentes ao Esporte, Lazer, Cultura e Turismo, consta ser necessário:

Ampliar a oferta de equipamentos de lazer e cultura e para a prática de esportes especialmente nas áreas urbanas menos equipadas; aproveitar os recursos naturais do Município; apoiar as atividades nesses campos; garantir as condições para o aproveitamento dos recursos naturais e culturais do Município para as atividades turísticas; implantar programas de educação e treinamento da população para as atividades de esportes, cultura, turismo e lazer; fomentar a capacitação profissional, para as atividades da área; promover a inclusão social, através de atividades da área, incentivando a participação de pessoas portadoras de deficiência. (MONTE MOR, 2015).

Em relação às diretrizes que estabelecem que o potencial turístico do município deva ser desenvolvido, pode-se dizer que as mesmas não estão sendo cumpridas, pois os agentes bem informados não apresentaram informações relevantes quando indagados.

Sobre o que faltaria ser estimulado em Monte Mor para propiciar mais vida social, do ponto de vista da cultura e do lazer e se há políticas neste campo especificamente para jovens e para a chamada terceira idade, ambos deram as mesmas informações sobre os projetos existentes no município. Referente à terceira idade citaram o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS que contém uma unidade no Centro e outra no Jardim Paulista, como sendo um meio que possibilita que alguns eventos sejam realizados em conjunto com a terceira idade afirmando que os idosos do Centro de Referência se reúnem para realizar apresentações na cidade em algumas datas, como é o caso do natal e do carnaval. Em 2019 o grupo se reuniu na Praça São Benedito e realizou suas festividades, além de se reunir em grupos de moda viola e de dança. Na questão de atividades para jovens e adolescentes, um dos agentes mencionou que há as escolinhas de futebol e de vôlei na Secretaria de Esporte e que há um grupo de teatro organizado

pela ONG Novo Dia, localizada em Monte Mor, que sempre realiza apresentações para a população.

3.1.10 Investimentos

É comum, no Brasil, que os municípios vizinhos realizem parcerias entre si. Estas políticas de supramunicipalidades ¹⁰ podem envolver questões relacionadas a diversos setores tais como: mobilidade, saneamento, emprego, saúde etc.

Na Região Metropolitana de Campinas há um planejamento compartilhado entre os municípios que, de acordo com o representante político, ocorre por meio de reuniões com frequência semanal.

Esse estreitamento ocorre muito não só por conta dessas reuniões, mas também por conta da proximidade e da interação. Há uma comunicação entre os prefeitos que são da região. Nessas reuniões se debatem questões de mobilidade que abrangem as cidades, como as questões relacionadas aos atendimentos médicos que podem ser unificados através de um hospital regional. Debates também a questão de vagas que faltam para atendimento no município. Enfim, são debatidas situações que realmente vão ao encontro dos desejos da população, como a questão de viabilidade, questão de duplicações, questão de manutenções de rodovias. Então há esse estreitamento e essa união entre os prefeitos que cria de certa forma, uma força maior junto ao governo estado e também o governo federal. (REPRESENTANTE POLÍTICO, 2019).

Esta união, retomada por estratégias políticas, pode ser importante na medida em que permite que diversas carências contidas nos municípios cooperados sejam minimizadas/solucionadas.

Detectar insuficiências de serviços e equipamentos em pequenas cidades remete ao debate sobre as articulações entre municípios, com o escopo de somar esforços no sentido de viabilizá-los, já que de maneira isolada seria, senão impossível, dificultoso. (ENDLICH, 2006, p. 361).

Alguns órgãos vinculados ao Estado, como a AGEMCAMP ¹¹(Agência Metropolitana de Campinas) e a EMPLASA (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA) demonstram um importante papel ao estipular estratégias e ações que estimulem o desenvolvimento regional.

¹⁰ Termo resgatado da tese de doutorado de Endlich (2006) que refere-se as iniciativas entre cidades vizinhas em colaborar com questões de interesses em comum.

¹¹ A Agência Metropolitana de Campinas (AGEMCAMP) está vinculada à Secretaria da Casa Civil, sendo considerada uma autarquia estadual. Foi criada por meio da Lei Complementar Nº 946/2003 tendo por objetivo realizar a integração da organização, do planejamento e a execução das funções públicas que apresentem interesses em comum entre os municípios da Região Metropolitana de Campinas.

Já no que se refere aos investimentos realizados pela prefeitura em Monte Mor, em relação à infraestrutura do município, o representante político citou a questão da isenção nas contribuições de melhoria, que seriam aquelas relacionadas à infraestrutura dos bairros como o asfaltamento e o tratamento de esgoto, não cobrando dos moradores por esses feitos como ocorria no passado. O que não necessariamente pode ser entendido como um benefício para a população como um todo, já que os instrumentos urbanísticos buscam contemplar a função social da propriedade.

Eu me recordo muito do tempo em que a cidade mesmo na região central há 20 anos, ela possuía até no entorno da rodoviária, ruas sem pavimentação, ruas sem asfalto e isso não acontecia somente no centro da cidade, mas no entorno de toda a cidade. Nessa época, a população pagava pela sua contribuição de melhoria, então asfaltava-se a frente de uma residência e isso era cobrado da população e nós, a nossa administração, passou a não cobrar essas contribuições de melhoria, então o asfalto hoje que passa na frente da casa do João ou da Dona Maria ele é custeado 100% pela prefeitura. (REPRESENTANTE POLÍTICO, 2019).

O entrevistado mencionou que os maiores investimentos foram realizados na área da saúde e informou ainda que as prefeituras são obrigadas a gastar 15% de seus recursos com saúde e que Monte Mor realizou nos últimos anos um gasto de 33% esta área e, embora tenha investido 18% a mais na saúde, e tenha perdido o poder de um maior investimento em outros setores, isso não implicou em prejuízos para outras áreas, sendo a saúde prioridade no município e que garantiu resultados benéficos.

Investimos no Hospital Sagrado Coração de Jesus, que é o único hospital que hoje atende a população de Monte Mor e, diga-se de passagem, esse hospital não é da prefeitura, é uma entidade filantrópica, nós enviamos recursos próprios, recursos municipais para o hospital, cerca de 12 milhões 12,5 milhões, 13 milhões, variam de acordo com o ano e de acordo com o gasto, através de subvenções aprovadas pelos vereadores, nós enviamos de recurso próprio, recurso municipal, sem sequer uma ajuda do Governo do Estado ou do governo federal, então isso faz com que realmente funcione bem, nós temos elogios do hospital, sabemos que há um reconhecimento muito grande da população no quesito saúde em nosso município. A partir do momento que assumimos, nós tivemos aí em primeiro lugar a saúde. (REPRESENTANTE POLÍTICO, 2019).

Este agente citou também os investimentos em postos de saúde, na qual foram entregues novas unidades no Jardim Progresso, no Jardim Panorama, no Jardim Nossa Senhora de Fátima e no Jardim São Clemente. Havendo ainda a realização de novas unidades no Jardim Alvorada e outra no Jardim Moreira. Além

disso, um prédio privado foi comprado para trazer várias especialidades da área da saúde para o município, chamada de Policlínica Municipal.

Em relação ao setor educacional, foi apontado investimentos nessa área que garantiram ao município a classificação em 4º lugar no ranking da Região Metropolitana de Campinas, ficando atrás somente de Santa Bárbara d'Oeste, Pedreira e Santo Antônio de Posse e ficando à frente de grandes municípios como Campinas, Americana e Indaiatuba.

Esperamos que nos próximos anos nós possamos aí, porque não, alcançar o primeiro lugar na região metropolitana de Campinas, eu acho que fornecer o aprendizado é mais do que fornecer qualquer outro tipo de material para uma criança, colaborar com o ensino dela é fundamental para o futuro da nossa cidade e por que não dizer para o futuro do país. (REPRESENTANTE POLÍTICO, 2019).

Este agente bem informado mencionou também os investimentos realizados no setor habitacional, como informado anteriormente, trazendo 600 apartamentos pelo programa Minha Casa Minha Vida até o município e afirmou também que o investimento mais relevante realizado teria sido a conquista da duplicação da SP - 101 (No trecho que liga a cidade até Capivari – SP), que trouxe uma mobilidade muito maior ao município. Aliás, as diversas referências à duplicação da rodovia vão ao encontro de uma das principais características que temos identificado em relação à lógica das pequenas cidades em regiões metropolitanas, que é a da expansão urbana na direção desses eixos dinâmicos. Deve-se mencionar também que, embora o representante político cite a duplicação da Rodovia como um importante investimento realizado para o município, deve-se mencionar que este foi um investimento estadual e não municipal.

Já o secretário referiu-se à questão do investimento em infraestrutura como sendo algo que a prefeitura tem trabalhado para atrair as grandes empresas, principalmente no que se refere à melhoria na infraestrutura dos bairros localizados em eixos em que há interesse das indústrias se instalarem, como é o caso da Estrada do Rio Acima que não possui pavimentação.

Quando questionado se percebiam mudanças no poder político que tenham relação com mudanças econômicas, o secretário afirmou que acredita que sim devido ao fato da administração possuir um olhar futurista.

A administração está engajada principalmente nessa questão do desenvolvimento com um olhar futurista, com certeza houve diferenças e principalmente para ajudar o crescimento, porque como eu coloquei as

empresas ou os investidores veem qual é o perfil do município, qual a legislação que ele tem que cumprir e se tiver alguma legislação que ajude, com certeza vai estar atraindo, então tem tudo a ver sim. (SECRETÁRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, 2019).

Perguntou-se se aos entrevistados se há políticas e iniciativas para favorecer a entrada de grandes empresas no município. Os agentes tiveram opiniões parecidas citando o plano diretor como sendo um marco principal e também a revisão da Lei de incentivos fiscais, na qual a empresa ao se enquadrar nos critérios é atendida. Além disso, segundo o entrevistado, a prefeitura também auxilia as empresas a se instalarem no local que melhor atenda seus interesses, pois as mesmas apontam o que procuram e a prefeitura indica as possíveis áreas que correspondam a essas especificações, sendo esse um diferencial em Monte Mor, se comparado às cidades maiores, que estimula a vinda de grandes empresas. “Nos grandes municípios, as próprias empresas relatam, que muitas vezes é a própria empresa que tem que correr atrás de estudar qual a melhor área em que ela pode se instalar”. (SECRETÁRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, 2019).

3.1.11 Eixo rodoviário

Monte Mor possui como privilégio e fator fundamental para o seu desenvolvimento, a questão de estar localizada próxima às rodovias mais importantes do Estado como a Rodovia dos Bandeirantes, a Anhanguera e a Rodovia Dom Pedro I. No que se refere às diretrizes do plano diretor relativas à estrutura viária, as mesmas são:

- I complementar o sistema viário principal, melhorando as condições de acessibilidade;
- II consolidar a hierarquia do sistema viário;
- III criar um sistema viário periférico ao Centro;
- IV melhorar os acessos rodoviários aos municípios vizinhos;
- V garantir um sistema de circulação de pedestres e deficientes físicos;
- VI garantir um sistema viário para meios de transporte alternativos;
- VII aperfeiçoar as condições de trânsito e estacionamento de veículos de carga e passageiros;
- VIII expandir a pavimentação do sistema viário;
- IX normalizar a reforma e ampliação do sistema viário através de lei específica;
- X Implementar o sistema de rotas alternativas, para o transporte de carga em geral;
- XI Implementar a criação de vagas rotativas de estacionamento, na área central. (MONTE MOR, 2015).

Em relação à diretriz sobre melhorar os acessos rodoviários aos municípios vizinhos, os entrevistados foram questionados se existem investimentos em estradas municipais e se há “pressões políticas” para melhorar as conexões rodoviárias. Nesse sentido, ambos afirmaram que o maior investimento realizado envolvendo essa questão foi à duplicação da Rodovia SP-101 e que houveram investimentos que garantiram mudanças para a população que reside nos bairros que margeiam a rodovia, já que, de acordo com representante político, inicialmente o local era uma avenida do município que continha cerca de 38 lombadas para chegar até Campinas e acabava gerando certo trânsito, no entanto, após as reformas e investimentos, atualmente o local transformou-se em uma importante rodovia.

O plano diretor municipal também adota diretrizes relacionadas ao trânsito, consta no mesmo que deve-se manter o trânsito nas vias públicas de modo fluído e que é necessário evitar o congestionamento na área central.

Ainda no que se refere ao trânsito, o secretário também tratou desse tópico afirmando que o centro também apresenta este problema em alguns horários, no entanto, afirmou que há alguns anos este problema era ainda maior, sendo uma consequência dos diversos radares e semáforos implantados pela gestão anterior e que atualmente foram desligados. “A gente vê mesmo que em alguns horários o município acaba tendo algumas questões de volume de veículos e isso tem que ser pensado, porque com o tempo ele tende a agravar” (REPRESENTANTE POLÍTICO, 2019).

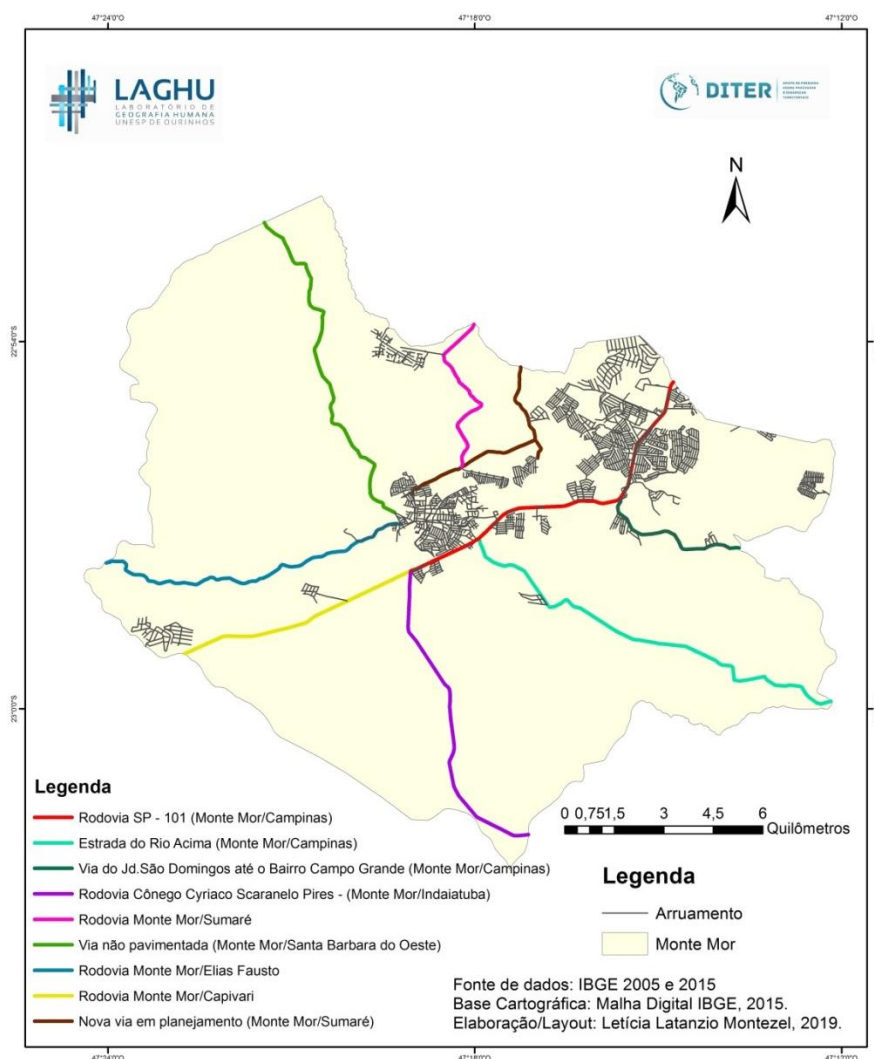
O secretário da prefeitura mencionou também que existe uma pressão política no âmbito da Região Metropolitana de Campinas e dos municípios do entorno e que seria em relação à pavimentação de algumas estradas vicinais. O mesmo exemplificou a situação citando a questão da Estrada do Rio Acima e que essa estrada minimizaria os problemas de trânsito existentes em alguns horários na rodovia SP-101. Além disso, informou que também há interesses em realizar uma duplicação na estrada que liga o município de Monte Mor até Sumaré, podendo tornar-se um grande viés para questão Rodoviária Estadual, principalmente pela questão da proximidade do local com a Rodovia dos Bandeirantes e a Rodovia da Anhanguera. Ele afirmou que todo esse complexo rodoviário está sendo estudado e que há uma pressão política para a execução dessas obras. Foi destacado também que há interesse em realizar uma duplicação da Rodovia SP-101 no trecho que dá o acesso de Monte Mor ao município de Capivari, até a Rodovia do Açúcar, que

possui grande circulação de veículos diariamente, passando também pelo município de Elias Fausto, sendo este um fator que evidencia as políticas de supramunicipalidades.

3.1.12 Mancha urbana municipal e a questão da conurbação

A mancha urbana municipal pode ser considerada um aspecto peculiar do local, já que a mesma possui uma descontinuidade territorial entre a área central e os bairros (figura 19). A maioria destes bairros ficam localizados no trecho da Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença – Rodovia SP-101, que dá acesso aos municípios de Hortolândia e Campinas, e apenas no trecho em que liga o centro da cidade de Monte Mor até a metrópole, no que se refere as demais vias que ligam o município a outras cidades, pode-se observar que não obtiveram o desenvolvimento urbano em seu entorno, estando em áreas predominantemente rurais.

Figura 19 - Mapa das Rodovias intermunicipais em Monte Mor.



O secretário mencionou a questão dos vazios urbanos como sendo um erro das gestões passadas em não criar uma legislação que impedisse esse fato de ter ocorrido. Atualmente há bairros aprovados que estão fora do centro urbano, onde há dificuldade de levar os equipamentos públicos, de acordo com o representante político, além de ser também um problema que ocasionou o crescimento desordenado do município no passado.

No que se refere à área central, este crescimento desordenado ocorreu desde a criação do município, onde as primeiras residências foram construídas próximas a uma porção do Rio Capivari. As casas estão localizadas em um terreno plano e o rio possui uma área pavimentada em seu entorno impossibilitando a água da chuva de realizar o processo de percolação no solo, ocasionando o alagamento da área nos períodos chuvosos.

Em relação aos problemas com enchentes, outras áreas da cidade enfrentam essa situação, como é o caso das áreas no entorno da rodoviária que estão próximas à outra porção do Rio Capivari. Inclusive, alguns prédios localizados na área, como aqueles pertencentes ao Condomínio Pontin, sofrem com a desvalorização imobiliária do local devido a esta problemática.

Em relação aos vazios urbanos, comumente encontrados na região dos bairros mais afastados do centro, a atual legislação estabelecida na revisão do plano diretor delibera como informamos anteriormente, que qualquer empreendimento residencial deve estar no máximo a 300 metros de distância de outro empreendimento. “A partir do momento em que há um bairro localizado muito longe de outro, se cria um vazio Urbano que acaba prejudicando o município com o passar do tempo, acabando restando áreas sem utilização” (SECRETÁRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, 2019). O representante político também falou sobre estes vazios urbanos no município e de alguns problemas relacionados.

Nós temos muitos vazios urbanos, nós podemos observar que, entre um bairro e outro nós temos ainda sítios e fazendas, então esses vazios urbanos acabam de certa forma trazendo uma insegurança, geram uma escuridão naquela região, então eu acho que o preenchimento desses vazios urbanos tornarão a nossa cidade mais bela do que já é. (REPRESENTANTE POLÍTICO, 2019).

No entanto essa legislação que busca minimizar os vazios urbanos vale apenas para a questão residencial, no que se referem às construções industriais, estas podem ser realizadas em qualquer localização dentro da área de expansão urbana, pois ao criar esta legislação a prefeitura levou em consideração que automaticamente as indústrias já devem se instalar próximas umas das outras. (REPRESENTANTE POLÍTICO, 2019).

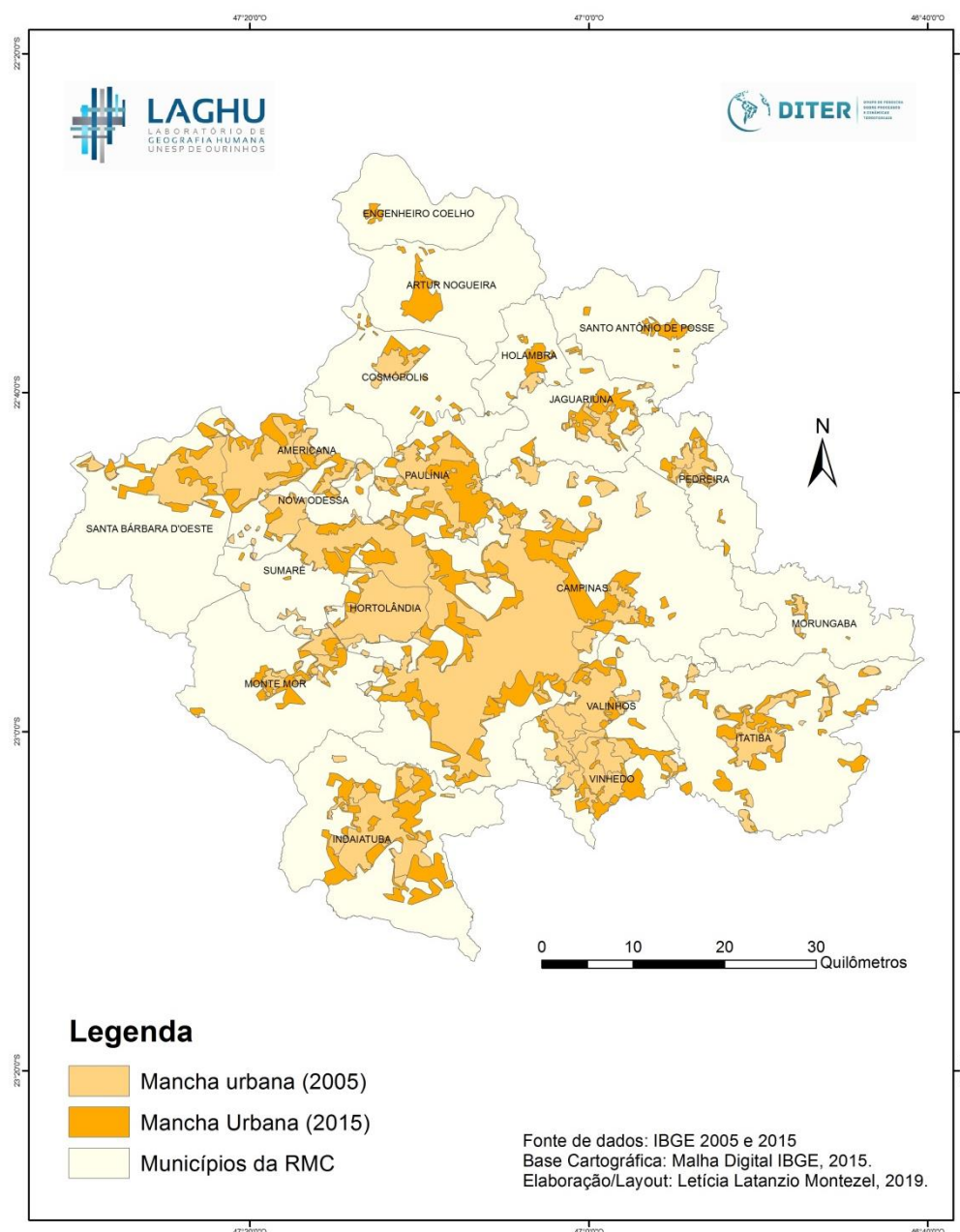
É importante destacar que esta característica não é exclusiva de Monte Mor, pois, diversos municípios da região também possuem descontinuidades em suas malhas urbanas. Conforme aponta Pera (2016), a urbanização de diversos municípios da RMC compreende a uma área muito pequena se comparada ao total do perímetro urbano dos municípios, havendo um contraste que mostra que, quase na totalidade dos municípios que estão inseridos nesta região, há áreas não urbanizadas dentro dos perímetros urbanos municipais, sendo os municípios de Indaiatuba, Monte Mor, Paulínia, Pedreira e Santa Bárbara d'Oeste os que possuem a maiores evidências dessa realidade.

Outro aspecto que se pode observar no município é a questão da conurbação com alguns municípios vizinhos (figura 20), sendo este um fator que implica em consequências para o desenvolvimento de Monte Mor, já que a malha urbana de alguns municípios vizinhos, como Hortolândia, fica bem próxima de alguns bairros do município, como o Jardim Paviotti, por exemplo, implicando com isso, que a população desse e de outros bairros próximos a Hortolândia, acabem por gastarem sua renda no local. Em relação a esta problemática, um dos agentes disse ter pensado em medidas envolvendo a associação comercial para não perder o investimento dos cidadãos do município.

Nós deixamos aí muitas vezes de comprar no nosso comércio local para fazermos aí um passeio em Campinas um passeio em Indaiatuba e muitas vezes deixamos o dinheiro que ganhamos nas cidades vizinhas, então é importante isso eu tenho conversado sempre com associação comercial que nós façamos aí algo para que o dinheiro fique realmente sendo gasto dentro do município e isso faz com que o comércio se fortaleça e as empresas e os comércios cresçam ainda mais. (REPRESENTANTE POLÍTICO, 2019).

Observa-se, a partir desta fala realizada por um dos entrevistados, certa contradição sobre o que realmente acredita ocorrer na dinâmica do município, pois em outros momentos da entrevista foi citado que os moradores de Monte Mor não necessitavam descolar-se para outras cidades do entorno para realizar suas demandas.

Figura 20 - Mapa indicando a conurbação entre os municípios da RMC.



No entanto o representante político informou, também, que a população de Hortolândia também faz uso de alguns recursos contidos em Monte Mor, como é o caso do supermercado já mencionado, GoodBom, que está próximo a área de conurbação entre os municípios. Além disso, alguns moradores de Hortolândia também fazem uso de um dos postos de saúde de Monte Mor localizado nestas mesmas proximidades. Destacou que também existem benefícios em estar próximo às grandes cidades como Hortolândia e Campinas, analisando que em alguns casos, Monte Mor está mais próximo ao centro de Campinas do que alguns bairros

dessa própria cidade devido à sua grande extensão. Sobre algumas questões, como a saúde, o agente bem informado fez a colocação de que a proximidade com estas grandes e médias cidades torna-se muito positiva.

Temos os melhores hospitais do estado e por que não dizer do país, praticamente dentro do nosso município, que é a PUC, a Unicamp, o Hospital Mário Covas aqui em Sumaré, então essa questão Metropolitana ela auxilia e muito nessa questão. (REPRESENTANTE POLÍTICO, 2019).

É possível visualizar novamente a contradição no discurso do político entrevistado, pois em alguns momentos ele afirma que estar próximo há grandes centros é um fator positivo e em outros momentos cita que este é um ponto negativo e que trás consequências para o desenvolvimento do município.

3.2 Entrevistas com os moradores de Monte Mor no terminal

O terminal urbano Vereador Geraldo Benini (figura 21) está localizado no bairro Jardim São Clemente em Monte Mor, sendo um importante meio para ter acesso aos municípios de Campinas e Hortolândia, além dos demais bairros de Monte Mor, tanto localizados nas regiões periféricas como na região central. De acordo com os dados disponibilizados pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo – EMTU, referente a novembro de 2018, o eixo entre Monte Mor e Campinas, transportou em dias úteis, uma média de 7.817 passageiros pagantes/dia, perfazendo um total de 186.731 passageiros pagantes no mês.

Figura 21 - Terminal Vereador Geraldo Benini.

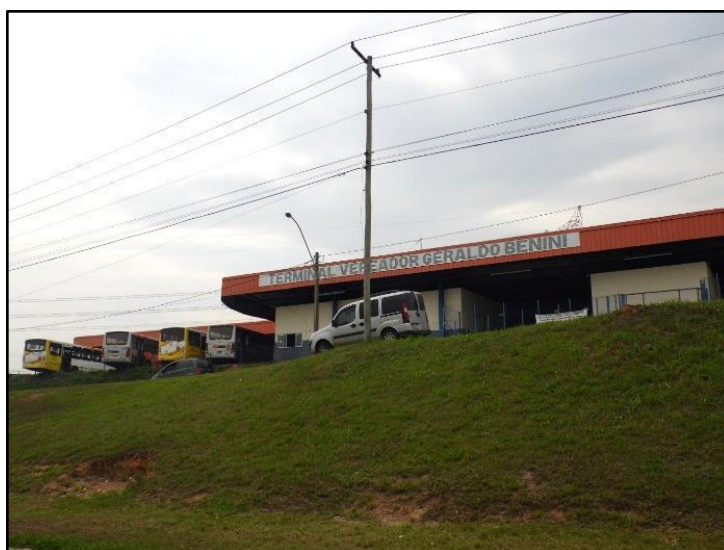
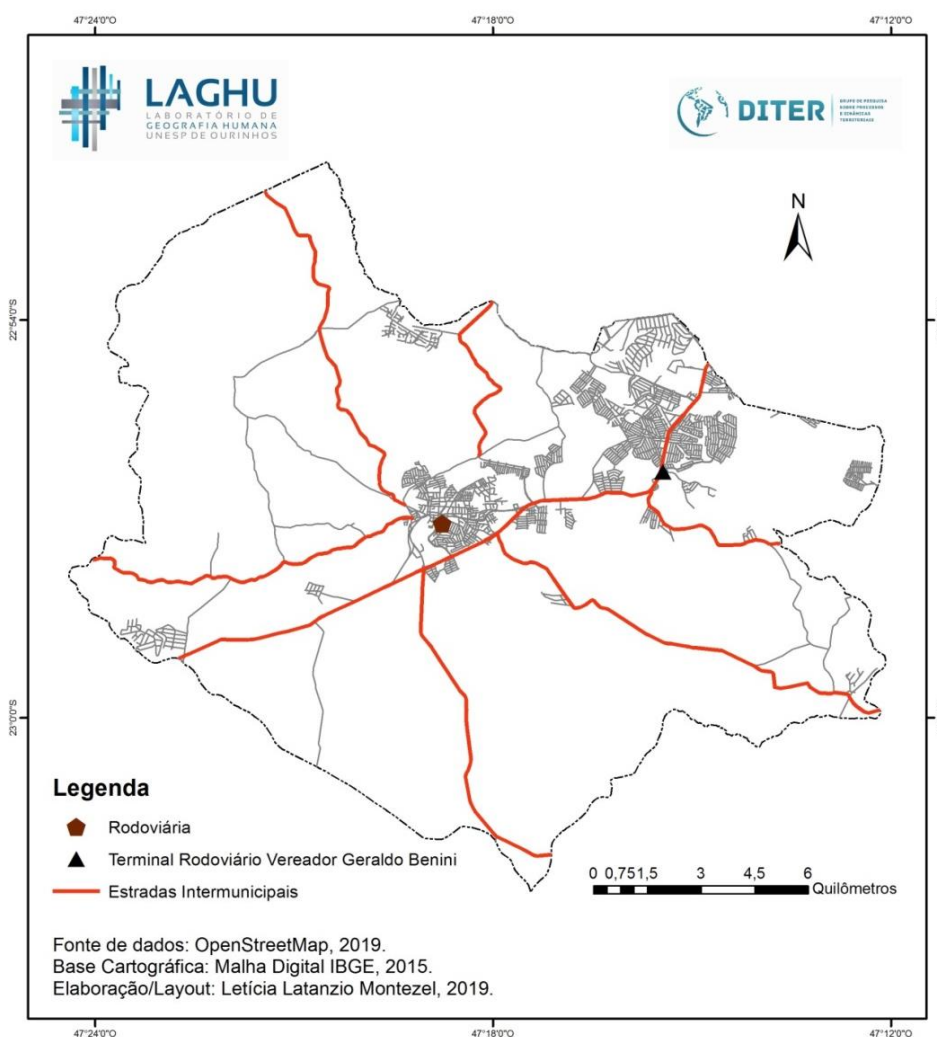


Foto: Letícia Latanzio Montezel, 2019.

As diretrizes relativas ao Sistema de Transporte contidas no plano diretor estabelecem que seja realizada uma melhoria do transporte coletivo, melhoria dos veículos, das rotas e da disponibilidade de horários, é proposto também, que haja uma compatibilidade entre os sistemas viários intraurbanos e o de transporte rodoviário e que haja o aperfeiçoamento das linhas de transportes.

Figura 22 - Localização da Rodoviária e do Terminal de Monte Mor.



Deve-se mencionar que o terminal urbano exerce um papel diferenciado na cidade, contando com a circulação de um grande número de pessoas diariamente, como já mencionado, por dar acesso a diversos bairros e também a algumas das médias e grandes cidades da região, como Hortolândia e Campinas, diferentemente da Terminal Rodoviário Ernando Rinaldo localizado no centro da cidade, que contém

um fluxo pequeno de pessoas pelo fato de dar acesso apenas aos municípios de Indaiatuba, Americana, Nova Odessa e Sumaré, por meio de linhas de ônibus circular e os municípios de Capivari e Elias Fausto, por meio de uma Empresa de ônibus fretado, não havendo inclusive, uma grande quantidade de horários de viagem até essas cidades.

Tabela 15 - Horários de ônibus partindo de Monte Mor com destino a outras cidades.

Localidades	Número de horários	Número de linhas
Campinas	143	5
Hortolândia	138	5
Indaiatuba	3	2
Americana	2	1
Nova Odessa	2	1
Sumaré	2	1

Fonte: Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo – EMTU (2019).

Organização: Letícia Latanzio Montezel, 2019.

* Foram considerados apenas os horários em dias úteis.

É notável, a partir da tabela 15, que os moradores de Monte Mor realizam maiores interações com os municípios de Hortolândia e Campinas, pois há uma demanda de ônibus extremamente alta até estes municípios se comparados à disponibilidade de horários até as outras cidades vizinhas. Hortolândia e Campinas compartilham as mesmas linhas de ônibus com percursos que variam de 35 á 55 minutos dependendo da linha. Algumas das linhas de ônibus passam pelos pontos do centro e vão direto para estas duas cidades, parando em alguns pontos localizados no eixo da rodovia SP-101, outras linhas partem direto do terminal e também passam em pontos localizados no eixo da rodovia SP-101. Já as linhas com destino às cidades que possuem menos viajantes (Indaiatuba, Americana, Nova Odessa e Sumaré), partem da rodoviária de Monte Mor e dividem a mesma linha, passando entre todas estas cidades em seu percurso. Estas linhas dispõem de apenas 2 itinerários que duram cerca de 2 horas até o destino final. Indaiatuba, no entanto, possui outra linha com interação até Monte Mor, com disponibilidade de apenas um horário e com duração de 50 minutos.

Figura 23 - Rodoviária de Monte Mor.



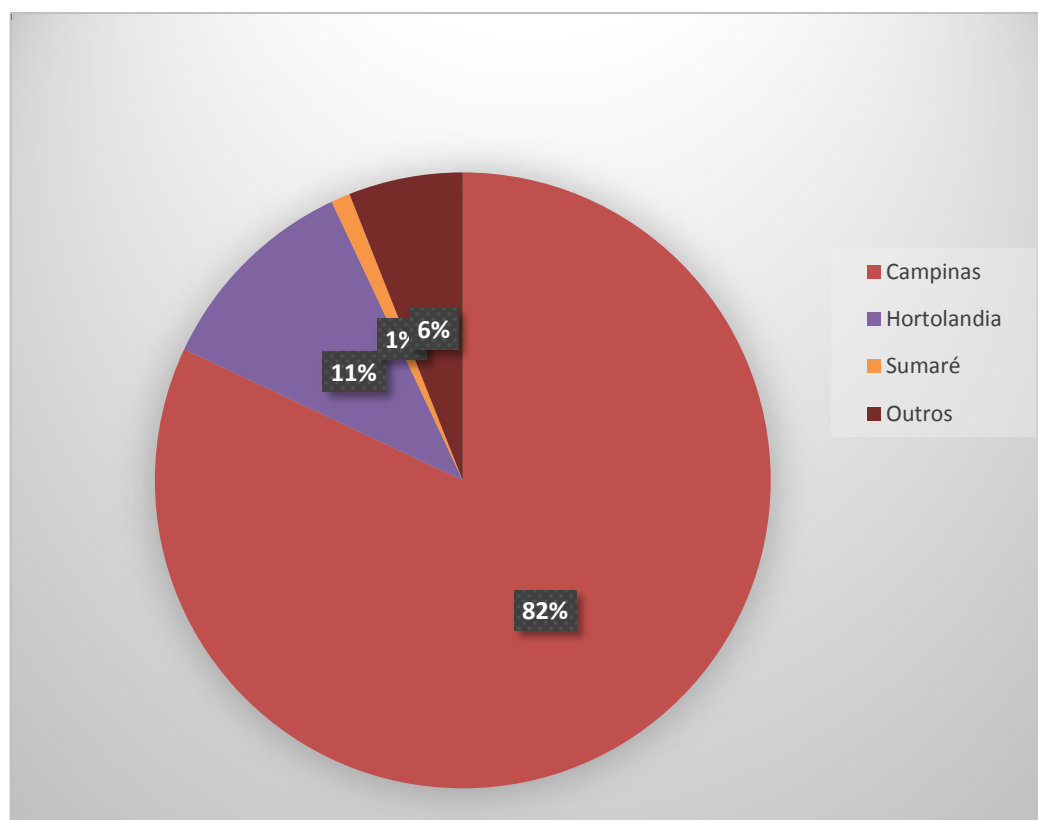
Foto: Leticia Latanzio Montezel, 2019.

As entrevistas realizadas no Terminal Urbano de Monte Mor buscaram analisar o movimento interurbano dos moradores e os tipos e locais de direção dos fluxos, como aqueles para Campinas, a partir das possíveis motivações desses deslocamentos.

Foram entrevistadas 100 pessoas, 57 eram do sexo feminino e 43 do sexo masculino, com idades entre 16 á 87 anos, nos períodos da manhã, tarde e noite, de modo a obter um público diversificado. Os entrevistados eram moradores dos bairros: Jd. São Clemente, Jd. São Sebastião, Parque Bela Vista, Centro, Jd. Panorama, Jd. Colina I, Jd. Paulista, Jd. Paviotti, Jd São Gabriel, Jd Nova Alvorada, Jd. São Domingos, Said Jorge, Jd. Quinhões, Jd. São Rafael, Jd. Campos Dourados, Jd. Moreira, Jd. San Remo, Jd. Alvorada, Jd. Colina, Jd. Capuavinha e Jd. Engenho.

Quando questionados sobre para qual destino estavam viajando, verifica-se que o fluxo até a cidade de Campinas é quase que absoluto em relação às demais cidades. É importante mencionar que apenas 1 pessoa viajava para Sumaré, cidade que não possui uma linha própria no terminal de Monte Mor e necessita que as pessoas realizem baldeação em Hortolândia ou Campinas. Além disso, 6 pessoas responderam que se deslocavam para alguns bairros de Monte Mor, próximos ao limite com outras cidades, como o bairro Jardim Paviotti e o Jardim São Sebastião.

Figura 24 - Destino de viagem dos entrevistados no terminal de Monte Mor.

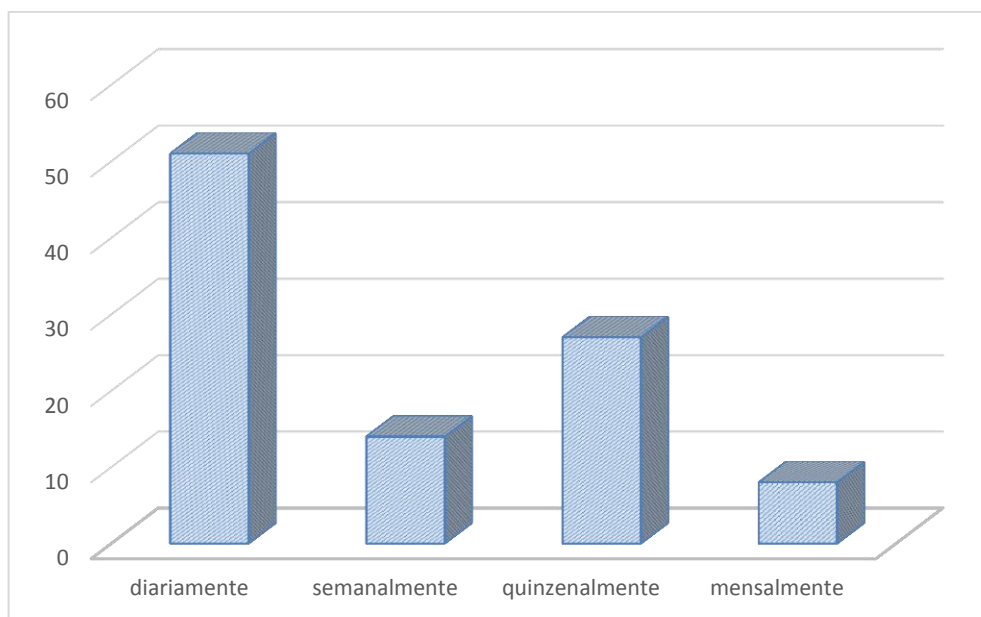


Elaboração: Letícia Latanzio Montezel, 2019.

Sobre a frequência em que essas pessoas viajam para as cidades indicadas, observa-se que a maioria dos entrevistados desloca-se com frequência para outras cidades, desta forma, pode-se afirmar que este movimento confirma a influência da cidade sede da Região Metropolitana em relação às cidades em seu entorno.

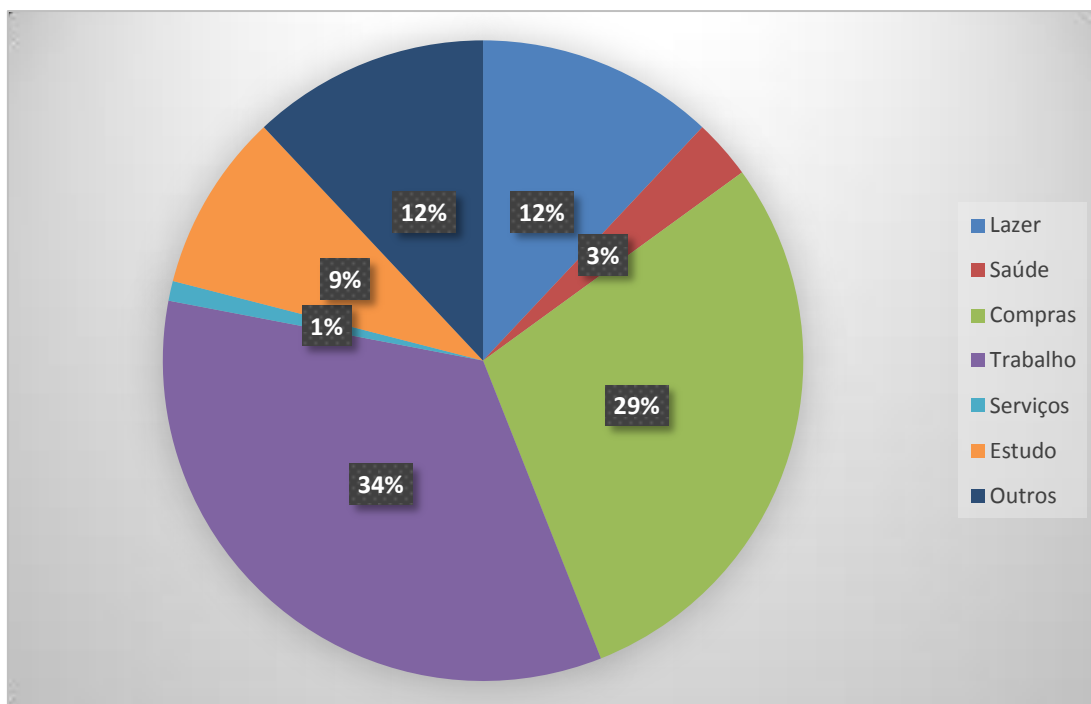
O papel central exercido pela cidade de Campinas e a extensão de seu território produtivo para o espaço ao entorno, foram determinantes e criaram condições e dinâmicas próprias que favoreceram a criação da região metropolitana. (MOREIRA JUNIOR, 2014, p.100).

Figura 25 - Frequência das viagens realizadas pelos entrevistados do terminal urbano de Monte Mor.



Elaboração: Letícia Latanzio Montezel, 2019.

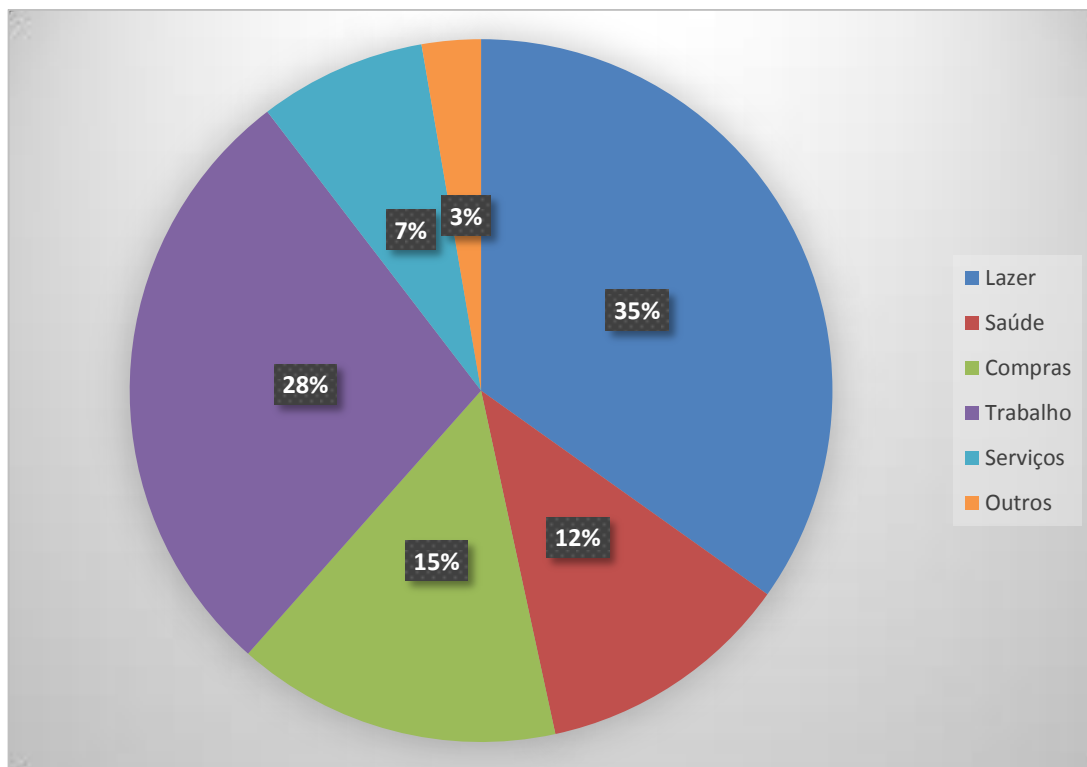
Dentre os motivos do deslocamento, é possível identificar que há uma necessidade da população em frequentar os espaços das outras cidades, pois a frequência com que realizam o deslocamento até estes municípios é bem elevada. Desta forma, pode-se concluir que, diferente do que foi colocado pelos agentes bem informados em alguns momentos da entrevista, de certo modo, a população de Monte Mor depende de outros centros para suprir suas necessidades. O gráfico a seguir pode evidenciar ainda mais essa questão, sendo possível verificar que os principais motivos que levam a população a deslocarem-se até os destinos de viagem citados estão relacionados ao trabalho e as compras.

Figura 26 – Motivo das viagens realizadas.

Elaboração: Letícia Latanzio Montezel, 2019.

Perguntou-se sobre quais setores possuem baixa qualidade de atendimento em Monte Mor, diante disso foi possível constatar que o setor que mais desagradou os entrevistados seria em relação ao setor de lazer e a questão da oferta de empregos. Nota-se, em complemento ao que foi discutido no gráfico anterior, que a população, não satisfeita com a qualidade dos setores de Monte Mor, necessita deslocar-se para as cidades vizinhas. Embora tenha sido dito pelos agentes que a cidade conta com um grande número de empresas, observa-se com este gráfico que os entrevistados não estão satisfeitos com a questão dos empregos, sendo necessário buscar por trabalho nas cidades vizinhas. O gráfico também comprova a insatisfação da população quanto aos programas de lazer oferecido pelo município que, conforme destacado nas entrevistas com os agentes, são reduzidos.

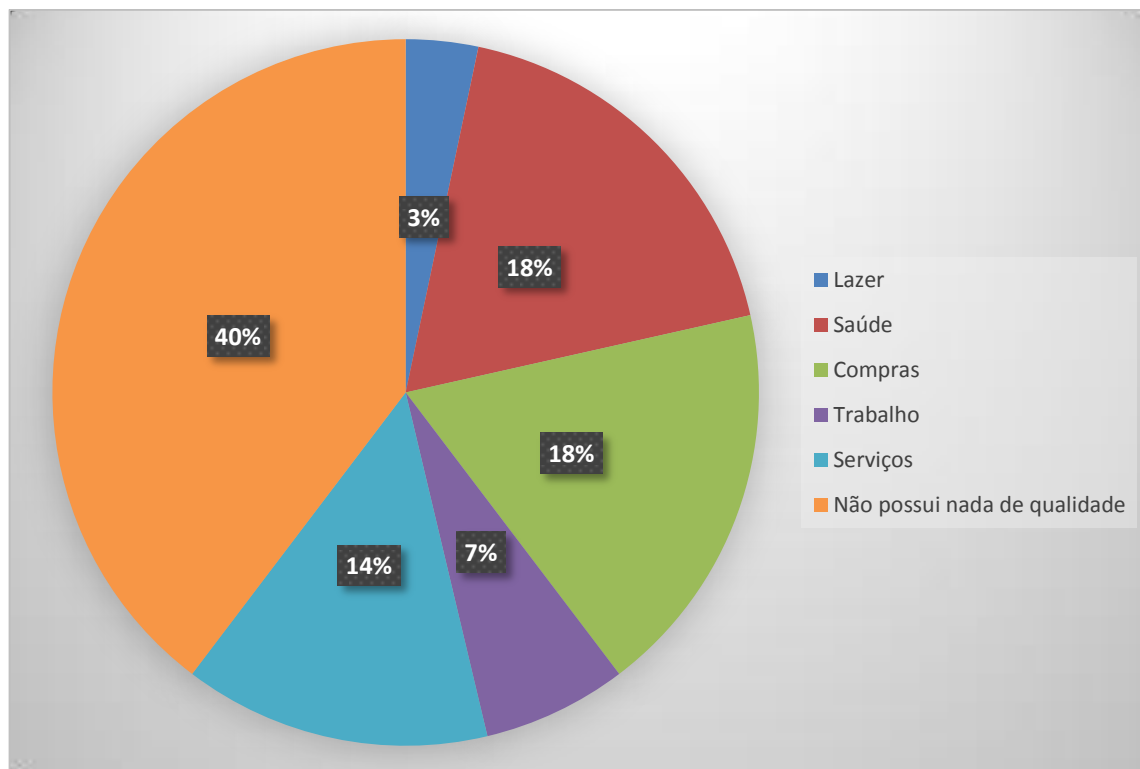
Figura 27 - Setores que possuem baixa qualidade em Monte Mor, segundo os entrevistados.



Elaboração: Letícia Latanzio Montezel, 2019.

Referente ao questionamento sobre quais setores possuem melhor qualidade de atendimento em Monte Mor, é possível observar que os entrevistados não estão satisfeitos com a qualidade dos setores encontrados em Monte Mor, pois um número reduzido respondeu essa questão se comparado ao número de pessoas que respondeu a questão anterior e ainda, em diversos casos, foi dito pelos entrevistados que nenhum dos setores possui qualidade, não tendo sido assinalado nenhum dos setores disponibilizados no questionário. No entanto, referente ao que se teve de respostas, pode-se observar que a questão de compras foi tida como o setor que possui melhor qualidade pelos entrevistados, assim como a área da saúde.

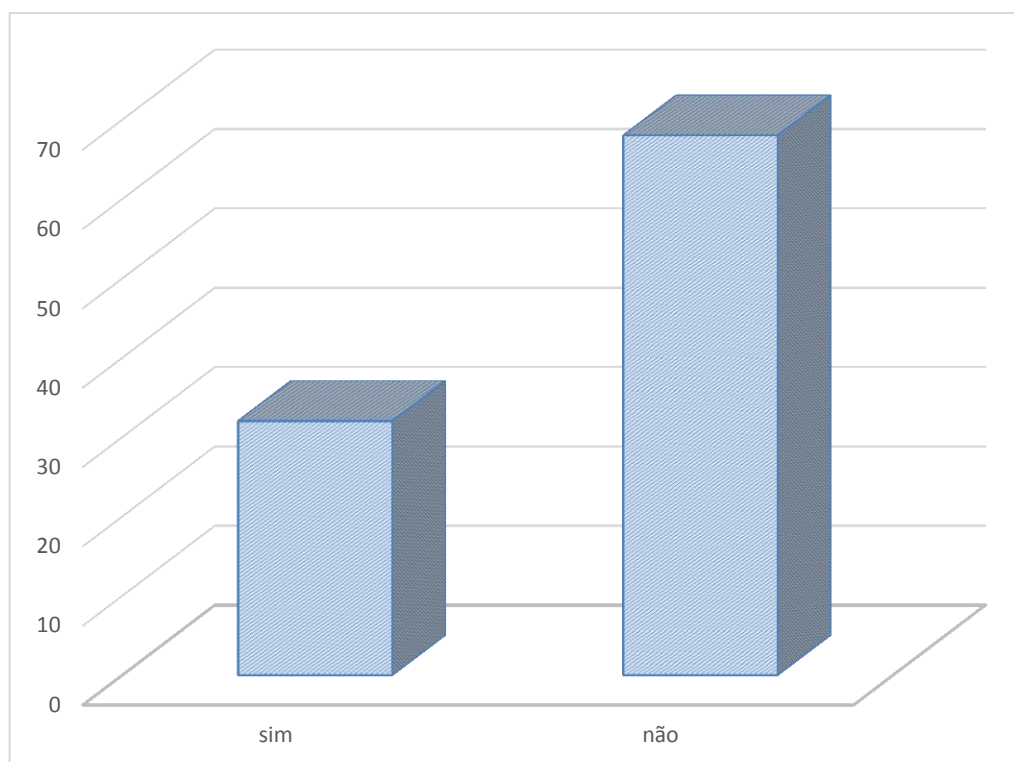
Figura 28 - Setores que possuem melhor qualidade em Monte Mor, de acordo com os entrevistados.



Elaboração: Letícia Latanzio Montezel, 2019.

Questionadas sobre o que elas consideravam de mais positivo no fato de Monte Mor se situar próxima à RM Campinas, algumas pessoas destacaram o lado positivo da cidade situar-se próxima de um local com uma grande variedade na questão comercial e de lazer, citaram que há boas escolas, que a região oferece um maior número de oportunidades, possui bons supermercados, uma maior quantidade de empregos, atendimento rápido nos principais hospitais da região e outras pessoas disseram que isso pode proporcionar um maior desenvolvimento no município, acarretando na melhoria da infraestrutura do mesmo.

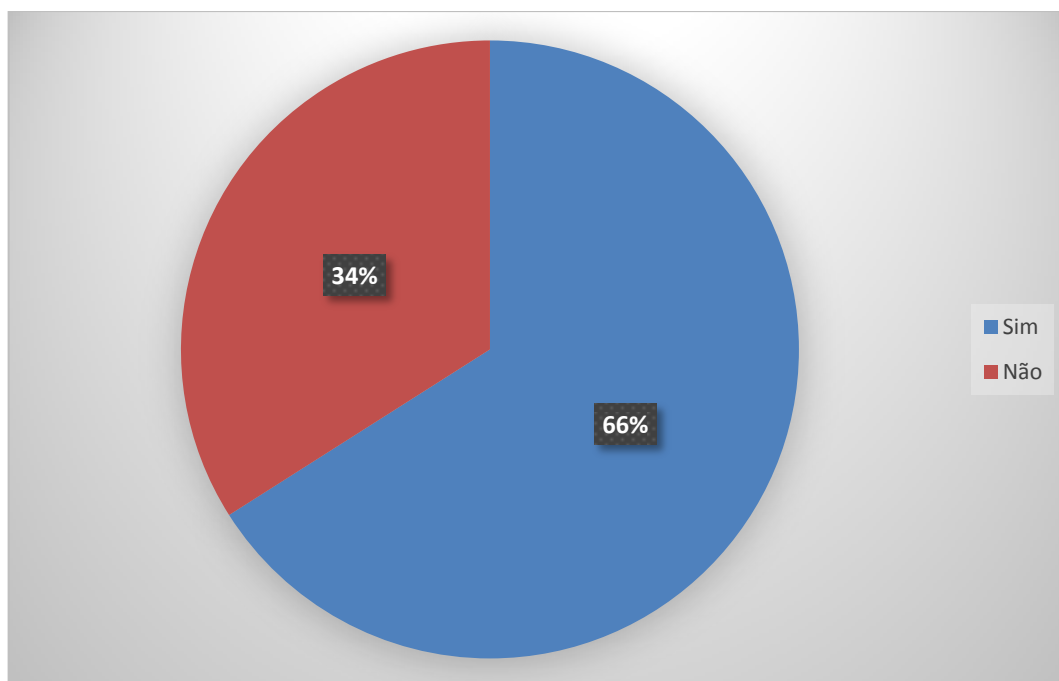
Ao perguntar se as pessoas entrevistadas possuíam parentes na cidade indicada por eles como destino de viagem, observou-se que em mais da metade dos casos não possuíam, evidenciando com isso, que este não seria um fator motivacional para a viagem.

Figura 29 - Possui parentes na cidade indicada?

Elaboração: Letícia Latanzio Montezel, 2019.

Muitos responderam que gostariam de morar em Campinas. Dentre os argumentos utilizados para defender a ideia de que gostariam de morar nesta cidade, constam: “Campinas tem de tudo; É um lugar mais acessível; Facilita a locomoção ao trabalho; Oferece mais lazer; Melhor educação; Mais opção de trabalhos; Está mais próxima da faculdade; Maior mobilidade urbana; Oferece mais oportunidades; É um local mais civilizado; Fica perto de tudo.” Já em relação aos argumentos utilizados para afirmar que não gostariam de morar em Campinas, as respostas dos moradores foram: “Gosto de Monte Mor; Acho que Campinas tem um grande índice de roubos; Gosto do sossego que Monte Mor proporciona; Acho Campinas muito movimentada”.

Figura 30 - Gostaria de morar em Campinas?



Elaboração: Letícia Latanzio Montezel, 2019.

A relativa conurbação entre Monte Mor e as cidades de Hortolândia e, principalmente, o elevado grau de movimentos pendulares, evidencia que esta apresenta aspectos de uma cidade-dormitório, definida por Corrêa (2011) como cidades que “localizam-se a uma distância próxima que viabiliza migrações pendulares daqueles que ali vivem, mas trabalham na cidade maior”. (CORRÊA, 2011, p. 12).

Os agentes bem informados tiveram a mesma opinião quando indagados se achavam que Monte Mor poderia ser considerada uma cidade-dormitório, pois ambos assumiram que a cidade adquire este papel, embora não tenham admitido em outros momentos da entrevista que a cidade depende de outros centros.

Os dados coletados pelas entrevistas realizadas no terminal constataam a dependência dos moradores de Monte Mor com relação a Campinas e Hortolândia, referente aos diversos serviços oferecidos por estas cidades. Mostram também a insatisfação dos moradores com relação aos equipamentos oferecidos pela cidade de Monte Mor, que recebeu bastante críticas quanto ao seu funcionamento. Desta forma, conclui-se que, diferentemente do que foi exposto pelos agentes bem informados, a cidade não garante o pleno acesso dos moradores á todos os serviços e setores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se com este estudo trazer contribuições acerca da temática sobre pequenas cidades em regiões metropolitanas, evidenciando que a situação geográfica que as pequenas cidades se encontram pode ser alterada, redefinindo seus papéis na rede urbana.

Considerando reduzido número de pesquisas sobre pequenas cidades em regiões metropolitanas, faz-se necessário, não só realizar novas pesquisas nesse âmbito, mas também em situações geográficas diversas, como regiões litorâneas, regiões ribeirinhas, regiões que fazem limite com outros estados ou países etc., evidenciando os diferentes papéis que as cidades inseridas nestes contextos podem desempenhar.

As principais características que foram observadas ao longo desta pesquisa e que podem fazer parte da caracterização de pequenas cidades em Regiões Metropolitanas seriam: a) a expansão urbana em direção aos eixos rodoviários que levam até a cidade sede ou de outras cidades da Região Metropolitana; b) uma dinâmica econômica onde algumas características como a atração de empresas, os eixos rodoviários e um possível aumento populacional estão presentes; c) a presença significativa de loteamentos e condomínios fechados e conjuntos habitacionais; d) importante movimento pendular; e) significativa participação do trabalho no setor industrial; f) relevante projeção do município para o desenvolvimento do setor industrial g) A ampla setorização de áreas de desenvolvimento contida no Plano Diretor – neste caso de Monte Mor a industrial; h) configuração de um possível subcentro – neste caso no jardim Paulista em Monte Mor.

Deve-se também, considerar como ocorreu o processo de formação socioespacial da região, para que se compreenda como os espaços diferenciados deste local de estudo foram configurados. Como em outras regiões, no caso da RMC, o desenvolvimento regional manifesta-se de modo desigual entre as cidades, podendo tanto apresentar processo de estagnação quanto forte dinâmica de crescimento em algumas áreas. Os espaços são influenciados de acordo com internalidades e externalidades presentes nas lógicas que envolvem a região.

Notou-se que a pequena cidade de Monte Mor recebe uma grande influência da cidade de Campinas e da cidade vizinha de Hortolândia. Conforme observado

nas entrevistas realizadas com as pessoas que frequentam o terminal urbano são cidades centrais para suprir diversas demandas locais. Além disso, a localização escolhida pela prefeitura para construir o terminal urbano, evidencia a atração exercida pelos municípios da Região Metropolitana.

Ainda do que se refere à mancha urbana do município, que apresenta descontinuidades em alguns trechos e em outros demonstra um processo de conurbação com as cidades de Hortolândia e Campinas, pode-se contatar, referente ao primeiro aspecto, que esta característica implica na dificuldade da população que habita as áreas mais afastadas em ter acesso à área central. No que se refere ao segundo aspecto, verifica-se que a população que encontra-se conurbada com outros municípios, assim como aqueles que moram em diversos bairros mais afastados da região central, acabam por realizar interações com estas outras cidades, sendo este um dos fatores que mostram uma situação diferenciada de interação, mas que não é exclusiva de Regiões Metropolitanas.

Há também aspectos diferenciados que auxiliam no desenvolvimento de Monte Mor e que possivelmente trarão ainda mais contribuições para o município, como por exemplo, o fato desta cidade, diferentemente de grande parte das pequenas cidades da região metropolitana, ter uma grande proximidade com a cidade sede, sendo cidade vizinha da mesma, além de estar localizada em uma área que contém importantes eixos rodoviários e aeroviários.

Entende-se que uma série de fatores são observados para que uma Região Metropolitana seja criada e isso já indica que o local possui uma dinâmica diferenciada. Desta forma, as cidades cogitadas a serem inseridas nessa RM, independente de seu tamanho, são cidades que contém algum potencial de interação. No entanto, os papéis das cidades localizadas em áreas metropolitanas não devem ser generalizados, pois entre as metrópoles também peculiaridades. Os papéis desempenhados pelas cidades são resultados de diversas características que vão desde o contexto histórico que levou a configuração atual, às interações realizadas entre os municípios, gerando níveis de centralidade na rede urbana. É tarefa difícil apresentar um único caminho explicativo sobre o papel das pequenas cidades em regiões metropolitanas, porém é possível identificar padrões que revelem indícios desta especificidade, este trabalho buscou contribuir nesta direção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGEMCAMP. **Agência Metropolitana de Campinas.** Disponível em: <<http://www.agemcamp.sp.gov.br/agemcamp/>>. Acesso em: out. 2018

AMORIM FILHO, Oswaldo; SERRA, Rodrigo Valente. **Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional.** Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3081/4/Cap_1_evolucao.pdf>. Acesso em: Jun. 2018

ANDRADE, Thompson; SERRA, Rodrigo (Org.). **Cidades Médias Brasileiras.** Rio de Janeiro: IPEA, Nemesis/Pronex, 2001, 394 p.

ANDRADE, T.; LODDEER, C. **Sistema urbano e cidades médias no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979, 158 p.

BAENINGER, R. **Região Metropolitana de Campinas: expansão e consolidação do urbano paulista.** Campinas: NEPO/UNICAMP, 2000, p. 321-348.

BOGART, W. T. **Don't Call it Sprawl: Metropolitan Structure in the 21st century.** Cambridge University Press, 2006.

BRASIL. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil / IBGE,** Coordenação de Geografia. - 2. ed. - Rio de Janeiro : IBGE, 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei no. 10.257 de 10 de Julho de 2001. **Estatuto da Cidade.** Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

_____. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias:** 2017. IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro : IBGE, 2017. 82p.

_____. **Regiões de influência das cidades 2007.** Rio de Janeiro: IBGE, 2008

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Minha Casa Minha Vida - Habitação Urbana.** Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: mar. 2018.

CARLOS, A. F. A. **A cidade.** São Paulo: Contexto, 1992.

CONCIANI, A; SANTOS, D. C. **Surgimento da Federação Brasileira e sua concretização na atual constituição federal.** Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/viewFile/10881/951>> Acesso em: mai. 2018.

CÔRREA, R. L. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural**. Geosp - Espaço e Tempo, Nº 30, pp. 05 – 12, São Paulo, 2011.

CUNHA, José Marcos Pinto; BAENINGER, Rosana. **Processo de metropolização e migração, análise comparativa entre São Paulo e Campinas**. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v08n04/v08n04_17.pdf>. Acesso em: mai. 2018.

EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. **Região Metropolitana de Campinas**. Disponível em: <<https://www.emplasa.sp.gov.br/RMC>>. Acesso em: mai. 2018.

ENDLICH, Ângela, Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná** / Presidente Prudente: 2006. 505f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia.

ENDLICH, Ângela, Maria; ROCHA, Márcio, Mendes. (orgs.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.

FARIAS, Luiz Antonio Chaves. **Interações Espaciais na Rede Urbana Fluminense: uma Análise Comparativa dos Deslocamentos Pendulares de População em 2000 e 2010**. Rio de Janeiro, 2014, 81f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal Do Rio De Janeiro, Instituto De Geociências.

FERREIRA, A. Metropolização do Espaço, tensões e resistências: Entre espaços de controle e controle do espaço. **Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. XVIII, núm. 493 (55), 1 de noviembre de 2014.

FIESP. **Panorama da indústria de transformação brasileira**. 2016. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/panorama-da-industria-de-transformacao-brasileira/>>. Acesso em: jun. 2018.

FNEM. **Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas**. Disponível em: <<http://fnembrasil.org/regiao-metropolitana-de-manaus-am/>>. Acesso em: jun. 2018.

FONSECA, R. B.; DAVANZO, A. M.; NEGREIROS, R. M.C (orgs.). **Livro Verde: Desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002. 498 p.:il.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Monte Mor. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/monte-mor/panorama>>. Acesso em: mar. 2018.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisões Regionais do Brasil**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes->

geograficas/15778-diviso-es-regionais-do-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: ago. 2018.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População, Estimativa 2017**. Monte Mor. 2010. IBGE, 2017b. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/monte-mor/panorama>>. Acesso em: mar. 2018.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. 105p. Rio de Janeiro 2011

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do censo demográfico 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>>. Acesso em: mai. 2018.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/territorio#/N7>>. Acesso em: mar. 2018.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas do desenvolvimento humano. Região Metropolitana de Campinas**. 2010. Disponível em: <http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/atlasdodesenvolvimentohumanorms_rm_campinas.pdf>. Acesso em: mai. 2018.

IPT – INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS. **Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo**. Escala 1:1.000.000. Divisão de Minas e Geologia Aplicada. Vol I e II, 1981a.

_____. **Mapa Geológico do Estado de São Paulo**. Escala 1: 500 000. Carlos Alberto Bistrichi et al. São Paulo, Divisão de Minas e Geologia Aplicada, Publicação IPT: n. 1.184, 2 v., 1981b.

JURADO DA SILVA, Paulo, Fernando. **Cidades pequenas e indústria: contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente-SP**. Presidente Prudente: 2011. 282 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia.

LANDIM, P. M. B. 1973. **Contribuição ao estudo dos mistitos do Grupo Tubarão no Estado de São Paulo**. In: ESC. ENG. SÃO CARLOS, Geologia. São Carlos, USP, p. 1-98 (Boletim Geologia n° 17).

LEI 13.465/2017. **Regularização Fundiária Urbana (Reurb)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm>. Acesso em: mar. 2018.

LENCIONI, S. **Reestruturação urbano-industrial. Centralização do Capital e Desconcentração da Metrópole de São Paulo**. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo.

_____. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, C. A.; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, F. J. G. de (Orgs.). **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A/ Faperj, 2006, p.41-57

_____. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 24, p. 109 - 123, 2008. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp24/Artigo_Sandra>. Acesso em: mai. 2018.

LEOPOLDO, E. A produção do pensamento sobre a metrópole e o metropolitano na escola de geografia urbana de São Paulo: o lugar de Sandra Lencioni. **Geousp – Espaço e Tempo** (Online), v. 20, n. 3, p. 498-517, mês. 2016.

LIMONAD, E. Entre a Urbanização e a Sub-Urbanização do Território. In: **Encontro Nacional Da Associação Nacional De Pós-Graduação E Pesquisa Em Planejamento Urbano E Regional**, 11., 2005, Anais... Salvador: FAU/UFBA, 2005. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/anais/ena11/273.pdf>> Acesso em: abr. 2019.

MAGALHÃES, D. J. A. V.; D'AVILA, A. E. C. Migrações dentro da região metropolitana de Belo Horizonte visando moradia próxima ao local de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, X, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: Abep, v. 2, 1996.

MALAGUIAS, Nazário Eugênio. **Nossa terra, nossa gente**. Nossagraf, 2009.

MANFIO, Vanessa; BENADUCE, Gilda Maria Cabral. (Re) Estruturação Urbana e o Desenvolvimento Local da Pequena Cidade de Nova Palma/RS. **Rev. GEOMAE**. Campo Mourão, PR v.2. n.e.1 p.71 - 82 2Sem. 2011. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/revista/index.php/geomae/article/viewFile/144/pdf_28>. Acesso em: mar. 2018.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MONTALI, L.; DEDECCA, C. S.; BAENINGER, R.; LEONE, E. T.; TELLES, S.B.S.; BALTAR, C. S. **Regiões Metropolitanas**. Por dentro do Estado de São Paulo - Vol. 2. Campinas: NEPO/ NEPP/ IE/ Unicamp, 2010, 264p.

MONTE MOR (prefeitura municipal). Lei Complementar no. 042 de 21 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a revisão e atualização do **Plano Diretor do Município de Monte Mor e dá outras providências**. Monte Mor: Prefeitura Municipal, 2015.

MOREIRA JUNIOR, Orlando. **As cidades pequenas na Região Metropolitana de Campinas-SP: dinâmica demográfica, papéis urbanos e (re) produção do espaço**. Rio Claro. 2014. 311f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista. Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/123288/000829211.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: mar. 2018.

PERA, C. K. L. **Processo contemporâneo de expansão urbana: legislação urbanística e lógicas de produção do espaço urbano – estudo da região metropolitana de Campinas**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Puc. 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. **Plano Diretor Municipal 2016**. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/plano-diretor-2006/doc/tr_rmc.pdf>. Acesso em: mai. 2018.

_____. **Região Metropolitana de Campinas**. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/dados-do-municipio/rmc/>>. Acesso em: mai. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR. Disponível em: <<http://www.montemor.sp.gov.br/>>. Acesso em: mar. 2018.

ROCHA-CAMPOS, A. C. 1967. **The Tubarão Group in the Brazilian portion of the Paraná Basin**. In: Bigarella, J. J.; Becker, R. D.; Pinto, J. D. ed. Problems in Brazilian Gondwana Geology - Brazilian contribution to the I International Symposium on the Gondwana Stratigraphy and Paleontology. Curitiba, Brasil, p. 119-166

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

SÃO PAULO (estado). Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Planejamento Regional. Instituto Geográfico e Cartográfico. **Quadro de desmembramento territorial-administrativo dos municípios paulistas**. São Paulo: IGC, 1995.

_____. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano. **Rede urbana e regionalização do Estado de São Paulo**. São Paulo: EMPLASA, 2011.

SEADE. **Divisão Regional do Estado de São Paulo**. Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br/home/wp-content/uploads/2019/02/historico_legislacao_regionalizacoes_SP.pdf>. Acesso em: ago. 2018

_____. **Informações dos Municípios Paulistas**. Disponível em: <<http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/>>. Acesso em: mai. 2019.

_____. **Perfil dos municípios paulistas**. Disponível em: <<http://www.perfil.seade.gov.br/>>. Acesso em: jun. 2018.

_____. **Produtos Seade. Estado de São Paulo e suas regionalizações**. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/divpolitica/index.php?page=tabela&action=load&nivel=20>>. Acesso em: jun. 2018.

_____. **Relatório: Estrutura Econômica da Região Metropolitana de Campinas.** São Paulo: Governo Estadual, 2006. 29p.

SELINGARDI-SAMPAIO, S. **Indústria e território em São Paulo:** a estruturação do multicomplexo territorial industrial paulista. Campinas: ALÍNEA, 2009.

SOARES, B. R. **Documento apresentado para discussão.** II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/confest_e_confefe/pesquisa_trabalhos/arquivosPDF/M593_01.pdf>. Acesso em: dez. 2018.

SOARES, P. C. 1972. **O limite glacial/pós-glacial do Grupo Tubarão no Estado de São Paulo.** An. Acad. Bras. Cienc., 44 (Supl.): p.333-342.

SOARES, P. C. e LANDIM, P. M. B., 1973. **Aspectos regionais da estratigrafia da Bacia do Paraná no seu flanco nordeste.** SBG, An...XXVII. Cong. Bras. Geol. Aracaju, v.1, p. 243-256.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano.** 4 ed. 2003.

SPOLAOR, S; BOLFE, S.A. **Os papéis urbanos nas pequenas cidades da Região da Quarta Colônia, RS: algumas considerações.** Disponível em: <http://w3.ufsm.br/ppggeo/files/dissertacoes_06-11/DissertacaoSilvane.pdf>. Acesso em: mai.2019

SPOSITO, E. S. **Redes e cidades.** São Paulo: Editora Unesp, 2008

SPOSITO, M. E. B. **As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos.** In: SPOSITO, M. E. B. (org.) Urbanização e cidades: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP, 2001. p. 609-642.